

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PLANETA E O QUINTAL:

**O Movimento Ecológico Frente a Administração Popular
em Porto Alegre**

Carmen Susana Tornquist

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção de grau de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof. Dra. Ilse Scherer-Warren.

Florianópolis, maio de 1992.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Ilse Scherer-Warren.

I. Scherer-Warren

Prof. Dr. Eduardo Jose Viola

E. Viola

Prof. Dr. Antonio David Cattani

O MAPA

Olho o mapa da cidade
como quem examinasse
a anatomia de um corpo
é nem que fosse o meu corpo
sinto uma dor infinita
nas ruas de Porto Alegre
onde jamais passarei
tem tanta esquina esquisita
tanta nuance de parede
tem tanta moça bonita
nas ruas que não andei
e tem uma esquina encantada
onde jamais passarei
Quando eu for um dia desses
poeira ou folha levada
no vento da madrugada
serei um pouco do nada
infinito, delicioso
suave mistério amoroso
cidade de meu andar
deste já tão longo andar
e talvez de meu repouso.

Mário Quintana

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. O MOVIMENTO ECOLÓGICO EM PORTO ALEGRE: PASSADO PRESENTE	E
1.1. Um Breve Histórico.....	13
1.2. As Fases do Movimento Ecológico	16
1.3. Composição do ME: Entidades e Grupos.....	17
1.4. O ME Porto-alegrense: Um Novo Movimento social?..	20
1.5. Perfil Sócio-cultural dos Ecologistas.....	22
1.6. A Base de Classe do Movimento Ecológico.....	27
1.7. A Guisa de Conclusão.....	32
2. A ADMINISTRAÇÃO POPULAR E A ECOLOGIA	
2.1. O PT na Prefeitura Municipal.....	38
2.2. Os Primeiros Quinze Meses.....	40
2.3. Máquina Burocrática.....	42
2.4. Os Projetos.....	49
2.5. A Participação Popular.....	51
2.6. A Ecologização Relativa da Administração Popular..	53
3. O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ECOLOGIA	
3.1. Os Ecologistas Petistas.....	60
3.2. Os Vereadores Ecologistas.....	67
3.3. O Núcleo Frente à Administração Popular.....	69

4. O MOVIMENTO ECOLÓGICO FRENTE À AP

4.1. A Identidade Oposicionista do ME.....	76
4.2. Os Ecologistas no Poder ou o Novo Poder dos Ecol.	79
4.3. O ME frente à Nova Administração Popular.....	80
4.4. A Participação dos Ecologistas na L.Orgânica M..	87
4.5. Os Conflitos.....	89
4.6. Miséria e Ecologia.....	94

5. A CRISE DO ME LOCAL

5.1. A Questão Ambiental na Atualidade: de Crítica Radical a Absorção Fragmentada pelo Sistema.....	103
5.2. O Amadorismo das Entidades Ecológicas.....	107
5.3. A Participação Institucional.....	109
5.4. A Amplitude do Carecimento Ecológico.....	115
5.5. O Corte INtelectual dos Ecologistas Porto-alegrense	118
5.6. Personalismo e INtelectualismo.....	121
5.7. ME Porto-alegrense: Luta Reivindicatória ou Movimento Social?.....	124

CONCLUSAO	129
-----------------	-----

REFERENCIAS BIBLIOGRFAICAS.....	134
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	140
-------------	-----

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi acontecendo em meio ao turbilhão da vida cotidiana, cheia de atropelos, angústias e prazeres. Por isso, no momento deste rito de passagem, cabe agradecer às pessoas que, muitas vezes sem saber, contribuíram para sua conclusão.

Agradeço ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela Bolsa de Mestrado, nos bons tempos em que esta durava três anos; à Albertina Buss, do Programa De Pós-Graduação, pelo interesse e disponibilidade, aos colegas da turma de 88, sobretudo pelo compartilhar de identidades, tensões e expectativas do início até o fim, e, particularmente, à orientação tranquila da Prof^{ma} Ilse Scherer-Warren. Ao Sérgio Januário e ao Luis Pereira, do Laboratório de Informática do CCH, agradeço o auxílio técnico e apoio moral nas inúmeras horas de "pane" nos computadores e na aprendiz de digitadora.

À Helena Tornquist, pela revisão final, apoio logístico e estímulo ao saber; ao Ari, pela assessoria estatística, críticas "aquarianas" e companheirismo amplo, geral e irrestrito, e, finalmente, à Gaia, pelas horas de "mãe" involuntariamente cedidas e pelo profundo estímulo à vida, sempre.

RESUMO

Este trabalho visa analisar as relações entre o Movimento Ecológico em Porto Alegre e a Administração Popular, num período de dezoito meses (janeiro de 1989 até meados de 1990), durante o qual tentou-se observar as atividades de um movimento progressista diante de um governo com o qual, em tese, teria pontos de convergência.

Começando por uma perspectiva histórica, examinaram-se as origens dos grupos ecológicos locais, bem como suas formas atuais de organização e características de sua atuação.

Um balizamento das estruturas do Partido dos Trabalhadores que lidam com as demandas e sugestões ecológicas também foi tentado.

A análise da postura assumida pelas entidades locais face à gestão municipal permite visualizar diversas dimensões que envolvem a questão ambiental na atualidade: a incorporação de aspectos da plataforma ecologista por diversos atores sociais, a ampliação da participação institucional, a amplitude do ecologismo e a base do movimento nas classes médias, entre outros. Todos estes fatores indicam um momento de crise do ME local, que expõe suas contradições intrínsecas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationship between the Ecological Movement of Porto Alegre and the Municipal Administration of Partido dos Trabalhadores (Worker's Party), in an 18-month period (from January 1989 until mid-1990). We tried to observe the activities of a progressive social movement facing a government that, at least theoretically, would have many points of convergence.

Starting from a historical perspective, we looked at the origins of the environmental groups in Porto Alegre, we examined their current forms of organization and available interfaces with the city administration.

A deeper look inside PT structures that deal with the environmental groups demands and suggestions was also attempted.

Finally, we looked at the incorporation of the environmental platform by other social actors and the resulting crisis of the ecological movements, further exposing their intrinsic contradictions.

INTRODUÇÃO

A idéia de analisar a relação do Movimento Ecológico (ME) local com a Administração Popular (AP) está bem delimitada historicamente, e não pretende ser conclusiva. Pelo contrário, propõe-se a ser um primeiro momento de uma reflexão mais ampla entre este movimento social e o Partido dos Trabalhadores, em função deste último ter relações aparentemente muito próximas com os movimentos sociais e por apresentar algumas aproximações ideológicas com o ideário dos ecologistas desta cidade.

Deve-se deixar bem claro aqui que a análise da relação entre o Movimento Ecológico e a Administração Popular, dentro dos limites deste trabalho, é unilateral, ou seja, centra-se na postura do ME frente à AP, e não nos aspectos relativos aos mecanismos de relacionamento da AP com o ME. Ou seja, trata-se de uma análise centrada no ME e não na Administração Popular. Este corte é feito em função do entendimento de que esta inter-relação não poderia ser captada no período abrangido pela pesquisa (um ano e meio de gestão), embora os elementos constitutivos da postura do Movimento frente à AP pudessem ser apreendidos.

A escolha desta temática deveu-se a duas grandes motivações: uma, estritamente acadêmica, embalada pela curiosidade de entender melhor um movimento social contemporâneo, no contexto de crise econômica e social vivida pelo país. Por outro lado, um interesse de caráter pessoal, motivado pelo meu envolvimento com os dois focos da pesquisa: o ME porto-alegrense, do qual participei durante cinco anos, através da ABAPAN, e de minha militância, um pouco mais fluida, no PT local, e, particularmente, do Núcleo dos Ecologistas deste partido.

Neste sentido, caberia ainda acrescentar que a escolha deste tema seguiu-se à eleição do PT/FP, em novembro de 1988, e

obedeceu a um intenso desejo meu de compartilhar desta experiência administrativa petista que se iniciava.

No primeiro capítulo, é recuperada brevemente a história do Movimento Ecológico porto-alegrense e feita uma caracterização das associações e grupos que o compõem atualmente. Ainda neste capítulo, busco traçar um perfil aproximado dos ecologistas do ME local, com vistas a subsidiar a discussão que se segue acerca do corte de classe deste movimento social. Para isto, foram consideradas informações referente à escolaridade, profissão, sexo e idade dos membros das entidades ecológicas de Porto Alegre e também dos militantes do Núcleo dos Ecologistas do PT, embora este último não faça parte do Movimento Ecológico propriamente.

O segundo capítulo descreve os primeiros meses da gestão da Administração Popular em Porto Alegre, seus projetos e dificuldades enfrentadas no que se refere à implementação de seu projeto político local.

O terceiro capítulo trata das dificuldades de penetração do ecologismo dentro do Partido dos Trabalhadores, bem como historiza as iniciativas dos ecosocialistas no sentido de sua organização e articulação, com ênfase no Núcleo dos Ecologistas de Porto Alegre.

No quarto capítulo, analiso a postura dos ecologistas face às propostas e iniciativas da AP, buscando verificar como estes, a partir de seu movimento, se relacionam com um governo de corte democrático e popular, capitaneado por um partido de esquerda.

As raízes desta relação, no entanto, encontram-se para-além da situação conjunturalmente analisada, exigindo que seja resgatada a história e a identidade do Movimento Ecológico da capital gaúcha. Neste sentido, no último capítulo busco identificar os fatores que alimentam e dificultam a ação coletiva dos ecologistas na passagem dos anos oitenta para a última década do século XX.

O período abrangido pela presente pesquisa inicia no final de 1988, após o resultado das eleições municipais e se

estende até meados do ano seguinte, passados então, um ano e meio da gestão petista em Porto Alegre.

Para a realização da pesquisa de campo utilizamos basicamente a técnica da observação participante, entrevistas com lideranças do Movimento Ecológico e funcionários da AP (Cargos de Confiança e Secretários). Além disso, utilizei algumas técnicas quantitativas. Estas foram necessárias para que se pudesse traçar o perfil dos ecologistas de maneira mais detalhada. Para isso, recorri aos arquivos e fichários das próprias entidades e grupos ecológicos, e, a partir dos dados aí obtidos, pude então, interpretar e obter um quadro geral do ME local.

Andei vasculhando os arquivos e alfarábios das entidades ecológicas, com o propósito de tecer primeiramente um cenário a partir do qual, posteriormente, elaborei o roteiro das entrevistas (Tabela II em anexo). Também coletei tudo que foi possível acerca da AP, incluindo aí seu jornal "oficial" (Porto Alegre Agora) e as notícias veiculadas pela grande imprensa gaúcha, ou seja, o Jornal Zero Hora e o Correio do Povo.

Tive a preocupação de minimizar minha subjetividade no momento da seleção de pessoas a serem entrevistadas, em função de meu envolvimento pessoal e identidade com os "objetos" da pesquisa, Movimento Ecológico e Partido dos Trabalhadores. Não quis com isso buscar uma suposta e indesejável neutralidade, mas antes, evitar as possíveis distorções de uma excessiva aproximação com algumas entidades, setores e mesmo pessoas do ME local. Assim, primeiramente elaborei uma série de critérios para selecionar os entrevistados. Com isso, foi possível expressar a pluralidade de características pessoais existentes entre os ecologistas (linha de pensamento, sexo, idade, militância ou simpatia partidária, tempo de atuação no Movimento, formação).

Estes critérios também buscaram dar conta dos diferentes "pesos" que as diversas entidades têm dentro do ME local. Assim, busquei entrevistar mais pessoas ligadas às entidades maiores (em número de associados e/ou militantes), mais representativas e mais antigas, como se vê na tabela III.

Para as entrevistas específicas sobre a Administração Popular, busquei contemplar também os diversos órgãos institucionais a partir dos seguintes critérios: existência de ecologistas atuando naquele órgão e relevância de suas atividades para com as propostas do Movimento Ecológico local.

Fui observadora participante de uma série de reuniões e debates das entidades do Movimento Ecológico, da Administração Popular e entre estes, tendo com isto presenciado eventos fundamentais para a compreensão da relação dos ecologistas com a Prefeitura e com os movimentos populares. Participei do debate/reunião "Salve os Arroios", promovido pela Administração Popular; da primeira reunião do Comitê de Gerenciamento do Arroio Cavalhada; do debate intitulado "Ecologia e Socialismo", promovido pelo Gabinete de um vereador ecologista; das reuniões entre AP (através da Secretaria do Meio Ambiente/SMAM e Departamento Municipal de Limpeza Urbana/DMLU) e entidades ecológicas que trataram da problemática do Lixo Urbano e de seu destino final; da reunião do Conselho Superior da AGAPAN que discutiu a decretação do Estado de Calamidade Pública pelo Prefeito, com a presença do diretor do DMLU. Participei também de duas reuniões do Núcleo, onde o DMLU e SMAM relataram suas atividades e dificuldades; e da reunião de avaliação da SMAM que subsidiou o processo de reforma administrativa em curso no ano de 1990.

Ao final, realizei trinta e sete entrevistas abertas, num total de 52 horas de gravação, observando um roteiro mínimo (ver tabela II). Destas, onze foram feitas com ecologistas que atuavam nas entidades ecológicas, nos cargos de direção ou com reconhecida liderança no ME local. Busquei contemplar com maior número de entrevistas aquelas entidades com maior representatividade (tabela III).

Para as informações e depoimentos acerca da administração, conversei com vinte integrantes da AP, sendo que destes dez eram ecologistas vinculados, até então, ao ME local, e que foram convidados a integrar a equipe de governo da FP. Também foram consultados seis integrantes do Núcleo dos Ecologistas, sendo que entre estes, estavam dois vereadores ecologistas do PT.

Como grande parte das pessoas entrevistadas participavam de mais de uma atividade, consideramos como referencial a atividade priorizada pelo entrevistado.

No que se refere à situação das entrevistas, gostaria de sublinhar a facilidade de acesso aos "informantes", a qual tributo em parte ao fato de sermos conhecidos, e, em parte, pela própria postura acessível e franca destas pessoas, inclusive daquelas poucas que me eram desconhecidas. Na grande maioria das entrevistas, senti um interesse muito grande pelo tema que propunha ("falar sobre o ME hoje, sobre a AP e sobre a relação entre os dois"), e, principalmente, uma sinceridade muito grande nos diálogos travados entre nós. Não poderia deixar de sublinhar que, na maioria das vezes, criou-se uma relação bastante igualitária entre mim, em meu papel de "inquiridora" e os entrevistados, o que permitiu que muitas reflexões conjuntas fossem feitas. Neste sentido, ao remeter-me àquele momento, sinto que as considerações e conclusões colocadas na dissertação trazem a marca destas conversas. Com excessão da relação entre movimento social e classe, praticamente todos os aspectos abordados nos últimos capítulos foram colocados, já de forma bastante elaborada, pelas pessoas entrevistadas, cabendo a mim costurá-las e inseri-las dentro de uma perspectiva mais teórica.

1. O MOVIMENTO ECOLÓGICO: PASSADO E PRESENTE

1.1. Um Breve Histórico

O presente trabalho propõe-se a caracterizar, em linhas gerais, a evolução do Movimento Ecológico porto-alegrense, o que permite contextualizar a fase atual na qual o movimento se encontra. Tomamos aqui a perspectiva que considera o ME em sua acepção em strictu sensu, ou seja, o conjunto das entidades e grupos ecológicos que atuam na cidade de Porto Alegre.

Em 1971, um grupo de profissionais liberais (agrônomos, médicos, advogados, arquitetos entre outros) funda a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) sob a influência do engenheiro agrônomo José Lutzenberger, com o objetivo de discutir os problemas ambientais. A postura de denúncia de situações locais de depredação e poluição do meio ambiente era a materialização local da discussão mais filosófica que se travava entre os membros desta entidade. Editaram, com certa regularidade, a Revista Sobrevivência, onde esta ideologia era divulgada mais amplamente.

Ainda na década de setenta, surgem outros grupos e entidades ecológicas na cidade, como é o caso do Grupo Ecológico Kaa-eté, da ADFG (Associação Democrática Feminina Gaúcha), o primeiro reunindo alunos secundaristas e a segunda sendo uma entidade ligada ao movimento assistencialista que incorpora, gradativamente, as questões ambientais.

Em 1978, é criada a Cooperativa Coolméia, formada a partir da convergência entre militantes oriundos do movimento de resistência à ditadura militar, da década de 60, e, por outro lado, por pessoas ligadas ao movimento espiritualista de Porto

Alegre, até então organizados na Grande Fraternidade Universal (GFU). Desde sua origem, a Coolméia propõe-se a viabilizar um modo de vida naturista no meio urbano, buscando incentivar e intermediar a produção de alimentos produzidos organicamente e, juntamente a isto, a preservação do Meio Ambiente em sentido amplo, desde o ponto de vista do cotidiano de seus integrantes.

Mas é na década seguinte que se pode falar propriamente num Movimento Ecológico, no sentido da articulação de diversos grupos e entidades em lutas comuns. Se anteriormente as ações e lutas eram isoladas, é no período da abertura política que as lutas ecológicas passam a assumir um perfil mais politizado, e também mais constante, permitindo a aglutinação dos diversos grupos e inclusive integrando outros atores sociais em suas reivindicações (sejam coletivos, como outras entidades e movimentos, sejam individuais).

Em 1982, a decisão do governo do Estado do Rio Grande do Sul em implantar o II Pólo Petroquímico próximo à capital, à beira da Lagoa dos Patos, gera um amplo movimento de protesto, colocando em questão não só os danos ambientais decorrentes da implementação de tal empreendimento, mas também como a forma com que esta decisão fora tomada (sem a participação da sociedade civil). Neste momento, o Movimento Ecológico se coloca como um interlocutor que desejava ser ouvido. Articulado a partir da Comissão de Luta Contra o Pólo, reuniu diversas entidades ecológicas, profissionais e comunitárias e contou com o apoio de deputados e outras personalidades públicas do Estado. O movimento inaugura uma forma nova de fazer seu protesto: realiza shows, seminários, acampamentos à beira da Lagoa e divulgação de cartilhas discutindo todos os aspectos envolvidos na questão. Havia uma crítica contundente acerca da necessidade, tida como inquestionável, da indústria petroquímica no processo de desenvolvimento do Estado, defendida pelos discursos oficiais. Embora as conquistas deste movimento tenham sido parciais, cabe destacar sua importância no que se refere a divulgação do pensamento ecologista no seio da sociedade gaúcha, bem como a incorporação de algumas melhorias no projeto inicial do Pólo, referentes ao controle da poluição propriamente dito.

Deste movimento surge o Grupo Em Nome do Amor à Natureza, que irá se destacar na luta ecológica nos anos seguintes. Formado basicamente por estudantes universitários, em grande parte militantes do movimento estudantil que começava a se reorganizar neste período, o "Em Nome" surge como crítica da maior entidade do momento, a AGAPAN. Tinha uma proposta de organização interna descentralizada, marcada pela horizontalidade e informalidade das relações, mantendo procedimentos democratizantes (Assembléias, cargos de coordenação eleitos, etc). Identificava-se como entidade **ecologista**, assinalando seu caráter eminentemente político e propiciando um intenso debate acerca de questões tidas como "privadas", como sexualidade, patriarcalismo, etc.

A importância deste grupo deve-se ao fato de dar expressão e impulsionar um processo de politização da ecologia e de uma proposta alternativa de "fazer política", pois foi com o "Em Nome" que o Movimento Ecológico porto-alegrense travou uma série de discussões que politizaram as questões ambientais, mediante a ligação destas com as questões sociais e políticas mais amplas. Isto ocorreu de forma mais diluída nos anos que se seguem à Comissão de Luta Contra o Pólo e cujo símbolo mais perfeito é a realização da I Semana Ecológica Alternativa.

Numa perspectiva semelhante a esta, embora num âmbito mais restrito, surge o grupo ecológico "Deite na Grama", formado também por estudantes universitários da UFRGS. Com um corte político muito aproximado do ideário anarquista, o grupo propunha-se a realizar um trabalho de ecologização dos estudantes em geral, pressionando a própria Universidade para que adotasse também uma perspectiva ecológica em seus cursos e em sua prática cotidiana.

Outro grupo com atuação neste período (1982-1986) é o MEI (Movimento Ecológico Integrado), que também surge como dissidência da AGAPAN e que passa ocupar um espaço importante nas lutas mais gerais do ME, como a Luta pela Lei dos Agrotóxicos e outras.

1.2. As Fases do Movimento Ecológico

Ao caracterizar o movimento ecológico no Brasil, VIOLA (1987) destaca as etapas evolutivas que podem ser aplicadas à situação estudada aqui. No período que vai de 1974 a 1982, tem-se uma atuação marcada pela denúncia dos problemas ambientais, divulgadas de forma bastante ampla pela imprensa local. Há uma discussão ético-filosófica interna na AGAPAN, mas a nível prático a atuação é pontual e pouco politizada.

Num segundo momento (1982-1986), o de "transição", há uma politização progressiva, ainda que parcial, das entidades ecológicas, que, inclusive, crescem em número e em associados. Esta politização não é homogênea nem atinge todas as entidades por igual. E é justamente este o momento em que se trava luta contra o Pólo Petroquímico, onde já se coloca, por parte dos ecologistas, a ligação entre questões ambientais com as questões políticas e sociais mais amplas.

Há uma estreita relação entre o processo de politização do ME e o processo de redemocratização gradual pelo qual o país passava neste momento. Assim como se observa o surgimento daqueles movimentos considerados como "novos", segundo diversos autores, também se observa esta politização progressiva de diversos outros movimentos sociais no Brasil. A reorganização partidária e o surgimento de novos partidos, os processos eleitorais nas eleições estaduais e municipais e para cargos proporcionais implicou discussões político-partidárias específicas, e nas discussões mais gerais acerca de necessidade ou não de participação dos ecologistas no campo da disputa política.

Nesta perspectiva, elencamos alguns momentos mais importantes desta fase de Transição: o apoio (não unânime) a uma candidatura do ME (da AGAPAN) para cargo de vereador, pelo PMDB, em 1982; a articulação do ME com um deputado do PMDB para a elaboração da Lei Estadual dos Agrotóxicos¹, neste mesmo ano; em 1983 a realização da I Semana Ecológica Alternativa, (uma série de debates, palestras e atividades culturais acerca das questões

ambientais e políticas); a participação das entidades ecológicas na Campanha Nacional pelas Diretas-Já em 1984; e, em 1985 a realização da II Semana Ecológica Alternativa, desta vez centrada na discussão dos problemas da capital gaúcha e que resultou na elaboração de uma "Proposta de Vida para Porto Alegre", contendo sugestões alternativas aos problemas e entregue a todos os candidatos à prefeitura que concorriam naquele momento de eleições municipais.

Observe-se que nem todas estas lutas foram consensuais dentro do ME e das entidades, uma vez que havia setores que descartavam a arena político-partidária como necessária para o movimento, ou ainda, por caracterizarem o ME como transpartidário, devendo influenciar todos os partidos da mesma maneira e não se envolvendo diretamente com tais questões. No entanto, diversos militantes tiveram participação ativa nestes processos, revelando, inclusive, uma pluralidade de opções políticas. O marco decisivo da fase Eco-Política, que se inicia em 1986 e se estende até os dias de hoje, foi o processo Constituinte. Há uma intensa mobilização a nível nacional, abrangendo diversos movimentos sociais e sindicais, primeiramente na busca de uma Assembléia Constituinte Soberana e, posteriormente, pela participação popular na Assembléia não-exclusiva.

É também em 1986 que se cria, no Rio de Janeiro, o Partido Verde, fruto de um intenso processo de discussão onde ecologistas de Porto Alegre participam. A AGAPAN desde o início se manifesta publicamente contrária à partidarização da questão ecológica, impulsionando um intenso debate dentro do ME local acerca do papel do Movimento e dos partidos².

1.3. Composição do ME: Entidades e Grupos

Na caracterização das entidades/grupos ecológicos que atuam em Porto Alegre atualmente, excluimos as comissões de ecologia de outras entidades que não as especificamente

ecológicas, uma vez que não se enquadram na definição que utilizamos de Movimento Ecológico, muito embora se reconheça a importância destas nas lutas do ME local e na ecologização⁹ de suas categorias e entidades⁴.

Também excluímos os grupos e movimentos de caráter transitório e ligados a questões específicas, como é o caso da CLEPEI (Comissão de Luta pela Efetivação do Parque de Itapuá) e do MDPC (Movimento em Defesa dos Parques da Cidade). A primeira é uma comissão interentidades (que reúne diversas entidades através de seus representantes), e atua basicamente em Porto Alegre, mas com um interlocutor a nível estadual, que é o Governo do Estado. Quanto ao MDPC, trata-se de um movimento também transitório, a nível da cidade, que atuou principalmente nos anos de 1987/1988, a partir do Projeto de Urbanização e Privatização da orla do Rio Guaíba, encaminhado pelo Governo Municipal, naquela ocasião do PDT. O MDPC foi bastante importante na história política e social da cidade, na medida em que conseguiu articular diferentes movimentos numa só luta: movimento comunitário, ecológico, sindical e profissional. Outra entidade local, o Movimento Pró-Ecologia apresentou atuação praticamente inexpressiva, não tendo sido localizado seus representantes pelos endereços que obtivemos e nas atividades mais gerais do movimento. Assim, não o tomamos em consideração para a presente pesquisa.

Atualmente, em Porto Alegre, existem cinco entidades/grupos ecológicos: AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), Cooperativa Ecológica Coolméia, ADFG-Amigos da Terra (Associação Democrática Feminina Gaúcha), União Pela Vida e Grupo Ecológico Kaa-eté).

A Cooperativa Ecológica Coolméia pode ser considerada uma das maiores organizações ecologistas da cidade, apesar de centralizar sua atuação na dimensão mais econômica. Trata-se de uma Cooperativa de produtores e consumidores naturalistas, orientada pelos princípios de auto-gestão e ecologismo em suas diversas atividades. Apesar de pertencerem formalmente à OCERGS (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul), sua proposta escapa do espírito e prática empresarial-capitalista das grandes cooperativas do estado. Busca uma organização descentralizada,

democrática e educativa e comercializa produtos naturais, integrais e produzidos organicamente. Mantém um entreposto e um restaurante num bairro central da cidade, e quinzenalmente organiza a Feira do Agricultor Ecologista, aberta ao público, no Parque da Redenção, um dos mais movimentados da cidade. Sua participação nas atividades do ME é constante, embora esteja mais relacionada com a dimensão de divulgação e apoio.

O Kaa-eté é um grupo de estudantes da Escola Estadual Júlio de Castilhos, um dos mais ativos colégios de segundo grau da cidade. Sua especificidade coloca limites à sua atuação: que seus ativistas estão apenas temporariamente na escola (na maioria das vezes, são apenas alunos das duas primeiras séries do segundo grau que participam). Uma das principais peças para a manutenção do grupo tem sido o incentivo de duas professoras que colaboram com o grupo que está gerindo o Kaa-eté a cada ano. Este grupo, em média, com cerca de dez alunos, que conta com uma sala própria dentro da escola. Realizam debates e palestras sobre temas relacionados com a questão ecológica, mantêm um mural de informações e um jornalzinho. Sua participação nas atividades mais gerais do ME é esporádica, dependendo das pessoas que fazem parte do grupo a cada ano.

A União Pela Vida é um desdobramento do antigo MEI (Movimento Ecológico Integrado) que atuou entre 1983-1987. Conta com cerca de trinta associados, entre artistas e profissionais "liberais", não tem sede própria e seus recursos financeiros advêm da contribuição de seus associados. É uma Associação registrada legalmente, contando com Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Sua atuação está voltada para o trabalho de conscientização ambiental, em escolas e público em geral, com prioridade aos seguintes temas: preservação de animais e de áreas naturais, agrotóxicos, aditivos químicos, reciclagem de lixo e, em conjunto com a CRAB (Comissão dos Atingidos pelas Barragens), em caráter de assessoria e apoio, na luta contra a construção das Barragens no Rio Uruguai.

A ADFG-Amigos da Terra surgiu em 1972 como entidade de caráter assistencialista e benemerente, formada por senhoras oriundas de camadas mais abastadas da sociedade local. Promovia

campanhas de doações às comunidades carentes e feiras benemerentes. Objetivava também desenvolver o senso de cidadania, defendendo os interesses dos cidadãos, e em função disso, aos poucos começou a encampar as bandeiras levantadas pelas entidades ecológicas da época. Em 1982, em função de seu crescente envolvimento com estas questões, associou-se ao "Friends of the Earth", entidade ecológica com atuação em diversos países. Atualmente, mantém as atividades assistenciais, mas destaca-se pela atuação ecologista, particularmente através de suas presidente e vice-presidente. É uma entidade legalizada oficialmente, tendo portanto, Assembléia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Tem sede locada num bairro central da cidade, com telefone, onde trabalham duas pessoas em tempo parcial, mas não dispõe de outras fontes de recursos que não as contribuições dos associados. Esporadicamente produzem publicações de caráter informativo para divulgação de suas propostas. Atualmente, têm priorizado as atividades de representação do ME brasileiro em fóruns internacionais, embora participem, em geral, das atividades mais importantes do ME local.

Sem dúvida, é a AGAPAN entidade ecológica mais representativa¹⁰ e atuante em Porto Alegre. Sendo a mais antiga da cidade, tem sede locada no centro da cidade, telefone e funcionário em tempo parcial. Também é legalizada enquanto associação, tendo Assembléia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Superior e Conselho Fiscal. Publica o Jornal Sobrevivência, e realiza debates e palestras sobre questões ligadas à ecologia. Em geral, é esta entidade quem toma as iniciativas em termos de lutas dentro da cidade, sendo, portanto, uma importante articuladora do ME local, e, em certo sentido, gaúcho.

1.4. O ME Porto-alegrense: um Novo Movimento Social?

Diversos autores tem destacado a década de setenta, na América Latina, como um momento importante do ponto de vista do surgimento de diversos movimentos sociais de caráter "novo",

movimentos que, além de se organizarem em torno de questões mais amplas do que aquelas relacionadas à esfera da produção, buscam inovações em termos da forma como se organizam (SCHERER-WARREN, 1987; LACLAU, 1986 e EVERS, 1984).

E, nesta perspectiva, o Movimento Ecológico tem sido, quase que invariavelmente, considerado como um Novo Movimento Social. Para isto, leva-se em conta dois aspectos: seu conteúdo propriamente dito, em torno do qual estes se constroem, e as formas com que se organizam enquanto grupos sociais.

Não parece restar dúvidas quanto à contemporaneidade do questionamento levantado pelo pensamento ecológico, na medida em que este se coloca, de forma mais ampla, a partir da década de setenta, quando surgem os primeiros sinais de esgotamento do modelo industrial baseado no uso intensivo de recursos não-renováveis. No entanto, com relação ao aspecto da forma de organização destes movimentos, seria necessário relativizar um pouco este atributo, no caso específico do ME de Porto Alegre.

Retomando um pouco sua história, pudemos identificar apenas três entidades que se caracterizam pela forma organizativa típica do modelo comunitário, que informaria as práticas dos Novos Movimentos Sociais: busca de descentralização, informalidade, consenso, democracia de base, igualitarismo. Neste sentido teríamos a Coolméia como o grupo que atualmente mais se aproxima destes valores, por sua prática cotidiana pautar-se pelos princípios da auto-gestão, democracia de base, igualitarismo, embora o Deite na Grama e o Em Nome do Amor à Natureza também expressassem, durante sua existência, a busca deste modelo comunitário.

Nas demais entidades (AGAPAN, ADFG-Amigos da terra e União pela Vida), desde sua origem predominaram traços típicos do modelo formal de organização, entendido como "... tipo de organização que exige mecanismos de representação e promove a constituição de lideranças que 'carregam' o movimento, sendo caracterizado por eleição de diretoria executiva, à qual compete promover a mobilização e encaminhar as reivindicações" (DURHAN, 1984:27). Percebe-se que, concomitantemente à politização

progressiva do ME, há uma crescente aproximação com os valores e práticas típicas dos Novos Movimentos Sociais. Alias, talvez seja justamente em função desta simultaneidade de processos que surjam muitas contradições: por um lado, a informalidade, por outro, a necessidade de participação institucional mais ampla. Ou ainda, a busca de consenso e o surgimento de um debate político-ideológico mais geral, que se manifesta nas próprias entidades, propiciando diferentes entendimentos da própria questão ecológica.

Enfim, à luz destas considerações, podemos afirmar que há uma tendência do ME porto-alegrense em tornar-se um Novo Movimento Social. Ou seja, as entidades/grupos que o compõem, na sua caminhada, vão se construindo naqueles moldes, o que, evidentemente, não se faz sem contradição entre as formas antigas de organização e práxis. O ME seria, enfim, um "vir-a ser Novo Movimento Social.

1.5. O Perfil Sócio-cultural dos Ecologistas

A intenção de traçar um perfil aproximado⁶ do universo dos participantes do movimento ecológico porto-alegrense é a de verificar quais são as camadas da população mais sensibilizadas e envolvidas com as questões ambientais⁷. Embora já existam trabalhos que afirmem a predominância dos setores médios neste movimento social (VIOLA, 1987), pretende-se aproveitar esta oportunidade para quantificar e precisar esta informação, objetivo este que se viabiliza no estudo de caso de uma cidade.

A partir desta quantificação, pretende-se discutir as relações entre o Movimento Ecológico e sua base de classe, o que será desenvolvido posteriormente.

Para obter os dados necessários a este objetivo, procedeu-se da seguinte maneira:

1. Levantamento do quadro de associados das entidades ecológicas a partir de seus arquivos, e, quando da ausência destes, a partir de informações mais genéricas de seus membros.

2. Tabulação destes dados, considerando os itens disponíveis nas entidades (sexo, idade, profissão, escolaridade e, as atividades extra-profissionais).

Assim, com relação ao sexo predominante no ME local, considerando aqui os seus associados, constatamos que estes apresentam uma "inversão" dos percentuais relativos à população brasileira: enquanto nesta se observa uma ligeira maioria de mulheres (52%) sobre 48% de homens (IBGE, 1987), o ME porto-alegrense conta com 52% de associados do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Com relação às direções das entidades, esta distância aumenta significativamente: 68% dos dirigentes das entidades ecologistas são homens e apenas 32% são mulheres (tabelas A-1 e A-1.1), o que, por outro lado, não chega a destoar de uma ocorrência bastante comum na sociedade brasileira, ainda nas décadas de 80/90: o predomínio masculino nas instâncias decisórias e cargos de direção e/ou comando, mesmo naqueles espaços (instituições, entidades) onde há uma participação significativa das mulheres nas atividades cotidianas. Na Cooperativa Coolméia, por exemplo, a maioria feminina no quadro social (55%) não encontra expressão a nível do seu Conselho Administrativo, onde todos os cargos são ocupados por homens (tabelas B-5 e B-5.1).

Com relação à idade, observa-se que 64% dos associados nasceram entre 1942 e 1966, com uma média de idade de 37 anos, sendo que a maioria dos associados está na faixa de 23 a 27 anos, isto é, nascidos entre 1962 a 1966 (ver tabela A-2). Isto nos permite pensar que, embora tenha havido uma certa "popularização" da consciência ecológica, nos últimos anos, esta não tem revertido em uma ampliação do número de ecologistas (ligados ao ME strictu sensu), mais jovens, nascidos no final da década de sessenta e início da de setenta. E, talvez, haja alguma relação entre as experiências de vida das pessoas nascidas neste período e sua participação no ME.

As direções das entidades praticamente espelham o predomínio destas faixas etárias que variavam, em 1989, entre 23 e 47 anos (tabela A-2.1), sendo que a maioria dos dirigentes tinham idade entre 28 e 32 anos.

Os itens escolaridade e profissão têm para nós particular importância, no sentido que permitem balizar, ainda que de maneira tendencial, a composição de classe do ME porto-alegrense. Veja-se que autores como TOURAINE (1990) destacam como um dos fatores fundamentais na definição da classe média latino-americana a escolaridade, destacando o caráter da Universidade com reino da classe média. Ou seja, há uma estreita ligação entre o nível de escolaridade e a profissão, uma vez que, no caso das classes médias, sua qualificação é fundamentalmente obtida em cursos de ensino superior.

Em termos da escolaridade, verificamos que 67% dos associados das entidades estão cursando ou já tiveram titulação referente ao terceiro grau, o que, comparando com a média de escolaridade geral da população brasileira é significativo. E, se tomamos em consideração o fato de que há uma relação entre saber e ecologia, ou entre "estudo" e preocupação ambiental, pudemos verificar que 34% dos ecologistas estão diretamente ligados às atividades de estudo e saber (professores e estudantes) (tabela A-4).

Este predomínio quase que absoluto de "universitários" entre os associados das entidades aumenta ainda mais se tomamos como foco as direções das entidades, onde 93% tem curso superior completo ou incompleto (ver tabela A-3.1).

A questão da alta taxa de escolarização dos ecologistas nos remete à SCHERER-WARREN (1987b), quando diferencia o Movimento Ecológico dos movimentos populares, que, em geral, têm buscado entre técnicos e intelectuais, assessoria a seus movimentos. O ME, ao contrário, não necessita buscar este apoio, uma vez que conta, em seus próprios quadros, com pessoas que justamente detêm o conhecimento ou o "saber" muitas vezes necessário como instrumento de luta e legitimação. Em uma palavra, O ME é ele mesmo um mediador de si mesmo.

O item profissão ou atividades profissionais, remete à caracterização que CHAUÍ (1985) faz das classes médias, justamente a partir da profissão desempenhada pelos indivíduos. Entretanto, consideramos que alguns aspectos colocados por esta autora careceriam de uma revisão, dadas as transformações ocorridas na estrutura sócio-econômica brasileira nos últimos cinco anos.

Da alta classe média fazem parte as seguintes profissões: gerentes, administradores de grandes burocracias, grandes comerciantes, médias empresas e média propriedade fundiária, profissionais liberais autônomos e *intelligentzia* artística e universitária. Seu comportamento político tende a identificar-se com o das classes mais altas, em cujo modo de vida e valores se inspira, e, de certo modo, compartilha.

Na média classe média situam-se os segundos escalões das burocracias estatais, os pequenos comerciantes e pequenos industriais, pequenos proprietários de terras, os professores de segundo grau e profissionais liberais de dupla atividade (ou seja, autônomos que necessitam complementar seus proventos como assalariados em órgãos públicos ou privados). Em termos político-ideológicos, este seria o setor mais entregue ao consumismo, ao reformismo e conformismo político-ideológico. Talvez por ser o segmento mais sujeito à proletarização, em períodos de crise, tenderia a buscar diferenciarse das classes populares e evitar aproximação com os movimentos operários e popular (CHAUÍ, 1985:72).

E, finalizando, a baixa classe média seria formada pelo funcionalismo público, professores primários, comerciários e trabalhadores em geral do lumpesinato urbano. Seus valores circulam entre uma visão mágico-autoritária do real e um certo culto à autoridade e líderes "heróicos" (CHAUÍ, 1985:73).

Mais do que permitir-nos classificar os ecologistas de acordo com as subdivisões aqui feitas entre os estratos da classe média brasileira, até porque reconhecemos que esta classificação é complexa⁶, o item profissão permite-nos visualizar um universo eminentemente intelectual dentro do ME, formado por pessoas com alto nível de escolaridade e, portanto, com maiores

possibilidades de acesso às informações e à cultura "dominante ou erudita" do que a maioria da população brasileira.

Outros dados que nos parecem interessantes nesta caracterização dos ecologistas seriam aqueles que permitiriam visualizar seus interesses político-ideológico e sua capacidade associativa, através de seu envolvimento com outras atividades extra-profissionais, que incluiriam desde hobbies até militância em movimentos sociais e partidos políticos. No entanto, conseguimos obter informações acerca deste tipo de atividades apenas em duas entidades (AGAPAN e UPV) e num grupo (Núcleo), o que nos permite apenas esboçar uma tendência relativa no sentido acima citado.

Assim, dos 575 associados da AGAPAN^o, 178 participam de 230 Atividades Extra-profissionais, correspondendo a 37% do total de associados, (ver nota da Tabela C-14). Destes 43% estão ligados, de alguma forma, ao ME e 17% são associados das demais entidades consideradas nesta pesquisa (ADFG, Coolméia, Núcleo e União Pela Vida). Observa-se também o envolvimento dos associados da AGAPAN com outros Movimentos Sociais, como o sindical e o comunitário (Tabela C-14).

Na União pela Vida, 50% das pessoas estão envolvidas com outras entidades ecológicas e/ou indígenas.

Com relação ao Núcleo dos Ecologistas, cuja especificidade advém de sua dimensão partidária, as informações obtidas revelam que seus militantes participam das atividades gerais do próprio partido (33%) e do Movimento Ecológico (30%) (Tabela F-27). É interessante observar que 86% dos associados do Núcleo dos Ecologistas são também filiados a diversas entidades ecológicas, sobretudo à AGAPAN (57%), (Tabela F-28). Além disto, há muitas pessoas que participam do Movimento sindical (22%), o que reafirma a tendência dos ecologistas petistas de buscarem uma participação político-social bastante ampla (Tabela F-27).

Se os associados das entidades ecológicas e Núcleo costumam envolver-se em atividades extra-profissionais de cunho político-social além da atuação na entidade ecológica de origem,

entre os dirigentes dos grupos considerados esta tendência atinge proporções muito grandes. Na AGAPAN, por exemplo, dos sete membros da Diretoria Executiva, todos tem outras atividades extra-profissionais, além da AGAPAN, e entre estes, quatro têm duas outras atividades e dois estão envolvidos com três outras atividades, perfazendo uma média de 3 atividades por pessoa (ver tabela C-14.1).

Concluimos, portanto, que o ME porto-alegrense é um movimento constituído, de modo relativamente equilibrado por homens e mulheres, sendo que há um predomínio masculino nos cargos de direção das entidades. E que a maioria de seus membros, tanto nas bases quanto nas direções, tem idades que variam de 23 a 47 anos (em 1989), com nível de escolaridade eminentemente superior e detenção de capital cultural¹⁰, e cujas profissões variam dentro daquilo que se pode considerar como profissões tipicamente intelectuais. Também se observa entre os ecologistas um envolvimento político-ideológico amplo, que os liga a outros movimentos sociais, principalmente, e que se acentua em seus dirigentes. Este aspecto expressa, por um lado, uma preocupação política e participativa ampla, mas, por outro, uma dispersão em diversas atividades, aspecto que será retomado no capítulo 5.

1.6. - A Base de Classe do Movimento Ecológico

A intenção de caracterizar o universo de classe que fornecerá a base social para o Movimento Ecológico porto-alegrense fundamenta-se no pressuposto de que, apesar de não ser este o único nem o principal determinante de identidade deste movimento, a origem de seus ativistas e associados nas classes médias é um dos fatores que precisa ser reconhecido e articulado com outros, na medida em que se busque analisar seu comportamento político e sua proposta ideológica mais ampla, marcadamente utópica, tal como a define SCHERER-WARREN, 1990), ou seja, enquanto crítica radical da sociedade vigente e busca de alternativas a esta.

A literatura acerca dos Novos Movimentos Sociais têm enfatizado, com justeza, que estes inovam o sentido da política e da ação social ao expressarem novas contradições/situações de uma sociedade capitalista contemporânea, que não se restringem apenas aos conflitos de classe. Destaca também as suas formas de organização e seus valores/ideário, que rompem com as lutas e movimentos sociais clássicos, como é o caso do movimento operário¹⁴. Em outras palavras, estes movimentos surgem e se constituem enquanto tais, não mais em função de uma determinada situação na estrutura produtiva da sociedade, mas em termos de necessidades sentidas no âmbito da esfera da reprodução da força de trabalho (moradia, cotidiano) ou necessidades específicas ligadas a gênero e raça, como os movimentos feministas, negro, de minorias étnicas. A reivindicação de um meio ambiente preservado ou utilizado de maneira mais racional do que a predominante até hoje, o protesto contra a depredação dos recursos naturais, enfim, todas reivindicações que busquem recolocar a relação homem/sociedade-natureza em termos mais harmônicos são, neste sentido, as necessidades em torno das quais o Movimento Ecológico se constrói e cria sua própria identidade. Os Novos Movimentos Sociais, portanto só podem ser pensados se referidos as novas contradições e características do capitalismo contemporâneo e seus valores e ideais, vale dizer, em torno de seu projeto utópico e de suas formas de organização (SCHERER-WARREN:1987a).

De outra parte, autores como MELLUCCI (1989) e DE LA CRUZ (1987) enfatizam a ligação do caráter cultural e simbólico unificador dos Novos Movimentos Sociais com as transformações do capitalismo nas últimas décadas, o qual teria penetrado praticamente todas as dimensões da vida social através do Estado. Para DE LA CRUZ não se trataria de um desaparecimento da sociedade de classes, mas sim sua complexificação e transformação (DE LA CRUZ, 1987:98).

Este processo em curso exige daquele que se propõe a analisar um movimento social, que se considere as duas dimensões anteriormente citadas: seu projeto utópico e/ou seu ideário, e sua ligação com a estrutura social contemporânea, o que implica em considerar sua organização em diferentes classes e frações de classes. Com isto queremos dizer que se faz necessário observar

tanto os fatores "objetivos" - no caso, aqueles relativos à estrutura sócio-econômica da sociedade: - quanto os "subjetivos" propriamente ditos.

Ao falarmos da complexificação da sociedade brasileira, há que se destacar a expansão dos setores chamados aqui como classes médias. BOSCHI (1986) situa a origem desse processo de crescimento já na década de setenta, relacionado ao intenso processo de urbanização e de expansão do setor terciário¹². Observa-se neste período um descenso dos segmentos médios clássicos (as profissões liberais autônomas) e uma expansão dos assalariados nos serviços de consumo e públicos, muitos oriundos das camadas mais baixas da população (BOSCHI, 1989:30).

Se num primeiro momento, à expansão qualitativa destes setores correspondeu um aumento do padrão de consumo e da qualidade de vida, observa-se que, simultaneamente ao processo identificado como "abertura", ocorreu um descenso das classes médias em termos econômicos, ou seja, um processo de crescente proletarianização. No entanto, há que se considerar também sua ascensão em termos de sua importância política.

A formação da Nova Classe Média¹³ está relacionada à expansão do setor de serviços não-manuais urbanos, ligados ao processo de burocratização crescente da sociedade brasileira (BOSCHI, 1990:63). Estes setores revelam a expansão do componente técnico-científico e administrativo e seriam definidos, segundo CHAUI (1985), a partir da ideologia da competência técnica e científica¹⁴. Segundo esta autora, as classes médias são criadoras e fiadoras desta ideologia, e esta identificação implica em que assumam posturas contraditórias: por um lado, permite questionamento da realidade vigente e posturas mais progressistas, e, por outro, por estar identificada com valores centrais desta ideologia, quais sejam: a divisão entre trabalho manual e não-manual e o discurso da competência técnica, acaba por viabilizar comportamentos conservadores (CHAUI, 1985:78).

Além do mais, as classes médias (e aqui consideramos não só a nova classe média, mas também o que resta das classes médias clássicas) vem sendo consideradas fundamentais nos processos políticos do Brasil e da América Latina em geral, seja

quanto a sua relevância numérica, seja no que se refere à sua atuação política propriamente dita.

A caracterização feita por CHAUI, mencionada no item anterior, destaca as profissões típicas das classes médias. SAES (1983), por sua vez, as define de forma semelhante, enfatizando o seu caráter eminentemente intelectual: "as classes médias nas formações capitalistas seriam a classe dos trabalhadores não-manuais que contribuem indiretamente para a produção das mercadorias" (SAES, 1983:451). Touraine, ao definir as classes sociais na América Latina a partir do lugar que ocupam no processo de desenvolvimento, também ressalta sua especificidade em termos da escolarização, adotando critérios políticos e culturais: "A classe média se define, pois, como EDUCADA, porque seus membros receberam uma educação primária completa, e, em sua maioria, superior" (TOURAINÉ, 1989:96).

Evidentemente, as considerações e conclusões às quais chega SAES em seu estudo devem ser relativizadas, uma vez que este analisa o comportamento político-ideológico assumido historicamente pelas classes médias no Brasil, num período, portanto, datado, entre 1930 e 1964. Neste, observa-se nos setores médios uma oscilação entre posições mais conservadoras, e mais eventualmente, progressistas. O autor destaca o "efeito perverso" que teriam as classes médias, no sentido de funcionarem como "amortecedoras" das lutas anti-capitalistas. No entanto, esta contradição permite que também se vislumbre a possibilidade de articulação entre setores médios e proletariado, em função de compartilharem da condição de trabalhadores assalariados (SAES, 1983:453).

No entanto, observando o período "pós-milagre", particularmente, veremos que são também dos setores médios que advém muitas das principais contestações ao regime militar e de onde surgem muitos dos movimentos sociais que irão, aos poucos, contribuir para o processo de corrosão da institucionalidade autoritária e, ao mesmo tempo, para a democratização da própria sociedade brasileira.

BOSCHI demonstra como a Nova Classe Média se associa e organiza em diferentes esferas da vivência, seja em locais de

trabalho, moradia, profissão e, ainda, por afinidade ideológica e existencialmente semelhantes, como é o caso dos movimentos de gênero e raça. A constituição da Nova Classe Média enquanto ator político se dá justamente no processo de transição política e está relacionada a diversos fatores, quais sejam: a proletarização relativa de setores médios altos (sobretudo a partir da década de oitenta) e o surto associativista e grevista¹⁵ neste processo, onde se observa uma crescente expansão de sindicalização de setores médios e crescimento numérico de associações profissionais e técnicas (BOSCHI, 1987:164). Também se destaca o processo de deterioração da qualidade de vida e a interiorização, para o âmbito doméstico, da pobreza e da violência, como sendo fatores impulsionadores do associativismo desta classe (BOSCHI, 1987:174).

Os movimentos grevistas protagonizados pelos setores da classe média se caracterizaram, neste período, por um grau de politização bastante significativo, no sentido de incorporar as reivindicações econômicas, demandas propriamente políticas, sobretudo no que se refere à ampliação de direitos. Este fator, acabou por possibilitar uma perspectiva mais ampla de mudança, a partir da qual se gestou uma tendência em buscar alianças com os movimentos populares e operário.

No Rio Grande do Sul, o fortalecimento dos movimentos de trabalhadores também cresce na década de oitenta e se manifesta no aumento do número de greves de caráter econômico e defensivo, mas também no fortalecimento de um sindicalismo independente do Estado e que busca articular as diferentes categorias politizando suas demandas (NUÑEZ, 1990).

Talvez seja possível pensar que esta politização e ampliação da perspectiva de mudanças tenha ligação com o acesso às informações e esteja aliada a uma maior escolarização dos setores médios e à posse de capital cultural, que distingue estes setores das classes populares.

Há também uma tendência no seio das classes médias, em buscar alianças com os setores deserdados da sociedade brasileira, o que se observa a partir das tentativas de articulação entre os movimentos sociais protagonizados pelos

primeiros e os movimentos populares propriamente ditos ¹⁶. Isto tem acontecido sob diversas formas, seja em atuações conjuntas em fóruns, comissões e mobilizações comuns (como foi o caso da Campanha pelas Diretas-Já e pela Participação Popular nas Constituintes Federal, Estaduais e Municipais) e ainda, sob a forma de assessoria de grupos e profissionais mais intelectualizados e técnicos aos movimentos populares¹⁷.

1.7. À Guisa de Conclusão

Toma-se aqui a perspectiva que considera o movimento ecológico como sendo definido a partir do objeto em torno do qual constitui sua identidade. No entanto, embora este movimento não se construa a partir de sua posição de classe, nem gira em torno de reivindicações específicas desta, podemos observar que há uma estreita ligação entre a consciência dos problemas ambientais e/ou críticos ao modo de produção e de vida mesma da sociedade capitalista contemporânea e os níveis de escolaridade superiores à média da população brasileira.

O Movimento Ecológico se constrói, pois, a partir da crítica da sociedade industrial, capitalista e predatória, no que se refere a sua intervenção nefasta nos ciclos e recursos naturais, na centralização do poder e na ausência de democracia nas decisões que afetam as populações e seus entornos. Pode-se dizer que há um ideário de valores ligados a um projeto utópico de sociedade ecológica, embora deva ser ressaltado que há diferentes tendências de pensamento dentro do Movimento¹⁸ e que, portanto, há graduações no alcance dos projetos de cada uma destas tendências (SCHERER-WARREN, 1987:47).

Segundo GIDDENS, o Movimento Ecológico seria um movimento radical das classes médias novas, juntamente com os movimentos feministas, pacifistas e de direitos humanos¹⁹. Estes Novos Movimentos Sociais propõem temas não colocados pelos tradicionais movimentos de trabalhadores, por não serem temas classistas *strictu-sensu* e por terem caráter genérico-universalizante (GIDDENS, apud OFFE, 1985). A base de

classe e a ideologia dos ~~Novos Movimentos Sociais~~ ~~é,~~ no entanto, passível de determinação, e estas são variáveis importantes na reflexão sobre aqueles. Enfim, embora as demandas dos Novos Movimentos Sociais sejam dispersas e universalizantes, percebe-se que, invariavelmente estão sendo colocadas na cena política por elementos originárias das classes médias, notadamente as novas:

"A política da Nova Classe Média, em contraste com a maioria das classes trabalhadoras, tanto quanto às políticas da velha classe média, é tipicamente uma política de classe, mas não em nome de uma classe" (Op Cit).

Assim, a evolução do Movimento Ecológico brasileiro segue uma tendência de crescente politização. Relacionada com a busca das origens econômicas e políticas da degradação ambiental. De uma postura eminentemente conservacionista, o ME assume, gradativamente, uma postura eco-política, viabilizada pelo processo de abertura e de Transição Democrática dos anos oitenta (VIOLA, 1988:). Sem aprofundarmos neste momento as diferenças internas do Movimento, é apenas aventada aqui a possibilidade deste assumir posturas identificadas com as classes e os movimentos populares, no que se refere à transformação da sociedade brasileira.

Portanto, verificamos que o Movimento Ecológico vem mostrando uma tendência de assumir posturas progressistas na sociedade brasileira e local. No entanto, algumas questões se colocam neste processo ligadas, em nossa opinião, à articulação bastante complexa entre classes e movimentos sociais.

Como o ME local vêm respondendo às questões locais, como vêm colocando em prática seus valores e sua utopia numa realidade concreta, permeada de conflitos, inclusive os de classe? Esta atuação, a nível de práxis, consegue ser congruente com a identidade do ME, que é eminentemente utópica? Como os ecologistas do movimento tem enfrentado situações conflitivas, onde suas propostas ideais aparecem como conflitantes e, ao mesmo tempo, vinculadas a situações marcadamente de classe, como as da miséria e da pobreza? E, por fim, em que medida a vivência cotidiana dos ecologista, que é também uma vivência de classe,

embora não exclusiva, influencia a práxis do Movimento Ecológico, suas estratégias, sua relação com as instituições, com o Estado e com a sociedade em geral?

1.8. - NOTAS

1. A Lei Estadual dos Agrotóxicos foi elaborada pelo Movimento Ecológico gaúcho, em conjunto com o deputado estadual Antenor Ferrari, e representou uma importante conquista para ecologistas do ponto de vista da proibição da comercialização de agrotóxicos organoclorados no Rio Grande do Sul, tendo servido de modelo para outros estados posteriormente.
2. Não trabalharemos amplamente aqui a questão da partidarização dos ecologistas nem a da relação do ME com os partidos em geral. Sabemos que isto, por si só, requereria um trabalho de igual ou mais fôlego do que este, já que assumiu dimensões bastante amplas, seja em períodos eleitorais seja em termos da influência político-ideológica nos próprios ecologistas. A questão será abordada apenas no que se refere a relação ME-PT, no capítulo 4, em função de estar diretamente relacionada ao objeto desta pesquisa.
3. "Ecologizar" é utilizado aqui como sendo a incorporação da dimensão ecológica, ou seja, a preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente, a nível de discurso e práxis por outros sujeitos individuais e/ou coletivos.
4. Como, por exemplo, a Comissão de Ecologia do Sindicato dos Jornalistas, o Departamento de Ecologia da SARGS (Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul), a Comissão de Ecologia do CPERS (Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) e ainda diretórios acadêmicos como o DAIB (Diretório Acadêmico dos Estudantes de Biologia da UFRGS), que participam eventualmente de atividades e lutas gerais do ME local, ou ainda, que desenvolvem lutas semelhantes as do ME em seus espaços de atuação específicos.
5. Consideramos como norteadores desta "representatividade" os seguintes aspectos: tempo de existência, número de associados, legitimidade pública acerca das questões ambientais (através

de imprensa e agências estatais) e reconhecimento pelos próprios ecologistas.

6. A coleta de dados referentes aos associados das entidades ecológicas foi dificultada pelo fato de que as fichas e listagens nem sempre estavam disponíveis nas entidades, encontrando-se muitas vezes incompletas ou dispersas. Também os dados dos associados existentes nas entidades muitas vezes não eram os mesmos, sendo que, finalmente, conseguiu-se obter aqueles referentes à sexo, escolaridade, idade e profissão.
7. Estamos considerando aqui todo o universo de pessoas que compõe o ME, ou seja, desde os associados cuja participação é eventual e/ou mínima até os que efetivamente ativistas ou militantes do Movimento.
8. Não foi possível, com base nos dados disponíveis, precisar quais os estratos da classe média a que pertencem os associados das entidades ecológicas. Isto porque na mesma profissão podem estar pessoas de diferentes formações e faixas salariais, como por exemplo, um gerente geral do Banco do Brasil em final de carreira e um bancário de um banco privado, em início de carreira.
9. Nas fichas de associação da AGAPAN, o item "atividades extra-profissionais" muitas vezes foi deixado em branco, não nos permitindo saber se na realidade o associado não realizava nenhuma atividade mais sistemática além de seu trabalho, ou se ele apenas deixara de preencher o item, caracterizando assim falta de informação para nosso levantamento.
10. No sentido de que as classes médias e superiores, na sociedade capitalista, detém um determinado "saber" (capital linguístico, simbólico) que é o saber dominante na sociedade como um todo, e na escola, especificamente (BOURDIEU e PASSERON, 1982).
11. Consideramos aqui os movimentos operários de esquerda clássicos, e não aqueles de caráter "novo", como é o caso do Novo Sindicalismo surgido no Brasil no final da década de setenta (SCHERER-WARREN, 1987a).

12. Segundo BOSCHI (1990:162), a PEA (População Economicamente Ativa) revela que este setor praticamente triplicou em números: em 1960 era de 11,1% da população e em 1980 passa para 17,1%; o setor terciário aumentou 79% entre 1970 e 1980, absorvendo aí, 45,7% da PEA (Ibid, 1986:30).
13. A nova classe média seria formada pelos profissionais do serviço público e privado da área humana, que gozam de alta posição educacional, relativa segurança econômica e de emprego (OFFE, 1985). BOSCHI, ao definir este setor em termos da realidade brasileira, associa-o à expansão do componente técnico-administrativo e ao aumento dos estratos não-manuais urbanos, ligados às grandes empresas e setor governamental, que vem sofrendo um processo de relativa proletarização, sobretudo a partir da década de oitenta (BOSCHI, 1990:163 e NUNEZ, 1990:86).
14. Esta questão é discutida e aprofundada em CHAUI, 1984, em seu trabalho "Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras

2. A ADMINISTRAÇÃO POPULAR E A ECOLOGIA

2.1. O PT na Prefeitura Municipal

Em 1988, muitas cidades importantes do Brasil elegeram como representantes para o Executivo Municipal candidatos do Partido dos Trabalhadores. Foi o caso de São Paulo, Campinas, Vitória e Porto Alegre, entre outras. No caso desta última, o PT elegeu-se juntamente com outros partidos que compunham a Frente Popular: o PSB e o PCB e contou também com o apoio informal de setores do PSDB.

Assim, em janeiro de 1989, a Frente Popular, tendo como prefeito Olívio Dutra, do PT, assume a tarefa de administrar uma capital de Estado, com todos os problemas típicos de uma metrópole, e outros específicos da própria cidade.

Ao mesmo tempo, e neste mesmo processo, observa-se uma renovação significativa da Câmara Municipal, no sentido de uma ampliação da bancada de esquerda. Das trinta e três cadeiras, oito passaram para vereadores do PT (que anteriormente tinha apenas um vereador), além de mais duas que ficaram com o PCB e o PSB.

Desde o início da gestão da Administração Popular, (como passou a se denominar o governo composto pela Frente Popular), colocou-se ao PT⁴, principal força política da FP, a questão da relação Partido-Governo. Esta problemática foi muito debatida no seio do Partido dos Trabalhadores, a nível nacional, e, de forma bastante polêmica nas cidades onde o Partido vencera as eleições para o executivo. Havia setores que consideravam o mandato do Prefeito como sendo um mandato partidário, devendo aí

o Partido constituir um Conselho Político que seria o centro político-decisório da Administração. Outra posição questionava esta relação tão direta entre partido e governo, argumentando também a necessidade de haver um Conselho Político, mas delimitando sua atuação à tarefa de traçar as diretrizes gerais da governação petista/frentista. Enfatizava a necessidade de o Executivo manter certa autonomia com relação ao partido, dados os diferentes papéis que teriam ambos os sujeitos. Esta posição era defendida pelas correntes Articulação e Nova Esquerda, às quais pertenciam o prefeito e o vice-prefeito, respectivamente.

Sem aprofundarmos esta questão aqui, destacamos apenas que, em face a nova realidade que se colocava ao PT, houve muitas divergências acerca de como se deveria administrar as cidades, que se estenderam a outras questões, como as da participação popular e os Conselhos Populares, a indicação de nomes para a composição do secretariado, o papel que as Prefeituras conquistadas deveriam desempenhar dentro da estratégia mais geral do Partido, entre outras. Concretamente, com relação à cidade de Porto Alegre, a questão do Conselho Político não foi resolvida de imediato, perdurando enquanto polêmica nos primeiros anos da gestão.

Houve também divergências dentro do PT quanto aos critérios de escolha das pessoas que iriam ocupar os cargos do primeiro e segundo escalões (Secretariado e Cargos de Confiança), e ainda, com relação ao processo de escolha destes cargos. Logo após a formalização da vitória da Frente Popular, ainda em 1988 formaram-se diversas comissões temáticas, a partir das diversas áreas de atuação da Prefeitura: Educação, Saúde, Habitação, etc., onde os militantes dos partidos definiram políticas específicas para cada área e sugeririam nomes para os cargos. As divergências ficaram por conta dos critérios de escolha das equipes de governo, tanto do secretariado quanto dos Cargos de Comissão (CCs): estabeleceu-se uma polêmica entre dar prioridade a pessoas com reconhecida "competência técnica" na área ou optar por quem apresentasse uma história de militância política na mesma área. Também houve conflitos com relação ao processo decisório final, que, em geral, coube ao Diretório Municipal do Partido, muitas

vezes em desacordo com as sugestões das comissões temáticas formadas pelos os núcleos e militantes de base.

2.2. Os Primeiros Quinze Meses

A cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, conta com 1.262.631 habitantes (segundo dados do Censo de 1991) e apresenta fundamentalmente os mesmos problemas das grandes cidades do país: crescimento urbano desordenado, ausência de infra-estrutura para toda a população, especulação imobiliária, concentração da população de baixa renda nas zonas periféricas da cidade, carência de áreas verdes e de lazer, violência urbana, trânsito congestionado, transporte coletivo precário, serviços de educação e de saúde públicos deficientes, estrutura de saneamento insuficiente e em condições de sucateamento, depósitos de lixo a céu aberto, contaminação de mananciais hídricos, entre outros.

Também como outras grandes cidades, é nítida a concentração de infra-estrutura básica e de serviços de consumo coletivo nas áreas mais centrais e a deficiência e/ou ausência destas nas áreas suburbanas, onde reside cerca de 40% da população. Ou seja, há uma clara divisão da capital em duas cidades: a formal, geralmente nas áreas mais centrais e a informal, concentrada na periferia, espaço de moradia das classes populares.

E, para agravar este quadro, o poder público municipal nos últimos anos, talvez por insuficiência de recursos financeiros ou mesmo por ausência de vontade política, não conseguiu minimizar estes problemas. Sabe-se que, particularmente nas duas últimas décadas, os municípios têm sofrido com a centralização do poder econômico público na União, e, ao mesmo tempo, não têm tido condições de solucionar de forma eficaz problemas que remontam à própria estrutura capitalista que o país apresenta. No entanto, sabe-se também que, embora poucas, as verbas municipais existem e poderiam ser administradas de forma

diferenciada, podendo, com certeza, viabilizar melhorias nas condições de vida da população mais carente.

Quando a AP assume a prefeitura, depara-se com um déficit operacional de 80% com relação ao ano anterior. Enquanto a receita em janeiro de 1989 era de 12,5 milhões, 98 % da receita era gasto com a folha de pagamento do funcionalismo. Assim, praticamente nenhum recurso restava para a implantação de projetos, e nem mesmo para a manutenção da estrutura de serviços da cidade. Por isto, a AP necessitou recorrer a empréstimos bancários, e empregou medidas de emergência que visavam a contenção de despesas: reduziu o salário do secretariado e prefeito, racionalizou o uso de carros oficiais e de combustível, demitiu funcionários "fantasmas", não utilizou todos os cargos de confiança aos quais tinha direito, eliminou anistias fiscais indevidas e intensificou a fiscalização na cobrança de impostos²².

Mesmo assim, o problema da falta de recursos persistiu, o que levou a AP a propor uma Reforma Tributária no município. Esta foi encaminhada pelo Prefeito e aprovada pela Câmara Municipal, ainda em 1989. Com ela, instituiu-se na cidade a progressividade do IPTU ("quem tem mais, paga mais"), e foram criadas novas taxas sobre serviços prestados (iluminação pública, lixo, esgotos pluviais, etc). Isto permitiu que houvesse um incremento de 25% na receita real do município, o que abriu perspectivas mais amplas para o segundo ano de governo da AP (1990).

Com relação ao funcionalismo, a AP tinha como objetivo atingir, gradativamente, a diminuição dos gastos públicos no pagamento do quadro de funcionários, de acordo com a Constituição Federal²³. Neste sentido, embora tenha cumprido os reajustes previstos pelo Plano de Carreira do Funcionalismo, assinado no final do mandato do anterior prefeito, a AP iniciou um processo de discussão com o SIMPA (Sindicato dos Municipários de Porto Alegre) para elaborar um novo Plano, como também previa o processo de elaboração da nova Lei Orgânica do Município, iniciado no ano de 1989.

Segundo relatos oficiais da própria AP, nos primeiros quinze meses de gestão foram ampliados, em praticamente todos os

setores, o número de serviços prestados: número de vagas nas escolas municipais, varrição de ruas, coleta de lixo, conserto de vias públicas, canalização de esgotos, ampliação da rede de água, etc. E, o que é importante, este incremento deveu-se, em grande parte, aos serviços estendidos às áreas periféricas da cidade.

Neste sentido, a articulação com o movimento comunitário foi possibilitada através da revitalização das assessorias comunitárias, em todos os órgãos da prefeitura, encarregados de discutir e atender as comunidades em suas demandas, e, quando possível, encaminhá-las.⁴ Neste sentido, houve, desde o início, a priorização do atendimento aos setores organizados da sociedade, às demandas coletivas, embora as solicitações individuais, frequentemente, também fossem encaminhadas.

A busca de transparência do governo e de socialização de informações à população levou a AP a criar um veículo de contato direto com o público: o jornal "Porto Alegre Agora", editado quinzenalmente e distribuído gratuitamente à população, onde se encontram informações gerais sobre o funcionamento da PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), serviços prestados à população, projetos em andamento e problemas da cidade e da dificuldade da AP em solucioná-los.

2.3. A Máquina Burocrática

A estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) conta atualmente com onze secretarias (a SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a SMOV - Secretaria Municipal de Obras e Viação, a SMIC - Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, a SPM - Secretaria do Planejamento Municipal, a SMED - Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a SPA - Secretaria Municipal do Planejamento, a SMA - Secretaria Municipal de Administração, a SMSS - Secretaria Municipal do serviço Social e Saúde, SGM - Secretaria do Governo Municipal, SMT - Secretaria Municipal dos Transportes, SMF - Secretaria

Municipal da Fazenda); quatro departamentos (DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana, DEP - Departamento de Esgotos Pluviais, DMAE - Departamento de Águas e Esgotos e DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação); além da EPATUR (Empresa Porto-alegrense de Turismo), o MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre), o GP (Gabinete do Prefeito) e a CARRIS (Companhia de Ônibus Rio-Grandense).

Esta estrutura administrativa, a "máquina" como é chamada pelos membros da AP, é extremamente fragmentada, sendo muito comum a superposição de atividades por diferentes órgãos. Observa-se, paradoxalmente, uma grande desarticulação interna inter-órgãos, a nível técnico-administrativo, além da dependência protocolar/burocrática muito grande entre estes. A busca de uma atuação integrada e articulada entre as secretarias, tem esbarrado em diversos fatores: apego do funcionalismo às estruturas e procedimentos usuais, irregularidades existentes dentro de alguns órgãos (corrupção, clientelismo, esquemas "paralelos" de poder interno e tráfico de influências), autonomia excessiva de algumas autarquias, muitas vezes associada a uma ideologia tecnocrática de especialização das funções, incorporada pelos próprios funcionários, particularmente os técnicos-científicos.

Ainda no que se refere ao funcionalismo, há uma queixa constante dos integrantes da equipe de governo entrevistados acerca da indisposição e, por vezes, até boicote de setores daquele para com as iniciativas e projetos da AP. Isto se observa notadamente no setor técnico, onde se mesclam divergências propriamente técnicas com disputas político-partidárias. Além disso, o problema do absentismo de muitos funcionários, e também do descompromisso com suas próprias atividades⁶, típico da administração pública brasileira, também se manifesta na PMPA.

Já com relação os funcionários "manuais" (operários, peões, guardas-parques, faxineiras, garis, etc.) estes problemas, em geral, não se manifestam. Em geral, as relações com este setor são bastante boas, tendo sido promovidas, por diversas secretarias, campanhas específicas de valorização profissional (caso dos garis) e cursos de capacitação e treinamento

(guardas-parques e jardineiros)⁶. Por ocasião da feitura das entrevistas, pôde-se observar, também, que as relações interpessoais entre os cargos de confiança e secretários são muito cordiais, pautadas pelo respeito e, ao mesmo tempo, certa informalidade.

Em algumas secretarias, como é o caso da SMAM, foram criados plantões de atendimento ao público nos fins-de-semana, cujos horários são rodiziados entre os CCs, com o objetivo de atender denúncias relacionadas ao Meio Ambiente. Também nas reuniões com as comunidades, geralmente realizadas à noite ou finais-de-semana, os "funcionários-militantes" participam ativamente, como é o caso das assessorias comunitárias em geral e outros setores, esporadicamente.

2.4. Os projetos

Dentre as atividades propostas pela AP, através de seus órgãos executivos, destacam-se aquelas encaminhadas e caracterizadas como "projetos", na medida em que propõem programas e planos inovadores no que se refere às atividades cotidianas/rotineiras das secretarias/órgãos. Arrolamos algumas propostas por diferentes órgãos, em vista de se aproximarem das sugestões do ME⁷.

Assinalamos em especial as atividades propostas pela AP, caracterizadas por ela própria como inovadoras com relação às administrações anteriores e/ou ao funcionamento rotineiro dos órgãos municipais. Entre os órgãos da prefeitura pesquisados por ocasião deste trabalho, pudemos levantar alguns projetos importantes, dentre eles os seguintes: o Projeto Hortas Educativas, o Projeto de Coleta Seletiva e o de Reciclagem de Lixo, o SOS-Porto Alegre, a transformação do CAD (Centro Agrícola Demonstrativo) em CDAA (Centro Demonstrativo de Agricultura

Alternativa), o Projeto Pedagógico da SMED, o Programa Guaíba Vive e, finalmente, o processo de discussão e participação popular na elaboração do orçamento municipal.

O Projeto Hortas Educativas envolve as secretarias da Indústria e Comércio, Educação e Departamento de Limpeza Urbana, e consiste na separação do lixo produzido nas escolas da rede pública municipal, estadual e em algumas da rede particular, com posterior reaproveitamento, através do adubo orgânico para as hortas escolares, e utilização do lixo seco pelas próprias escolas.

O Projeto de Reciclagem do Lixo consiste na utilização da Usina de Reciclagem de Belém Novo (bairro da Zona Sul da cidade), construída por administrações anteriores, mas até então subutilizada e, em alguns momentos, abandonada. Atualmente apenas cinquenta toneladas do lixo produzido diariamente pela cidade são encaminhados para esta Usina, mas o projeto visa ampliar, a curto prazo, sua capacidade produtiva. Estão envolvidos neste processo o DMLU e, em certo sentido, a COOPAPEL (Cooperativa dos Papeleiros de Porto Alegre). Isto porque o órgão público, na gestão da AP, tem procurado articular-se com os papeleiros organizados, buscando solucionar dois problemas: o do destino final do lixo, por um lado, e o da melhoria das condições de trabalho e de vida dos papeleiros⁹.

O DMLU tem trabalhado no sentido de priorizar o problema do destino final do lixo. Atualmente, as oitocentas toneladas diárias de lixo produzidos pela população de Porto Alegre são enviadas a dois grandes lixões a céu aberto, e uma parcela significativa (400 T/dia) é recolhida, ilegalmente, por empresas particulares, que o reaproveitam e vendem no mercado. Neste sentido, a AP tem a intenção de, a médio prazo eliminar os lixões e recuperar estes locais, através de implantação de verdadeiros aterros sanitários, em outros locais, além da recuperação das áreas degradadas. Isto porque, o Coleta Seletiva não tem como viabilizar-se a médio prazo, uma vez que envolve uma

dimensão cultural bastante complexa, qual seja, a relação da população e dos indivíduos com o lixo.

Outro problema relacionado a esta questão é o do lixo hospitalar. No momento em que realizávamos o trabalho de campo, o Prefeito Olívio Dutra havia decretado "Estado de Calamidade Pública" na cidade, em função, justamente, da questão do lixo em geral, e do lixo hospitalar em particular. Com isto, realizou-se rapidamente um processo de licitação de empresas de incineração de lixo hospitalar, tendo sido adquiridos pela Prefeitura logo em seguida. Até então, os detritos originários dos hospitais e postos de saúde da cidade, altamente contaminados, vetores de doenças, eram recolhidos indiscriminadamente, juntamente com o restante do lixo urbano e depositado à céu aberto nos lixões. Sabe-se que muitas pessoas "trabalham" como catadores e vivem mesmo deste e neste lixo, ficando claro o perigo a que estão expostos⁹.

Ainda com relação ao DMLU, o Projeto de Coleta Domiciliar e Seletiva iniciava em um bairro piloto (Bom Fim) da cidade no momento da pesquisa de campo. O projeto previa a ampliação da coleta seletiva a três outros bairros da cidade, num período de seis meses. Consistia numa ampla campanha publicitária nos bairros onde seria implantado, chamando atenção para a necessidade das pessoas ajudarem o poder público a solucionar o problema do lixo, a partir da mudança de seus hábitos rotineiros, ou seja, separando o lixo orgânico do lixo inorgânico. Os folhetos foram entregues nas casas e edifícios, explicando como deveriam proceder os moradores com relação à separação e à colocação dos "lixos" nas ruas para a coleta dos caminhões do DMLU. Chamava atenção para a responsabilidade pessoal/social do cidadão e do órgão público para com o problema, e destacava o aspecto ecológico do "lixo que não é lixo", do "lixo que separado é riqueza"¹⁰.

Por outro lado, na Secretaria da Indústria e Comércio encontrava-se em andamento um projeto de reorientação tecnológica do Centro Agrícola Demonstrativo, no sentido da promoção e

incentivo à utilização de tecnologias alternativas, ecológicas, em termos de cultivo de alimentos, criação de animais e reaproveitamento de resíduos orgânicos nestas atividades. Neste sentido, a SMIC tem assessorado pequenos agricultores das regiões mais próximas, particularmente, e também assentados do Movimento dos Sem-Terra em assentamentos próximos à capital. O atual Centro Demonstrativo de Agricultura Alternativa (CDAA) é responsável pelo abastecimento de horti-fruti-granjeiros às escolas do município.

Já na Secretaria do Meio Ambiente, além dos projetos especificamente ambientais (zoneamento ecológico do município, gerenciamento de parques e praças, controle e atuação de fontes poluidoras), destaca-se a ênfase dada ao aspecto educativo, encaminhado por uma assessoria direta do gabinete do Secretário, e que tem realizado cursos de formação de professores da rede pública municipal, juntamente com a Secretaria da Educação. Além disto, este setor têm realizado diversas atividades na cidade relacionadas à educação ambiental (Eco-Zôo, Hora do Conto Ecológico, etc.), especificamente com crianças e adolescentes. Em administrações anteriores já existiam programas de educação ambiental, mas a abordagem dada a estes era essencialmente conservacionista¹⁴, desligada dos problemas mais gerais que envolvem as questões ambientais. Neste sentido, observa-se uma preocupação muito grande em "politizar" as questões ambientais, abandonando-se a concepção "verdista", de comemorar dias da árvore e outras festas, sem questionar de maneira mais profunda as origens dos problemas nem considerar a realidade pouco festiva em termos dos ecossistemas urbanos. A abordagem adotada pela SMAM, ao contrário, insere-se dentro da perspectiva de Educação Ambiental proposta pela UNESCO, cujo eixo é a ligação da problemática ambiental com as origens históricas e sociais da própria situação de dependência dos países latino-americanos¹⁵.

Além deste setor, promovido pela assessoria direta do Secretário, existem duas grandes áreas de atuação da SMAM, sendo que a mais "crucial" delas a relacionada ao controle das fontes poluidoras da cidade. Algumas medidas importantes já haviam sido

tomadas neste sentido (como o fechamento de uma fábrica de Thiner, altamente poluidora e promotora de intoxicação de moradores da região onde se instalara). No entanto, havia ainda muita expectativa com relação ao que este setor deveria e poderia fazer, e não tanto com o que já se havia feito no primeiro ano da gestão AP.

Introduziu-se ainda a Operação SOS Porto Alegre, que consistia numa articulação de todas as secretarias e departamentos da PMPA para a resolução rápida e global de situações emergenciais vividas pelas comunidades de vilas e bairros periféricos. Era realizada nos finais-de-semana, com a participação da prefeitura e das comunidades, através de articulação e discussão anteriormente realizada com as associações de bairro e das vilas. Os "SOS" eram realizados em sistema de mutirão, sendo que a Prefeitura entrava com o material e mão-de-obra e os moradores com sua participação enquanto mão-de-obra, também.

O Programa Guaíba Vive, fruto de um projeto surgido dentro da SMAM, devido a sua envergadura, autonomizou-se desta e acabou adquirindo, praticamente, um status de "secretaria especial", subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito. A proposta do PGV é, basicamente, despoluir o Rio Guaíba, na realidade um lago que banha a capital gaúcha e que se encontra altamente contaminado e, ao mesmo tempo, distanciado da vida cultural da cidade. A contaminação do Rio advém de fontes poluidoras de origem industrial e doméstica. Vale lembrar que a intenção de despoluir o Rio Guaíba não é nova: na administração do PDS, gestão 78-82, foi criado o "Projeto Rio Guaíba", num convênio entre DMAE (órgão de saneamento municipal) e CORSAN (órgão estadual, de origem mista), e que se concretizou em termos da criação de uma estrutura própria. No entanto, decorridos doze anos, poucas obras de relevância no sentido de seu objetivo principal foram realizadas.

A proposta do Guaíba Vive difere deste projeto em diversos aspectos, a começar pelo fato de ser uma Programa com

atuação inter-departamental, ou seja, com uma atuação em todas as secretarias do município. Além disso, o PGV não cria uma estrutura própria, mas utiliza os recursos já disponíveis na FMPA, inclusive seus funcionários e nas suas atividades normais, já que seus sub-projetos se articulam com os projetos específicos de cada secretaria, já em andamento. Outro aspecto importante no PGV é o fato deste contar, desde seu início, com a participação da sociedade civil, através do "Fórum Permanente do Guaíba Vive", onde têm direito à voz e voto entidades ecológicas, comunitárias, sindicais, profissionais e científicas.

Em termos técnicos, o PGV identifica-se com uma perspectiva ecológica e holística na despoluição do rio. Neste sentido, busca iniciar o processo de despoluição pelos locais onde esta possibilidade se apresenta de forma mais simplificada, ou seja, parte do mais fácil ao mais difícil (no caso, trata-se de atacar primeiramente as fontes poluidoras de origem doméstica). Também não descarta nenhum tipo de tecnologia a priori, mas busca utilizar tecnologias adaptadas a cada situação (por exemplo, o tipo de tratamento de esgotos de um bairro central, com alta concentração urbana e diferenciado do bairro onde há maior espaço).

A filosofia que embasa o PGV é, basicamente, educativa e participativa. Parte do pressuposto de que a conscientização da população acerca dos problemas que envolvem a cidade é o principal fator a ser incentivado, por ser o mais permanente e profundo, embora considere o papel fundamental da Prefeitura em garantir a recuperação do Rio e incentivar atividades que possibilitem a conscientização das pessoas para com os problemas do Rio. O PGV subdivide-se em quatro sub-projetos, a saber o Sanitário-ambiental, o Urbano-paisagístico, o Turístico e o Educativo-cultural.

Já foram iniciadas uma série das atividades previstas pelo PGV, em algumas zonas da cidade (caso do projeto de saneamento) e para a população como um todo (realização de debates, seminários e shows artísticos na beira do rio). No

entanto, há dificuldades em sua implantação, particularmente no que se refere à penetração e incorporação de seus propostas e sub-projetos pelos corpos técnicos e funcionais das secretarias.

Em função da estratégia de articulação inter-secretarias e utilização dos quadros técnicos da própria prefeitura, os custos do PGV são bastantes menores se comparados com o antigo Projeto Rio Guaíba. No entanto, estão previstas dotações orçamentárias oriundas do BID, para projetos de despoluição da bacia hidrográfica onde se insere o Rio, em conjunto com o governo do Estado.

O PGV também está integrado aos Comitês de Gerenciamento das Micro-Bacias dos Rios Gravataí e Sinos, justamente por entender que os problemas do Guaíba só terão solução efetiva se relacionados com a despoluição dos outros rios da bacia do qual faz parte.

As dificuldades de implementação do Programa colocam-se, principalmente, ao nível de sua operacionalização dentro dos órgãos da PMPA. Apesar das iniciativas de divulgação e discussão interna do PGV em toda a Prefeitura, há uma dificuldade em articular as necessidades colocados por este com as atividades rotineiras de cada órgão. Tal dificuldade se encontra principalmente no que se refere à adesão dos técnicos, propriamente ditos, embora em alguns setores se perceba uma participação e um envolvimento bastante grandes, como é o caso da SMAM e do DMLU. Os problemas técnicos e administrativos que dificultam o seu encaminhamento aparecem justamente nos órgãos onde há menos decisão política, por parte dos próprios secretários da AP, em "abraçá-lo" como uma das prioridades. Neste sentido, o PGV aparece como sendo algo "imposto", vindo de fora do órgão, e cujas atividades propostas acabam concorrendo com as atividades específicas e rotineiras de cada setor.

Esta questão é bastante complexa, pois envolve a relação entre os governos que se sucedem na administração da cidade e a estrutura institucional permanente da Prefeitura, com seu quadro técnico e funcional, o qual, muitas vezes, elabora ou

executa projetos que vão além do período de gestão de um ou outro partido. O que ocorre, frequentemente, é a suspensão de determinadas ações já em andamento, em função da proposta política e prioridades de cada partido que ascende ao poder municipal. Há uma hierarquia de prioridades dentro do projeto político mais amplo de uma administração (no caso, a AP) e as prioridades e projetos específicos de cada órgão, que ultrapassam em tempo e dimensão as diferentes gestões do município. Além disso, há dificuldades internas à própria AP em assumir, com o mesmo grau de responsabilidade e vontade, as propostas e sub-projetos do PGV, embora a nível do Prefeito e Vice-Prefeito, esta prioridade seja proclamada a nível do discurso. Na realidade, esta dificuldade está diretamente ligada à questão da "ecologização da AP", que muitas vezes não é a perspectiva de alguns secretários .

2.5. A Participação Popular

Em 1989, a AP viabilizou um processo de participação popular na discussão orçamentária do município. Primeiramente, realizou um intenso processo de discussão acerca dos principais problemas, e daí, as prioridades da população, a partir de discussões nas associações de moradores de bairros e vilas e dos embriões de Conselhos Populares¹⁹.

Estas associações comunitárias elegeram representantes, posteriormente, que levaram o resultado da discussão de suas bases ao "I Encontro Popular", onde foram definidos, finalmente, a nível de toda a cidade, os setores de consumo coletivo mais importantes e/ou deficiente do ponto de vista das comunidades organizadas. A partir daí, a AP iria encampá-los como sendo as prioridades de sua gestão, no chamado Plano Semestral. Este processo, a princípio, deveria se repetir em outros momentos, até o final do mandato.

Tal iniciativa veio ao encontro das propostas políticas mais gerais e consensuais defendidas pelo PT no plano nacional. Este partido tem reivindicado, desde sua fundação, a participação da sociedade civil nas decisões governamentais, por julgar ser a democracia representativa muito limitada, quando não, articulada com mecanismos de participação e controle direto da população. Estes mecanismos seriam os instrumentos através dos quais as camadas populares, particularmente, poderiam controlar as ações do Estado e, inclusive, sugerir as alternativas a determinadas iniciativas com as quais não concordassem (GADOTTI, 1990:283).

Ainda está pouco elaborada a proposta do PT sobre como deveriam ser estes mecanismos, e qual sua relação com o governo, particularmente quando este é um governo petista ou integrado pelo PT. O Partido tem colocado, historicamente, a necessidade dos Conselhos Populares, particularmente os de nível municipal. No entanto, não tem ainda elaborado, a nível programático e estratégico como os Conselhos deveriam funcionar, qual a relação que o Partido deveria manter com eles e qual sua relação com as Administrações Petistas.. Obviamente, a insuficiência desta discussão está relacionada também com as divergências internas do Partido, que se manifestam também na forma como as diferentes correntes¹⁴ vêem o papel dos Conselhos Populares.

Por outro lado, o próprio movimento popular/comunitário de Porto Alegre não tem elaborado uma proposta de intervenção política mais direta nas administrações municipais, caracterizando-se, em geral, por ações de caráter reivindicativo e localizado. Neste sentido, houve limites no processo de discussão orçamentária (prioridades e destino das verbas) e Plano de Obras (áreas prioritárias para a população), em parte pelas condições que a própria AP encontrou dentro da estrutura da prefeitura em parte também pela falta de uma proposta mais elaborada em termos da Participação Popular e, em grande medida, em função do estágio em que o próprio movimento popular se encontrava naquele momento (MOURA, 1990:32)

Consideramos, mesmo assim, esta experiência como extremamente válida e oportuna, por ter aberto um espaço de discussão e reflexão mesma da cidade como um todo, com desdobramentos concretos, embora limitados, a nível da administração municipal.

Os Conselhos Municipais constituem-se em outro mecanismo de participação da sociedade civil na gestão da cidade, que não tenham a autonomia dos Populares por estarem diretamente vinculados aos órgãos públicos. Estes conselhos já existiam em alguns órgãos da prefeitura, mas houve experiências de alteração de seu caráter quando a AP assumiu. Os Conselhos Municipais contam com a participação de entidades da sociedade civil, de caráter variado (Federação das Indústrias, órgãos e instituições públicas estaduais e federais, e outras associações, como o IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil e AGAPAN, entre outros). No caso do Conselho do DMLU, foi ampliada a participação de associações de movimentos populares (caso da COOPAPEL), bem como foi alterado do tipo de assunto discutido pelo Conselho. Anteriormente, havia deliberação apenas no que se referia a compras de material e maquinaria pelo DMLU; com a AP, o Conselho passou a discutir questões mais amplas, relacionadas com os problemas da limpeza da cidade, os lixões e as alternativas a esta situação.

2.6. A Ecologização Relativa da Administração Popular

Embora os projetos e as iniciativas da AP referidas anteriormente não sejam suficientes para que possamos considerá-la como uma gestão de corte ecologista, consideramos importante avaliar, em linhas gerais, quais os pontos de contato entre as mudanças provocadas pela AP e as propostas do ME local, relativas à gestão urbana.

Para isto, tomamos como base as propostas existentes, elaboradas pelos ecologistas, e que dizem respeito especificamente à cidade de Porto Alegre. Dispomos de um documento, de 1985, expressão mais elaborada e consensual do ME como um todo, intitulado "Proposta de Vida para Porto Alegre", e com sugestões mais específicas ainda, feitas para a própria administração petista pela AGAPAN, intitulada "Plano Para Cem Dias de Governo".

Ambos os documentos trazem basicamente as mesmas sugestões e propostas. Seu conteúdo pode ser resumido nos seguintes pontos:

1. Democratização da gestão urbana, através da criação de Conselhos Populares e Municipais;

2. Incorporação da perspectiva ecológica em diversos órgãos, para-além da sua setorização na Secretaria do Meio Ambiente, particularmente: Secretaria do Planejamento, Secretaria de Educação, Departamento de Limpeza Urbana;

3. Alternativas ecológicas para a solução de problemas ambientais: agricultura ecológica, aterros sanitários, usinas de reciclagem e aquisição de incineradores de lixo hospitalar, incentivo à coleta seletiva domiciliar;

4. Participação da sociedade civil organizada na discussão orçamentária do município;

5. Transparência, honestidade e comprometimento da administração pública com a maioria da população e não para com os interesses econômicos;

6. Conscientização da população acerca da importância do Rio Guaíba e início do processo de sua despoluição;

7. Viabilização de formas de transporte alternativas aos rodoviários: tróleibus, bonde elétrico e ciclovias.

Com relação às atividades levadas pela AP, pudemos ver que diversas destas vão de encontro às propostas dos ecologistas:

o programa Guaíba Vive, os projetos de Educação Ambiental (Centro de Agricultura Alternativa, desativação gradativa dos Lixões e construção de Aterros Sanitários, Coleta Seletiva do Lixo, Hortas Comunitárias, Orçamentação e ampliação do poder de decisão dos Conselhos Municipais).

Há secretarias onde percebe-se uma forte preocupação ambiental, como é o caso da SMAM, DMLU, SPM, SMIC e SPM/PGV. No entanto, há outras onde esta aparece apenas eventualmente, geralmente por uma maior afinidade de alguma pessoa para com a questão e menos por decisão política e/ou coletiva. Há também setores onde praticamente não há preocupação neste sentido, como é o caso da Secretaria Municipal dos Transportes. Aliás, um dos referenciais que permitem "medir" a ecologização do setor é sua abertura ou aversão à participação integrada com o Guaíba Vive. Neste sentido, no momento da pesquisa, este Programa encontrava resistências dentro do Departamento Municipal de Águas e Esgotos¹⁴ e da Secretaria Municipal dos Transportes. Esta última, com certeza, poderia tomar iniciativas no sentido de criar alternativas de transporte menos poluentes e dispendiosos, conforme as propostas do ME e mesmo, das iniciativas de um dos vereadores ecologistas (implantação de ciclovias, discussão sobre transportes alternativos).

Com relação aos demais pontos, destacamos ao processo de Orçamentação e de abertura à participação popular, via Conselhos Populares e/ou Municipais, em sintonia com as propostas ecológicas.

Desde uma perspectiva que leve em conta as propostas e iniciativas da Administração Popular, em comparação com as outras gestões municipais que a sucederam, poderíamos afirmar que esta é uma das administrações menos predatórias que a cidade já conheceu. Consideramos aqui não só as suas realizações (muitas ainda em termos de projetos, na época da pesquisa) como de suas "não-realizações", o que expressa seu descomprometimento com o poder econômico. Como nos dizia um entrevistado:

"Se nós não fizemos grandes coisas, também não cometemos grandes erros. Porque a questão ambiental não é só fazer mas também o não-fazer, e acho que a AP é mais feliz neste aspecto, mais pelo que não fizemos do que pelo fizemos."

Em nosso país, com efeito, boa parte dos problemas ecológicos tem sido gerado pela construção de grandes obras e projetos megalomaniacos, de grande impacto social e ambiental, como é o caso das Grandes Hidrelétricas, por exemplos, ou projetos como o Calha Norte, a construção da Ferrovia Norte-Sul, entre tantos outros.

No entanto, do ponto de vista "substantivo", talvez muitos ecologistas tenham razão em criticar a ausência de maior audácia da AP, em termos de realizações concretas, uma vez que, a nível do discurso, haja bastante abertura para com ME e a ecologia:

"Tem mais sensibilidade, tu conhece as pessoas, muitas circularam pelo movimento, têm uma leitura da ecologia, o discurso, tu vai lá, conversa, propõe, eles batem palmas, dizem amém... mas de concreto, as coisas meio que trançam... (ecologista do ME).

E, no entanto, a "ecologização" da Administração Popular deixa bastante a desejar, do ponto de vista dos ecologistas (inclusive de grande parte daqueles que ocupam cargos na Prefeitura). Entre o que poderia ser e o que efetivamente é, ou faz e deixa de fazer, existem vazios muito grandes.

Quais os motivos que fazem com que esta sensibilidade às questões ambientais, por parte da AP, não se traduzam em uma gestão municipal de perfil nitidamente ecológico? Buscamos, então, analisar as dificuldades de penetração do ecologismo dentro do PT e as formas pelas quais o ME local tem se colocado, política e estrategicamente, diante da cidade e da gestão municipal no momento delimitado aqui.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. Embora a Administração Popular tenha sido composta originalmente por uma frente de partidos, o PT desde o início era a principal força política, tendo praticamente hegemonia sobre os demais partidos (PCB e PSB). A própria distribuição dos cargos de governo (notadamente do primeiro escalão) revela isto: dos dezenove órgãos da PMPA, dezessete ficaram com pessoas do PT.
2. "Os Primeiros Quinze Meses da Administração Popular" (Porto Alegre, 1990, mimeo).
3. A Constituição Federal prevê a redução gradativa do comprometimento dos orçamentos públicos federal, estaduais e municipais num período de cinco anos, para o limite de 65% para o pagamento do funcionalismo público.
4. Segundo entrevista com um assessor comunitário da AP: "Quando não dá prá fazer o que o pessoal pede, a gente vai lá e diz, honestamente. Não promete fazer o que se sabe que não se vai poder fazer".
5. Segundo uma das pessoas entrevistadas (CC): "Queremos romper com esta mania do funcionário público fazer o que bem entende, ele tem que entender que é um funcionário do público, ou seja, tem que estar à serviço da população".
6. Muitos funcionários foram admitidos sem concurso, através de esquemas de clientelismo político. Nunca haviam sido feitos cursos de informação, treinamento e capacitação com estes funcionários, reinando entre eles muita desinformação acerca de seu próprio trabalho. A AP, em algumas secretarias, realizou seminários e cursos com este objetivo, como foi o caso da SMAM.

7. Tais projetos despertaram atenção por atenderem as sugestões contidas no documento "Proposta de Vida para Porto Alegre", elaborado a partir da II Semana Ecológica Alternativa, em 1985, e, também, pelo fato de serem citados por diversas pessoas entrevistadas.
8. Os papaleiros têm sido considerados pelos ecologistas, há vários anos, como "exemplos" de "recicladores" de material considerado como lixo. Desde o início de sua participação no Conselho do DMLU, a AGAPAN, particularmente, defendia estes trabalhadores, inclusive no que se referia à necessidade de eliminação dos intermediários entre estes e as empresas recicladoras e também acerca da necessidade de serem valorizados e reconhecidos.
9. Quando estávamos redigindo esta dissertação, aconteceram fatos "novos" com relação à questão da incineração do lixo hospitalar na cidade, em função da decretação do "Estado de Calamidade" e da compra dos incinerados da empresa paulista "SPA". Tal fato acabou resultando numa CPI na Câmara de Vereadores, para investigar irregularidades na aquisição deste material. A AGAPAN tomou uma posição bastante crítica com relação ao processo de licitação e de compra dos incineradores e também começou a questionar o próprio método de eliminação deste tipo de resíduo. Sabe-se que, atualmente, não há consenso na comunidade científica mundial, acerca das vantagens e desvantagens da incineração do lixo hospitalar. Há diversos cientistas que argumentam ser este processo liberador de dioxina, um produto altamente tóxico e, por vezes, fatal, para a pessoa humana. Também discute-se a própria "periculosidade" da contaminação oriunda do lixo hospitalar, por muitos considerada como pior que a dioxina, e, por outros, considerada como pouco perigosa, em função de ser matéria orgânica, portanto, reciclável. O processo de discussão resultou em um verdadeiro embate, especialmente em termos da relação entre o Movimento Ecológico e a Administração Popular, objeto desta pesquisa. Isto implicaria em que realizássemos nova pesquisa de campo. No entanto, como

- já havíamos delimitado o corte temporal desta, deixamos de lado tal questão, mesmo sabendo de sua relevância para a continuidade dos problemas levantados aqui.
10. Conforme folheto distribuído à população pelo DMLU, em maio de 1990, intitulado "Lixo que não é lixo".
 11. Conservacionismo é tomado aqui no sentido de uma leitura despolitizada da questão ecológica, que se expressa na preocupação com os recursos naturais e sua conservação, dispensando toda a problemática que aborda as relações sociais envolvidas na relação da sociedade com a Natureza (LAGO e FÁDUA, 1985).
 12. "A Educação Ambiental é "el instrumento de toma de consciência del fenómeno del subdesarrollo y sus implicaciones ambientales". Para um maior detalhamento desta proposta, ver DEL PINO (1988).
 13. Existem atualmente, três embriões de Conselhos Populares em Porto Alegre, que englobam associações diversas por regiões: Conselho da Grande Glória, da Grande Cruzeiro e da Zona Norte
 14. Sabe-se que dentro do PT existem diversas correntes de pensamento ou tendências, sendo que, embora haja um consenso mínimo acerca do projeto de sociedade que todas buscam, existem muitas divergências e polêmicas quanto ao detalhamento desta proposta e quanto às estratégias de ação para chegar a ela.

3. O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ECOLOGIA

3.1. Os Ecologistas Petistas

Apesar de sua origem no movimento sindical paulista, desde que foi organizado nacionalmente, a partir de 1979, o Partido dos Trabalhadores contou com a participação de pessoas oriundas de diversos setores da sociedade ligados aos movimentos sociais.

A fundação de sedes regionais do PT e a ampliação da estrutura partidária para outras cidades e estados do Brasil foi marcada pela adesão de outros setores da sociedade brasileira, notadamente das classes médias urbanas (MENEGUELLO, 1989).

Neste sentido, desde sua fundação, enquanto partido nacional, a presença de setores progressistas da classe média e de intelectuais ligados às Universidades brasileiras tem sido uma constante, dentre os quais podem ser encontrados diversos ecologistas ligados ao Movimento Ecológico ou a setores identificados com o que VIOLA denomina "ambientalismo complexo" (VIOLA, 1990).

Somente no final dos anos oitenta os ecologistas do PT começam a organizar-se em torno de sua própria identidade. A fundação de núcleos de ecologistas, a partir do exemplo de Porto Alegre, é um marco neste sentido. No entanto, e com a criação da Sub-secretaria Nacional de Ecologia, ligada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares é que se ampliam as possibilidades de ação e organização dos "eco-petistas"⁴.

Esta sub-secretaria realizou diversos encontros nacionais, a partir de 1988, tendo tido intensa atividade no ano

de 1989, quando constituiu o Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente, responsável pela elaboração do PAG (Plano Alternativo de Governo) da Frente Brasil Popular, por ocasião da Campanha para Presidência da República.

Em 1985, foi criado em Porto Alegre o Núcleo dos Ecologistas do PT, a partir da iniciativa de alguns ecologista ligados ao Movimento Ecológico local e ao PT.

De acordo com a proposta do PT de organizar-se democrática e participativamente, os núcleos de base, em tese, são as células fundamentais de todos os processos decisórios das direções. Tal organização partidária a partir dos núcleos foi a forma que o Partido encontrou para manter sua ligação com os movimentos sociais de base, que lhe deram origem, e também de colocar em prática o que tem como objetivo ideológico mais amplo, qual seja, a democratização da sociedade e do Estado a partir das bases da sociedade. Em função de suas especificidades, há núcleos por local de moradia, por categoria profissional ou por afinidade cultural/ideológica.

No entanto, atualmente há muitas dificuldades de implementação e mesmo manutenção dos núcleos, relacionados com as dificuldades pelas quais o Partido passa com relação à implementação de sua proposta de democracia interna. O Núcleo dos Ecologistas, surge inicialmente com a proposta de reunir os diversos ecologistas petistas, atuantes em diferentes entidades e grupos ecológicos, e discutir uma intervenção organizada destes dentro do ME local. Logo de início, conta com vinte e um associados, tendo conhecido, em sua história, momentos de descenso bastante grande, chegando praticamente a desaparecer, e, posteriormente, momentos de revigoração e ampliação de seus adeptos e de sua importância política, momento esse no qual se encontra atualmente. Este núcleo é um dos poucos que funciona como núcleo "ideal", dentro do contexto do PT: reúne-se regularmente, tem aumentado o número de filiados, realiza intensas discussões internas, particularmente sobre as questões

ambientais, tem tido participação ativa em processos eleitorais e elaboração de programas de Governo dos candidatos do PT.

Com relação a sua composição política encontram-se pessoas ligadas a diversas correntes internas do PT: Articulação, Democracia Socialista e PT pela Base. Há ainda um grupo de pessoas consideradas "independentes", ou seja, não ligadas a nenhuma tendência. Os ecologistas e o núcleo não constituem nenhuma tendência "ecologista", embora existam articulações a nível nacional no sentido de promover uma "ecologização" do Partido, passando pela discussão sobre a problemática ecológica nas diversas tendências. No entanto, embora haja consenso acerca das questões ecológicas, a nível político mais amplo, nas decisões gerais do Partido, os ecosocialistas muitas vezes têm divergências em função, justamente, de pertencerem às diversas correntes internas.

Os ecologistas petistas têm preferido atuar nas diversas correntes, tentando "ecologizá-las", ao invés de criar uma corrente ecologista. Em geral, identificam-se com as linhas gerais do partido, embora critiquem um viés demasiadamente economicista e fragmentado de muitos de seus membros e dirigentes. Argumentam que não adiantaria apenas realizar transformações na forma como se distribuem as riquezas do país se não altera o modo com que estas têm sido historicamente produzidas. Em síntese, questionam o atual modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil não apenas por seu caráter concentrador de renda e promotor da miséria, mas também pelos prejuízos que causam ao meio ambiente, às gerações futuras e às gerações atuais, em termos da qualidade de vida².

O Núcleo, atualmente, tem por orientação a ecologização do próprio PT, e, também, de outros movimentos populares. Neste sentido, em 1990 houve o lançamento do Manifesto "Onda Verde no Vermelho", documento elaborado por diversos ecologistas do PT de vários estados do Brasil. Este Manifesto foi divulgado internamente no partido, por ocasião de suas Convenções Estaduais, e colocava a questão da necessidade do PT abraçar,

efetivamente, as bandeiras ecologistas e uma perspectiva de socialismo ecológico. Partia do entendimento de que os problemas ambientais estão intrinsecamente ligados aos sociais, ambos sendo dimensões complementares que afetariam as condições de vida dos trabalhadores:

"(...) Os trabalhadores se defrontam com questões que dizem respeito ao Meio Ambiente, seja nos locais de trabalho ou nos de moradia. Porém, geralmente secundarizam estes problemas porque orientam toda sua preocupação com as questões salariais, partindo de uma visão economicista, ou seja, parcial. E por pensarem desta maneira estreita, não se dão conta de que também faz parte de suas reivindicações dispor de condições de trabalho salubres, no bairro, em toda a cidade. (...) Nós, ecologistas do PT, entendemos que não há nenhuma contradição entre as lutas em defesa dos trabalhadores e as lutas em defesa da natureza e de um ambiente harmônico e sadio. A luta ecológica tem um caráter universal, porque é ampla e envolve todos os setores da sociedade. Fundir a luta ecológica com as lutas dos trabalhadores é um dos pilares do Movimento "onda Verde no Vermelho" (Manifesto Onda Verde no Vermelho, mimeo, 1990).

Os eco-petistas buscam, através de iniciativas como esta, inserir a perspectiva ecologista na utopia socialista levantada pelo PT, no dizer de um dos vereadores "verdes":

"Nosso entendimento é o do movimento ecológico de esquerda, socialista, de construção de uma sociedade socialista, auto-sustentável, autônoma, descentralizada, com respeito às minorias e à diversidade, e isto não foi ainda totalmente assumido pelo PT e pela maioria de seus integrantes.

No entanto, não tem sido poucas as dificuldades encontradas pelos militantes para ecologizar seu partido. Vários fatores contribuem para isso, como por exemplo o fato do ME não ser um movimento de base popular, e além disso o PT justamente se construir em torno das reivindicações das camadas populares, relegando a um segundo plano questões levantadas por outros setores da sociedade, como os setores médios. Neste sentido, as reivindicações por um meio ambiente sadio, por outro tipo de desenvolvimento, por igualdade sexual e racial e outras são consideradas como secundárias, face aos problemas candentes de

miséria e exploração vividos pela maioria da população brasileira. Posteriormente discutiremos o dilema, a nosso ver, mal colocado, entre miséria e ecologia.

Percebe-se que os ecologistas ligados às correntes sentem-se marginalizados dentro destas, não havendo ninguém que afirme haver alguma corrente mais sensível à questão ambiental, apesar de haver muitos ecologistas em seus quadros (caso da "Articulação") ou de haver um discurso político que incorpora a questão ambiental apesar de não contar com nenhuma atuação dentro do ME e/ou Núcleo dos Ecologistas.

Assim, também dentro do Partido dos Trabalhadores a visão desenvolvimentista e industrialista é predominante, ainda que de um ponto de vista crítico e socializante³.

A marginalização ou isolamento dos ecologistas petistas, do Núcleo como dos vereadores, remete a uma série de questões que envolvem os ecologistas dentro do PT, a nível nacional, e, no limite, uma série de discrepâncias entre duas tradições de pensamento, quais sejam, uma linha marxista de viés mais clássico e ortodoxo, bastante influente no PT, e o ecologismo e o marxismo heterodoxo, inspirador dos ecosocialistas.

Neste sentido, cabe destacar que, embora o debate entre marxismo/socialismo e ecologismo já tenha produzido um certo acúmulo teórico, há dificuldades em integrar o questionamento ecológico por parte da tradição marxista e movimento socialista. As diversas correntes internas do PT, em geral, inspiram-se numa visão de sociedade/mundo baseada numa leitura teoricista⁴ do materialismo histórico, o que tem produzido uma "má vontade" deste para com a emergência da questão ambiental (OLIVEIRA 1986:74). Na verdade, o marxismo e o pensamento ecológico trabalham com problemáticas distintas, embora complementares, o primeiro enfatizando a crítica ao Modo de Produção Capitalista e a questão das classes sociais, e o segundo dirigindo sua reflexão e crítica ao Modo de Produção Industrial e as relações homem/sociedade-natureza. Esta situação, no entanto, não impede que haja pontos de contato e

complementaridade mesmo, uma vez que sabemos da histórica vinculação entre ascensão do Capitalismo e Revolução Industrial.

São os próprios eco-petistas que reconhecem a dificuldade deste diálogo:

"Acho que nós, ecologistas do PT, somos ainda uma minoria, e vejo aí uma dificuldade, porque embora não tenha nenhum outro partido que saiba conviver e aceite tão bem as questões ecológicas, a gente sente que muitos companheiros ainda não entenderam bem o que é a proposta ecologista, eles ainda não entenderam o que a gente tá querendo dizer mesmo, pegam o ponto de vista mais superficial, mais secundário. O entendimento do movimento ecológico de esquerda, socialista, da construção de uma sociedade ecológica, auto-sustentável, autônomo, descentralizado, com respeito às minorias e à diversidade, não foi ainda assumido pela maioria dos integrantes do PT" (vereador ecologista).

Aqui se coloca uma questão importante do ponto de vista da própria proposta original do Partido dos Trabalhadores. Este, desde sua origem nos movimentos sociais sindicais, tinha como proposta ser porta-voz e representante da sociedade civil organizada, e, ainda, conforme alguns setores significativos dentro do Partido, buscava articular as diversas demandas específicas de cada movimento social/popular, de cunho progressista, o que implicara, evidentemente, criar canais possibilitadores de diálogo entre movimentos e partido. No entanto, nos parece evidente haver bloqueios muito pesados com relação a este, e, sobretudo, a uma verdadeira compreensão dos dirigentes e militantes do PT acerca das questões ecológicas. Possivelmente, o Partido tem considerado esta problemática muito mais pela força com que esta vem adquirindo em termos de mídia e opinião pública, do que por um efetivo entendimento das propostas do Movimento Ecológico, e, particularmente, dos ecologistas petistas.

O PT não tem assumido um discurso nem um perfil ecologista, o que ficou bastante evidenciado na campanha presidencial, quando o tema "ecologia" foi o grande ausente do

discurso e das propostas do candidato do PT, malgrado o esforço do GT-Ecologia na elaboração do PAG-Nacional.

Neste aspecto, tudo indica que o PT incorpora a questão ambiental apenas na medida em que há muitos ecologistas no PT que desenvolvem alguma trabalho na área. No sentido de uma orientação mais geral, isto acontece apenas na medida em que seus dirigentes e militantes percebem que ecologia é uma questão contemporânea, que mobiliza a população e que deve ser incorporada em seu discurso, pautado pela idéia de que o partido deve encaminhar e defender as demandas da sociedade civil.

No entanto, é possível que a dificuldade do PT de absorver a radicalidade de seu discurso/proposta não seja exclusividade do ME e do ecologismo. Mesmo questões constitutivas da própria identidade do partido, como o fato deste buscar uma sociedade socialista e democrática, ainda não foram suficientemente aprofundadas e decididas. A própria "novidade" trazida pelas eleições de 1988, quando o partido assume em suas mãos o "poder" municipal, e as implicações que este processo traz a seu projeto e sua práxis são questões que não estão bem delineadas ainda, pelo menos até o momento em que encerrávamos a pesquisa de campo, antes da realização do I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, aguardado com muita expectativa, justamente pelo caráter definidor de um rumo mais consistente em seu projeto político-social. Segundo um militante ecologista petista:

"A deficiência do PT tem que ver com o nível de debate, não é somente com a questão ecologista, esta que é a questão: há um déficit de debate político, uma conjuntura minoritária que se alterou rapidamente, e não foi apreciada ainda em profundidade, são questões pra ser debatidas, e muito pouco debate tem se propiciado...".

Para finalizar, caberia ainda examinar o papel que o Núcleo vem desempenhando na ecologização do PT local, à luz dos conflitos surgidos entre este e a AP (caso da Av. Beira-Rio, da escolha de nomes para a AP, etc.). Esta questão será discutida no próximo capítulo, juntamente com a análise do ME, porque

consideramos que há também uma certa parcela de responsabilidade do próprio núcleo nesta "pouca abertura" dos dirigentes para as suas demandas. Isto estaria ligado, ao que tudo indica, às características típicas do pensamento ecologista que têm embasado a práxis do ME em geral e dos ecologistas, por via de consequência.

3.2. Os Vereadores Ecologistas do PT

Como afirmamos anteriormente, desde a fundação do PT há ecologistas filiados e militantes no partido. E, hoje, decorridos onze anos, o número destes ecologistas em seus quadros têm aumentado consideravelmente. Isto se deve, em parte, à própria ascensão da questão ecológica a nível mundial, e, em parte, pelo fato do PT apresentar diversos pontos de contato entre seu projeto/práxis política e as propostas ecologistas, notadamente no que se refere às necessidades de democratização do Estado e de participação da sociedade civil na definição de políticas públicas.

Porto Alegre, cidade cuja população é considerada como bastante sensível às questões ambientais (VIOLA, 1987), já em 1982 elege um vereador ligado ao ME, sob a legenda do PMDB. Nas eleições que deram vitória à Frente Popular (1988), foram eleitos dois vereadores ecologistas, militantes da AGAPAN e do PT, com cerca de oito mil votos, no total.

Estes vereadores tem caracterizado seus mandatos pela elaboração de legislação referente às questões ecológicas e pela atuação na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara, que realiza seminários e CPIs sobre questões referentes a esta matéria.

Os vereadores "verdes", como são conhecidos informalmente, não têm tido uma atuação conjunta, como seria de se esperar, em função de divergências políticas mais amplas e até mesmo por disputas pessoais. Esta situação se amplia para os próprios grupos de apoio, que constituem os gabinetes e o apoio político dos vereadores. Mesmo assim, estes tem conquistado algumas leis que vem ao encontro da qualidade de vida da população urbana e de um maior poder da sociedade civil no que se refere à fiscalização dos danos ambientais. Ressaltamos que, além da legislação ordinária, estes vereadores tiveram oportunidade de participar do processo de elaboração da Lei Orgânica do Município, em 1989/1990, quando também conquistaram avanços no que se refere à legislação municipal no tocante ao Meio Ambiente, sendo responsáveis pela elaboração quase que total deste capítulo. Neste sentido, destacamos o projeto de lei que criava e regulamentava os "Comitês de Gerenciamento das Micro-Bacias" e o Projeto que incidia sobre o destino final do lixo, impedindo a colocação de depósitos deste num raio de 1 km da área urbana.

Dos projetos de lei elaborados e aprovados pela Câmara, a partir da iniciativa destes vereadores, destacamos o aumento da receita da SMAM, que passou de 1,9% da arrecadação municipal para 3,5%, em 1990; o de Educação Ambiental Interdisciplinar nas escolas municipais e, ainda, a atribuição de poderes de fiscalização e autuação de infratores do Meio Ambiente a pessoas devidamente credenciadas por entidades ecológicas. Por parte da COSMAM (Comissão de Meio Ambiente da Câmara), a qual os dois vereadores pertencem, foram realizados Seminários, entre eles sobre "Cargas Tóxicas", "Transportes Alternativos e Não-Poluentes" e "Ciclovias".

A relação do ME com os vereadores ecologistas tem sido bastante fluida e eventual, podendo caracterizar-se os mandatos destes como "desligados" do Movimento, embora estes tenham pautado sua atuação pelos princípios e valores próprios do ME. Observa-se então, uma delegação de poder dos ecologistas do Movimento a seus representantes, embora a constituição de Grupos de Apoio de ambos imprimam uma marca mais coletiva à atividades

parlamentares. Obviamente, as raízes desta situação estão relacionadas com o fato de que, embora oriundos da mesma entidade, os dois candidatos/vereadores não tiveram apoio formal AGAPAN por ocasião da campanha eleitoral, tendo lançado suas candidaturas por fora do Movimento³³.

3.3. O Núcleo Frente à Administração Petista

A postura do Núcleo dos Ecologistas frente à AP pode ser analisada a partir de dois momentos: um, inicial, mais ativo e participativo, e outro, que iniciou-se com a gestão da AP, propriamente dita, no qual se observa uma postura mais passiva, ou, em algumas situações, mais reativa e crítica.

A fase em que se discutiu o Programa de Governo e a estruturação mesma da Prefeitura estende-se entre o período pós-eleições e pré-posse (cerca de 45 dias). Neste período, formaram-se cerca de dezesseis comissões temáticas, sendo uma delas relativa ao "Meio Ambiente", na qual o Núcleo teve ampla participação. No entanto, as indicações por este sugeridas para ocupar determinados cargos da AP não foram aprovadas pelo Diretório Municipal do Partido, dentro do contexto anteriormente referido, com relação aos critérios a serem adotados para a escolha de integrantes da Administração: reconhecida competência técnica em contraposição à representatividade e história de militância na área específica de atuação. Também entraram fatores estritamente políticos, quais sejam: capacidade de ampliar a legitimidade da FP/AP, o que significava, na prática, contemplar outros partidos e tendências partidárias internas com algum cargo em alguma órgão da prefeitura.

Neste momento, percebe-se nitidamente a insatisfação dos ecosocialistas petistas com relação ao seu próprio Partido:

"A coisa já tava bem determinada, os ecologistas não sabiam de nada. Foi o primeiro erro político que se fez, em termos

"A coisa já tava bem determinada, os ecologistas não sabiam de nada. Foi o primeiro erro político que se fez, em termos da questão ambiental, um partido que tinha um núcleo bem estruturado, que vinha discutindo há tempo, responsável pela identidade do PT como um partido que leva as discussões ecológicas, não discute com seus companheiros quem vai ser o Secretário do Meio Ambiente! Até concordo com os nomes, mas o problema é o método de discussão interna" (membro do Núcleo).

Como vimos anteriormente, as relações entre a estrutura partidária e os ecologistas do PT não têm se mostrado muito harmônicas, havendo neste sentido uma série de conflitos. No entanto, as principais discordâncias dos ecologistas com relação à AP não diziam respeito às questões ambientais propriamente ditas, mas sim, a questões relacionadas com as democracias interna do Partido, com os métodos decisórios e com a hierarquia interna:

"A gente se reuniu, fez 16 comissões temáticas, discutiu muito. E se esperava que aquele negócio fosse amplamente discutido e democraticamente decidida a forma de implantação daquele Programa. E o que aconteceu foi justamente o contrário, aquela velha justificativa: "Se há uma hierarquia dentro do Partido, deve haver confiança na direção, direção é pra isso, precisa confiar. Então, já estavam loteados todos os cargos da AP e este Plano da Administração sobre Meio Ambiente até hoje não foi discutido dentro do Partido" (ecologista do Núcleo).

Posteriormente, também se criou uma situação de conflito entre Núcleo e AP, onde novamente os eco-petistas colocavam em questão os métodos decisórios empregados pela Administração. Trata-se da reabertura da Avenida Beira-Rio, que havia sido fechada pelos ecologistas e participantes do MDPC antes da posse do prefeito petista, e que simbolizava o protesto e a vitória do Movimento contra o Projeto Praia do Guaíba.

A partir daí, as reclamações do Núcleo com relação aos métodos decisórios empregados pela AP, são constantes, e remetem, no limite, à questão mais ampla da relação da administração petista com seu próprio partido:

"O PT se propõe a partir dos Núcleos, e isto não acontece. Tudo bem, o pessoal do Núcleo é meio embananado, falta conhecimento técnico, (que precisa ter nas questões ambientais), é meio chato mesmo, mas teve o Núcleo que criar bochincho, chamar os secretários da AP pra ir lá, quando a via natural deveria ser outra" (membro do Núcleo).

As reclamações sobre a falta de chamamento e consideração com as posições dos ecologistas do PT são praticamente unânimes. E, embora estes ainda considerem, em linhas gerais, viável a compatibilização de suas reivindicações com as propostas do PT, a sensação da marginalização é muito forte. Isto acontece também dentro da Câmara Municipal, onde os vereadores ecologistas e seus respectivas equipes de assessoria (muitos são ecologistas ligados ao Núcleo) sentem-se segregados e até folclorizados:

"A maior parte do tempo somos deixados à margem, a gente sente que o pessoal da AP não vai com a cara dos ecologistas. Acho que ficaram surpresos com a eleição dos dois vereadores e, provavelmente, preferiam que não tivessem sido eleitos" (assessor de vereador).

No entanto, este "sentir-se marginalizado" não aparece tanto como um sentimento de exclusão e/ou um desejo de integração, mas antes, uma expressão de que os outros, os companheiros mais "fechados/ortodoxos", não compreendem o significado do modo de ser dos ecologistas:

"A gente se sente folclorizado, porque faz um tipo de campanha diferente, sobe em chaminé, anda de bicicleta. Não vêem que isso aí é uma forma nova de fazer política, que a gente tem que se reciclar, já não é só o PT que é novidade. Até já foi, em 1984, hoje ainda é, no contexto maior, mas tem que se reciclar, métodos, formas de se apresentar, discurso, conteúdo, ... (..) Isto intriga extremamente setores do PT, esta esquerda ortodoxa, ossificada, que ainda tem muito no partido" (vereador ecologista).

É interessante observar que há gradações nesta "incompreensão" geral do PT local para com as questões ecológicas, tendo em vista a existência de diversas correntes internas, e a participação de muitas pessoas ligadas a estas dentro do próprio Núcleo. No entanto, os próprios integrantes da correntes não conseguem "ecologizar" seus grupos políticos, a não ser num nível mais superficial, ou seja, sem entrar numa discussão mais aprofundada sobre as questões de fundo levantadas pelos ecologistas, quais sejam, o modelo de desenvolvimento Industrial atual e a proposta de buscar modelos alternativos à este".

Muitas das dificuldades sentidas pelos eco-petistas remetam à superficialidade com que a questão ambiental tem atingido o próprio PT e a dificuldade de diálogo entre o marxismo mais ortodoxa e o ecologismo (conforme referimos anteriormente). No entanto, no caso do PT local, bastante sensível à questão ecológica se comparado com outras cidades, observa-se que os próprios ecologistas petistas tem uma parcela de responsabilidade neste processo, uma vez que não têm conseguido imprimir uma maior eficácia política a sua atuação.

Por um lado, observa-se que o Núcleo, semelhante ao ME, vive uma situação de "excesso" de envolvimento com processos participativos a nível institucional mais geral (eleições presidenciais, participação nas Constituintes Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município, eleições para Governo do Estado e elaboração do PAG-Estadual). E parece estar como que correndo atrás destas atividades, e participando delas sem haver selecionado prioridades mais adequadas ao nível de envolvimento de seus membros, naquele momento.

O Núcleo também carece de um número maior de ativistas que possam dividir as diversas tarefas, muito embora haja uma participação muito significativa se tomamos como contraponto os demais núcleos do Partido em Porto Alegre. Resulta haver uma sobrecarga de atividades em algumas pessoas, o que, sem dúvida,

acaba prejudicando a eficiência destas em termos de seus resultados práticos.

Por outro lado, e nisso há praticamente consenso entre os próprios entrevistados, há uma ênfase em discussões mais teóricas ou ainda, um predomínio de reuniões nas atividades do Núcleo, em detrimento de uma atuação mais prática, da qual muitas pessoas têm sentido falta:

"Não temos tido estas atividades mais práticas. Isto está faltando, porque nos vários locais que a gente podia ter atuado junto, a gente não estava desde o início batalhando. A AP entrando, deveríamos entrar junto, apresentar projetos... A gente ficou tipo bombeiro, dizendo que alguém tava errado, mas também não fomos juntos tentar descobrir saídas... botar na mesa as idéias. Com isso, estamos perdendo espaço, sabendo que a culpa é nossa... o pessoal vem se queixar, quer sair do Núcleo, do PT, mas... não se fez quase nada para que as pessoas se sensibilizassem com as questões ecológicas. A gente tem que se mexer, convencer as pessoas, se preparar para isso" (ecologista do Núcleo).

A auto-crítica inclui não só o excesso de discussões, como também a falta de atuação dos ecologistas petistas dentro do próprio ME:

"O Núcleo tem sido muito internista, discussões muito intensas, relativas ao Partido, mas não tem conseguido ter uma interação maior nem com a AP (e tem um monte de petistas na SMAM que não participam do Núcleo), assim como não tem uma militância no interior do Movimento. Na verdade, não há uma discussão que se traduza em atuação direta, nem em organização nem em intervenção dos petistas no ME e nos movimentos em geral" (ecologista do PT).

Observa-se aqui a mesma característica apontada no item 5.5 referente aos ecologistas do ME, qual seja, a dificuldade de colocar em prática suas idéias construídas e discutidas teoricamente. Com isto, acaba se gerando uma situação em que o Núcleo não se coloca como um sujeito ativo nem no processo de ecologização do PT, nem na ecologização da AP e muito menos na

política do ME local, gerando, muitas vezes, insatisfação e frustração de seus próprios militantes, como se observa em diversos depoimentos semelhantes a este:

"O Núcleo está muito apático, não está participando do Programa Guaíba Vive, a gente podia ter representantes lá, e não tá indo. Poderíamos ter feito várias coisas com relação à Coleta Seletiva, trabalho de base mesmo, conscientização das pessoas... Não só ficar teorizando, mas fazer um trabalho prático, que se veja os frutos do trabalho" (ecologista do Núcleo).

E, mesmo do ponto de vista de discussões teóricas propriamente ditas, nos parece que nem estas têm satisfeito muitos dos ecologistas do PT, provavelmente em função da dimensão mais genérica e abstrata destas discussões, e da ausência de um debate de cunho mais estratégico, onde a realidade concreta seja uma motivação para a "teorização":

"Nós (o Núcleo) temos um espaço dentro da AP, que não tá utilizando, porque tá participando de Constituinte Estadual, PAC (Programa Alternativo de Governo) Estadual... não chegou nem ao ponto de fazer uma discussão sobre a AP, embora tenha contribuições isoladas de pessoas que participam da AP (membro do núcleo)."

Em resumo, diversos fatores têm contribuído para a postura pouco ativa do Núcleo no que se refere aos objetivos aos quais se propõe, e particularmente, no que se refere à interação com a AP, no plano local: pouca disponibilidade de tempo de seus militantes, envolvimento de muitos deste em instituições da AP, falta de uma real compreensão da problemática ecológica por parte da maioria dos integrantes do PT e da AP, dificuldade em colocar em prática muitas das diretrizes gerais, e, no limite, ausência de uma estratégia de atuação no espaço do ME e no plano local, a nível da AP.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. Embora nem todos os ecosocialistas estejam organizados dentro do PT, praticamente todos os ecologistas petistas identificam-se com a perspectiva eco-socialista.
2. Segundo VIOLA (1987), os ecosocialistas seriam tributários da perspectiva marxista mais heterodoxa, enfatizando a necessidade de uma transformação profunda na sociedade capitalista a partir das classes subalternas.
3. Neste sentido, a polêmica veiculada pela Revista Teoria e Debate é bastante reveladora. Trata-se de um artigo intitulado "Os Verdes Reacionários", assinado por César Benjamim, onde este ataca os ecologistas, de um modo geral, a partir de uma concepção extremamente desenvolvimentista, e, por vezes, senso-comum. Num número posterior, onde o ecologista Carlos Minc responde suas "acusações", a partir de uma visão ecosocialista bastante atual.
4. Entendemos "teoricismo" aqui como sendo o apêgo a princípios e leis gerais, a nível abstrato/teórico, que acaba por impossibilitar um repensar acerca de novas questões e novas situações colocadas historicamente (THIOLLENT, apud OLIVEIRA, 1986).
5. Há uma forte influência das propostas de eco-desenvolvimento, divulgadas através dos livros de Ignacy Sachs e muito debatidas pelos ecosocialistas do núcleo.

4. O ME FRENTE A ADMINISTRAÇÃO POPULAR

4.1. A Identidade Opositora do ME

Se consideramos as origens do ME, na década de setenta, observamos que desde logo este caracterizou-se por uma postura eminentemente crítica com relação aos governos instituídos, embora dentro dos limites de uma "oposição permitida", em vista da conjuntura ditatorial pela qual o país passava. Neste perspectiva, podemos afirmar que há uma tradição opositora, expressa sob a forma da postura de denúncia (ou ainda, a "Era da Recusa" do ME, segundo MINC, 1985) dos problemas ambientais mais gritantes e a defesa da autonomia do Movimento com relação aos Partidos Políticos e ao Estado em geral.

O processo de passagem desta postura a outra, muito mais permeável à politização de suas demandas, foi muito bem descrito por VIOLA (1987), conforme referimos no Capítulo 1. Cabe ressaltar, evidentemente, que esta politização não se processa de modo absoluto no seio do ME local, uma vez que algumas entidades e/ou ecologistas individualmente mantêm sua concepção conservacionista.

Percebe-se, então, que esta tradição opositora e denunciadora dos ecologistas como um traço constitutivo fundamental da identidade dos ecologistas e do ME, não só a nível local, mas também a nível do ME brasileiro.

É precisamente por esta razão que desperta atenção a postura assumida pelo ME frente a Administração da Frente Popular, uma postura marcada pela simpatia, pela compreensão e pela confiança na capacidade e desejo expresso por este governo

em realizar uma gestão democrática, honesta, de caráter popular e, neste sentido, bastante próxima às reivindicações do ME local.

Na verdade, desde 1982 os ecologistas têm participado das campanhas eleitorais, concentrando-se sobretudo em apoiar candidatos de partidos de oposição ou de esquerda que tenham algum comprometimento com as questões ecológicas. Cabe ressaltar apenas, que, embora a Campanha de 1988 tenha repetido este processo, ocorreu um fato interessante que provavelmente influenciou o resultado das eleições: trata-se do "Abraço ao Guaíba", uma grande manifestação popular, organizada por diversos movimentos sociais da cidade, em protesto ao projeto de privatização de um trecho da orla do rio que banha a cidade, considerada por muitos ecologistas como um marco no próprio processo eleitoral:

"A recuperação do Guaíba foi uma bandeira de Campanha que teve legitimidade no Abraço, contra a privatização da orla, mas também pela recuperação do Rio. Esta manifestação pública veio a dar legitimidade pra que a AP assumisse a questão da recuperação do Guaíba como uma das principais metas " (ecologista da AP).

A ascensão de uma frente composta por partidos de esquerda (PT e PCB), e, particularmente, do PT, representou uma novidade na política local e brasileira⁴. Embora sem ter definido ainda naquele momento, de forma mais específica, qual seu projeto político em termos da gestão de uma cidade inserida num país capitalista-periférico, o PT apresenta um plano de Governo contendo aspectos que se aproximavam das demandas mais gerais do ME: maior democratização da gestão municipal, transparência administrativa, mecanismos de participação popular que afetassem as decisões mais gerais da gestão da cidade, descomprometimento com o poder econômico, repúdio a projetos de privatização de bens públicos, melhoria da qualidade de vida da população, entre outros.

Neste sentido, logo após o resultado das urnas, a AGAPAN reuniu algumas de suas lideranças e organizou um

documento, chamado "Proposta para Cem dias de Governo", o qual foi entregue ao futuro Prefeito. Esta proposta, marcada pela expectativa e confiança da entidade com relação ao governo da Frente Popular e PT, continha uma série de sugestões dos ecologistas para orientarem a AP, e referia-se desde questões especificamente ambientais (como, por exemplo, a necessidade de Educação Ambiental interdisciplinar nas escolas municipais, melhoria dos serviços de conservação das praças e parques da cidade) com a questões mais amplas referentes ao planejamento urbano e democratização do poder público municipal.

Além dos pontos de contato entre propostas da Agapan e Plano de Governo da FP/PT, que marcaram o início da relação de confiabilidade e expectativa daquela para com a AP, outro fator também colocou-se em cena, aumentando então esta postura: tratou-se da escolha dos nomes de pessoas para ocupar o primeiro e segundo escalões da AP, oportunidade na qual são convidadas pessoas ligadas ao movimento para assumir a SMAM (Secretaria do Meio Ambiente) e consulta a AGAPAN acerca de suas escolhas.

4.2. Os Ecologistas no Poder^a ou o Novo Poder dos Ecologistas

Por tratar-se de um partido fortemente enraizado nos movimentos populares (EVERS, 1984 e WEFFORT, 1986), o PT, ao assumir o governo municipal, acabou por provocar uma verdadeira "onda migratória" de lideranças e militantes destes movimentos para dentro da Prefeitura de Porto Alegre, e, também, para a Câmara Municipal^a. Esta "evasão" de pessoas por um lado significou uma identificação dos setores sociais envolvidos com os movimentos, contribuindo para imprimir uma maior legitimidade à AP frente a população de Porto Alegre. Por outro lado, significou também uma perda (um verdadeiro "desfalque") de militantes e, sobretudo, lideranças, dos movimento notadamente o comunitário e sindical, além do ecológico.

No caso do ME, em geral, este processo foi encarado de forma positiva, seja por parte de quem permaneceu no campo de atuação do movimento proporiamente dito, seja por parte daqueles que passaram a ocupar algum tipo de cargo dentro da Administração.

"Apesar do ME perder um pouco quando estas pessoas entram prá Administração, porque tu perde militantes na entidade, também se ganha, porque eles vão estar trabalhando naquilo que se queria, diretamente envolvidos com o poder de decisão, de poder parar uma fábrica que polui, eles vão estar no poder. E este poder é fundamental para o ME"(ecologista do ME).

Os ecologistas foram unânimes em reconhecer positivamente esta ascensão ao poder executivo, o que já reflete uma concordância com relação à necessidade de participação as esferas do poder político de caráter estatal. Este aparece como uma oportunidade nova e rara de realizar idéias, reivindicações e

propostas históricas do ME, permitindo-lhe sair da esfera da denúncia e a passarem para a esfera da realização e da execução.

"O ME hoje não é mais o mesmo, porque a conjuntura mudou (...). Se antigamente o movimento lutava pra ser ouvido, hoje ele já é. E começa a penetrar no poder executivo, a adquirir poder de executar e realizar coisas. E vai ter que oferecer uma alternativa, tem que sair da fase da denúncia pra entrar na fase da realização" (ecologista na AP).

A questão que se coloca aqui é bastante interessante, no sentido de que se percebe uma mudança na percepção que o próprio movimento tem de si mesmo, e de seu papel, ainda que num sentido tendencial, e talvez, contraditório. Veja-se que, em suas fases anteriores, e mesmo no início da fase ambientalista, a identidade do ME se colocara em termos de posição crítica e opositora aos diversos governos, identidade esta que se desestrutura quando o partido tem princípios e uma prática que se aproximam ao seu próprio ideário⁴. Esta desestruturação ou crise de identidade não vem se expressando só com relação à AP, mas nas múltiplas situações em que o movimento depara-se com a oportunidade de participar de canais intitucionais e estatais, seja através das entidades mesmas seja através de ecologistas individualmente, como foi o caso da participação de Lutzenberger no Governo Collor, entre 1989 e 1992.

4.3. O Movimento Ecológico Diante da Administração Popular

Se, num primeiro momento, o voto de confiança e a expectativa produziram uma atitude ativa do ME, notadamente da AGAPAN, num segundo momento, no entanto, encontramos um movimento tomado por uma extrema passividade, tanto no que se refere a uma participação mais efetiva da AP quanto, num sentido mais conhecido pelo ME, numa atitude de maior cobrança e pressão para que suas demandas fossem atendidas.

Praticamente todos as pessoas entrevistadas identificaram uma atitude excessivamente condescendente e acrítica do ME frente à gestão petista, demonstrando certa surpresa com o "voto de confiança" que lhes foi dado por um movimento que tradicionalmente assumia postura de desconfiança e oposição.

Percebe-se que tanto os ecologistas "do poder" quanto os ecologistas do Movimento não estão satisfeitos com a situação criada no sentido da não cobrança e da pouca crítica do ME com relação à Prefeitura.

Muitos ecologistas que atuam na AP criticam duramente seus companheiros de Movimento, por entenderem que uma postura mais crítica seria politicamente mais rica, no sentido de pressionar a própria Administração para que esta fosse mais incisiva na concretização de muitas proposta e projetos que já existem:

"Eu, se não estivesse na Secretaria, já teria feito críticas mais contundentes do que as que o ME já fez, que está nos dando um voto de confiança, um crédito (...) eu já teria dispensado e sido muito mais severo" (ecologista na AP).

No entanto, esta confiabilidade excessiva não significa que o ME esteja participando ativamente ou compartilhando da experiência executiva do PT, o que poderia caracterizar um processo de "cooptação política". É o que se observa na participação institucional bastante precária do Movimento, em Fóruns onde estão garantidos voz e voto ao ME, como é o caso do Programa Guaíba Vive (com cuja filosofia o ME concorda) e onde a atuação do ME também não se faz presente de forma mais sistemática:

"Falta um encaminhamento do Movimento pra todas as questões... acho que aí está a grande falha, as entidades do ME não acompanham nem minimamente os grandes passos da SMAM, do Planejamento, da Administração como um todo. Não acompanham o PGV, não

participam das reuniões do Fórum, feito pra isso, não faz sugestões, não faz críticas. (...) Acho que se, às vezes, a Administração não vai ou não pode ir até o Movimento, o ME que tem que ir até a administração" (ecologista ligado à AP).

Também no processo de discussão orçamentária, realizado em 1989, onde as entidades do Movimento Popular definiram as prioridades que a AP seguiria em seu Plano de Obras, o ME não esteve presente. Também não se observa um acompanhamento mais sistemático acerca dos projetos e atividades em andamento na Prefeitura, a nível informativo.

Os ecologistas no poder parecem estar confusos diante da nova situação, e muitos tem sentido falta de refletir melhor sobre esta "confusão":

"Acho que temos mesmo que fazer uma avaliação da AP, começar inclusive a cobrar, cobrar o que achamos, o que não está sendo feito a contento. Acho que é a nossa obrigação, mesmo que tenha pessoas lá dentro muito ligadas a nós, acho que somos uma oposição leal; agora, é muito difícil fazer um trabalho crítico..." (dirigente de entidade)

Percebe-se que entre os ecologistas "no poder", em grande maioria lideranças do ME local, a cobrança de uma postura mais incisiva e combativa do Movimento é bem mais forte do que no seio do próprio Movimento. Para isto contribuem não só os fatores ligados à identidade dos ecologistas (marcada pela oposição), mas também fatores relacionados à necessidade sentida por estes, enquanto administradores, de uma pressão por parte da sociedade civil mesma, que os obrigue a uma atuação mais contundente na resolução dos problemas urbanos e ambientais⁵:

"Não queremos que as pessoas digam amém, o ME se mantendo vivo e crítico é que vai fazer ele avançar, porque a tendência que existe é de acomodação, tanto do Movimento quanto de quem tá na AP, e se o ME mantém uma posição crítica, ele força a gente a não se acomodar, porque há uma tendência de acomodação, de burocratização nos trabalhos diários" (CC da AP).

Os ecologistas no poder têm bastante clareza quanto a sua situação, dentro de uma administração municipal, e sua função diferenciada daquela do movimento social, considerando-se administradores com visão ecologista, diferenciada do papel de militantes do Movimento:

"Hoje, minha relação é de poder público com a comunidade, sou um ecologista dentro da AP. Tem que se ter clareza disso quando se assume uma função assim, não misturar a militância no Movimento com o papel aqui, há uma diferença. Não me afastei dos princípios, mas do ME, porque há um risco de confusão, temos que saber separar as coisas"(ecologista na AP).

Por outro lado, as falas dos ecologistas do ME refletem exatamente uma postura apática, revelando muita desinformação e tendo como marca uma série de evasivas, tais como: "não sei o que estão fazendo...pois é, não estou bem ao par, tem tanta coisa prá se fazer, "acho que deve estar legal"⁶.

A omissão ou acomodamento das entidades ecologistas locais em geral, vem associada ao reconhecimento da dificuldade de se estabelecer uma crítica maior, posto serem "companheiros" ecologistas os atuais responsáveis por diversas ações do poder público local. O "voto de confiança", aparentemente o principal fator da "inércia e apatia" do ME, refere-se em certo sentido à própria identificação com o PT e com a AP, mas, fundamentalmente, porque nestas existem companheiros ecologistas, militantes de suas próprias entidades.

Cabe referir, entretanto, uma situação onde o ME rompeu com esta tendência na sua relação com a AP e teve participação sistemática e, pode-se dizer, decisiva até: trata-se do processo de discussão referente ao problema do destino final do Lixo Urbano, que praticamente desde o início contou com a participação das entidades ecológicas de Porto Alegre⁷. Tal participação deveu-se ao convite das secretarias do Meio Ambiente e Departamento de Limpeza Urbana, órgãos diretamente envolvidos com a questão do lixo, e foi marcada por uma intensa agenda de

reuniões para debater o problemas e suas soluções, bem como diversas "saídas de campo", para visitaçãõ de locais mais adequados para a instalação de aterros sanitários.

A proposta inicial do DMLU era a de resolver o problema do destino final através de verdadeiros⁶ aterros sanitários, permitindo assim a desativação dos lixões a céu aberto existentes no perímetro urbano e focos de intensos problemas ambientais e sociais. As entidades ecológicas, no entanto, chamavam atenção para a necessidade de resolver o problema na sua fonte, vale dizer, nos próprios locais onde o lixo era produzido, propondo, para isto, a Coleta Seletiva Domiciliar, aliada ainda à utilização de usinas de reciclagem (esta última sendo uma alternativa já existente e operante no DMLU, embora com pouca capacidade produtiva).

Se, inicialmente, houve discordâncias com relação às propostas entre ME e AP, percebe-se que, num segundo momento, esta passou a assumir, de forma incisiva, a idéia de Coleta Seletiva Domiciliar, notadamente a partir da realização de um Seminários intitulado "O Lixo Como Instrumento de Resgate Social", realizado pela Associação dos Ex-Boslistas do Instituto Goethe:

"A nossa relação com o ME tem sido de amadurecimento. No início, quando a gente entrou aqui, meio que motivado pelos projetos que já se tinha no DMLU, de reciclagem, a gente esqueceu da Coleta Seletiva. Daí teve aquele seminário no Goethe, que puxou um pouco as orelhas da gente, vimos que a coisa era viável e até a forma ideal de fazer, pegar o lixo antes que ele se forme" (Secretário da AP).

No que se refere a outras questões, no entanto, a interação entre ME e AP não se dá de forma efetiva, até porque as sugestões dos ecologistas do ME não são encaminhadas através de mecanismos políticos, institucionais, ou, no mínimo, coletivos, sendo predominantes as relações primárias mesmo. Colocações como: "sugeri ao fulano da AP que fizesse isso", ou "disse para ciclano que eles deviam fazer aquilo" demonstram bem este tipo de relação, expressando que o ME, na medida em que

encontra aliados, ou melhor, "conhecidos", pessoas de suas relações pessoais, dentro da Prefeitura, busca interferir nesta individualmente, de maneira pouco politizada e absolutamente informal, sem atuar enquanto movimento, nem tornar públicas suas demandas. Os depoimentos de alguns dirigentes do ME expressam este comportamento:

"(...) eu vi o funcionário colocando o lixo num bueiro, e fui lá explicar prá ele que isto ia entupir e complicar o escoamento, mas ele disse que quem mandava nele era o chefe (...) falei, há mais de um ano, com pessoas do PT - não falei direto com o Olívio (prefeito), mas com pessoas ligadas à ele - sobre a possibilidade da AP adotar o gás natural como combustível nos ônibus, isto diminuiria custos e poluição, e nada, absolutamente nada foi feito!" (dirigente de entidade).

Aqui observamos a recorrência da prática da cidadania relacional, onde os direitos são atributos personalizados, referentes ao ciclo das relações pessoais do "cidadão"; sendo, portanto, um privilégio daqueles cuja proximidade ao poder e às elites é facilitado. Neste sentido, perde o caráter universal e impessoal que constitui o sentido original da noção de cidadania, e refere-se muito mais à esfera privada das relações pessoais do que à faceta pública das relações sociais (DA MATTA, 1984).

Há uma tendência entre as lideranças ecologistas em buscarem influenciar pessoas da AP, dando-lhes sugestões ou fazendo críticas, dispensando os mecanismos institucionais e públicos. Ou seja, não se trata aqui de um procedimento que tenta criar uma via política de crítica e negociação, mas uma liderança que fala com um secretário, um CC ou mesmo com o Prefeito.

Por outro lado, observa-se uma tendência significativa dentro do ME em adotar uma postura que poderíamos chamar "paternalista", ou seja, no sentido de esperar que o poder público/Estado tome determinadas iniciativas ou "convide" as entidades para participarem de processos decisórios. Não queremos com isto eximir o Estado/poder público local de suas responsabilidades sociais, mas antes, de assinalar que o ME,

malgrado seu discurso "autonomista", não têm conseguido escapar das armadilhas de uma relação ambígua com o Estado, que circula entre a recusa ao paternalismo e a exigência de tutela estatal. Como se pode ver ao discurso de viés anarquista corresponde, paradoxalmente, outro, avaliando a AP:

(...) Minha expectativa com a AP era que ela abrisse as portas pra sociedade civil, que colocasse na prática a proposta de politização dos bairros, de organização da sociedade, que ela servisse assim como um canal pra fortalecer estes processos. Minha expectativa era que a AP criasse um prédio que congregasse todas as entidades sindicais e da sociedade civil, que tivesse todas as instalações lá pra que a sociedade pudesse atuar melhor, apoio mesmo, já que somos uma sociedade civil muito pobre. Esperava que a AP tivesse priorizado mais a parte de mobilização da sociedade

(...) há uma ausência total de autonomia, uma dependência total do Estado, coisas que as pessoas podem e devem fazer e não fazem. Essa perspectiva muito paternalista, do Estado ser o grande pai, dar tudo pras pessoas, é muito forte no Brasil" (dirigente de entidade).

Ou seja, há uma postura extremamente pautada pela "espera" de iniciativa do Estado:

"O que se deveria esperar de uma administração popular é que ela criasse os mecanismos de capilaridade pra haver uma estruturação melhor da participação popular, criar conselhos populares, criar uma fórum de pressão e de participação popular nas decisões, o que não foi feito..."(dirigente ecologista)

Na verdade, vários Fóruns foram promovidos pela própria AP, e o ME não se fez presente, notadamente no espaço criado para a discussão orçamentária, onde foram definidas as prioridades da população no que se refere ao destino das verbas públicas municipais (ver MOURA, 1990).

Assim, se os ecologistas do ME estão confusos com relação ao seu papel nesta nova conjuntura, os ecologistas no poder, pelo contrário, tem bastante clareza de sua função atual, dentro da Administração Municipal.

Os dados apresentados evidenciam os traços paternalistas que marcam a cultura política brasileira, que, segundo CHAUÍ (1986) não são atributos exclusivos do Estado, mas expressão de uma sociedade civil enraizada sobre estas características, expressando a origem histórica do Estado latino-americano, que é visto pelos atores sociais de forma ambígua, ora como adversário, ora como protetor (TOURAINÉ, 1990). Por esta razão, mesmo dentro de movimentos sociais que se pretendem novos, é bastante recorrente este paradoxal desejo de autonomia e emancipação aliado a um forte apêgo a práticas tradicionais (SCHERER-WARREN, 1987:44).

4.4. A Participação dos ecologistas na Lei Orgânica Municipal

Anteriormente citamos a participação institucional como um momento em que se viabilizaria a articulação entre os movimentos populares e ecológico. Neste sentido, ao Processo de participação popular na feitura da Lei Orgânica do Município poderia ser um espaço privilegiado para esta integração, dada sua própria temática, concentrada no espaço da cidade, no âmbito local. No entanto, malgrado discursos e princípios (notadamente o famoso lema "Pensar Globalmente, Agir Localmente", ou ainda "somos municipalistas, autonomistas, nosso espaço é a cidade") a atuação dos ecologistas do Movimento neste processo foi bastante tímida, restringindo-se à participação na coordenação do Fórum Popular para Lei Orgânica, através de um representante, e revelando-se extremamente frágil no que se refere à discussão de projetos de lei específicos e à pressão sobre os vereadores no momento da votação do texto final.

A atuação dos vereadores ecologistas foi que garantiu a aprovação de uma Lei Orgânica bastante ecologizada, se comparada com as anteriores, e, com certeza, teria sido maior se houvesse a pressão e organização dos ecologistas. Na verdade, não houve uma

priorização deste processo por diversas entidades, algumas por não o considerarem relevante:

"Prá falar a verdade, nós não participamos do Fórum, fomos na primeira reunião, porque era perda de tempo total, eles nos chamavam toda vez, mas depois de quinze anos de decepções com a Câmara, a gente não perde mais nosso tempo, não vamos mais... (dirigente de uma entidade ecológica).

Ou, como o caso da AGAPAN, por "faltarem pernas prá fazer tudo", embora houvesse, a nível político, nesta entidade, uma concepção que atribuía a esse processo uma importância muito grande.

Assim, os vereadores sentiram-se abandonados pelo próprio movimento que representavam, e ainda assim, também não conseguiram ter uma atuação conjunta eficaz, havendo situações de profunda divergência, como foi o caso da Emenda que regulamentava o depósito de Lixo da cidade⁹ e, na qual, mais uma vez, as entidades ecológicas assumiram uma postura bastante tímida.

Esta situação gerou um atrito muito grande entre os ecologistas ligados ao gabinete de um dos vereadores "verdes, "proponente da Emenda que impedia o "depósito de qualquer resíduo orgânico e inorgânico no perímetro urbano". A AP, através de vários secretários e outros funcionários, fez uma pressão muito grande sobre este vereador, para que ele retirasse o projeto, elaborado conjuntamente com a comunidade que vivia ao lado do lixão da zona sul. Se aprovada tal emenda, a Prefeitura Municipal teria que solucionar o problema do lixo urbano através da coleta seletiva, unicamente, pois o texto era explícito em impedir qualquer depósito de lixo. Os ecologistas defensores do Projeto acusavam a AP de querer governar apenas por uma gestão, sem entender que este era um projeto a longo prazo, e também de se furtar da implementação da Coleta Seletiva. Os "contra" esta proposta argumentavam a má redação do projeto de Lei, que impediria qualquer tipo de depósito, inviabilizando qualquer tentativa de reciclagem via usina ou através de coleta seletiva,

e que acabaria levando o município a exportar seu lixo para outra cidade com uma legislação menos rígida.

4.5. Os Conflitos

O período abrangido por esta pesquisa (1989/1990) caracterizou-se, conforme já se viu, por uma relação bastante tranquila e praticamente sem divergências entre Movimento Ecológico e Administração Popular.

No entanto, houve um conflito entre o Movimento e AP que nos parece bastante significativo, não apenas do ponto de vista da postura adotada pelo ME, mas pela riqueza das questões que esta situação envolveu. Trata-se do caso da canalização dos Arroios Passo Fundo e Cavalhada, situados dentro do perímetro urbano de Porto Alegre, e cuja implementação dependia do acordo entre DNOS e PMPA (através do Departamento de Esgotos Pluviais).

O convênio, firmado em maio de 89, previa o carreamento de verbas federais para a cidade, de modo a viabilizar a conclusão da canalização destes arroios. Esta, por sua vez, era a última etapa das Obras para Prevenção Contra as Cheias, iniciada há cerca de 40 anos, logo após uma grande enchente que abalou a cidade.

Assim, em maio de 1989, a Administração Popular, através dos órgãos municipais competentes, assinou um convênio com o DNOS para, entre outros projetos, realizar a canalização de três arroios em Porto Alegre. A justificativa era a da necessidade de eliminar problemas de poluição a céu aberto destes mananciais, bem como proteger as populações ribeirinhas dos riscos de inundação em épocas de enchentes.

O Departamento de Esgotos Pluviais (DEF) considerava que a canalização destes arroios não seria a solução ideal para equacionar os problemas de saneamento, mas que, dentro daquela situação específica, já consumada, esta fazia-se necessária. Nesta posição, contava com o apoio da própria SNAM e da maioria da bancada do PT. Também a comunidade das vilas próximas ao arroio se mostrava francamente favorável à realização das mesmas, uma vez que os problemas de saneamento básico e condições de saúde eram bastante graves. O Arroio Cavalhada, especificamente, encontrava-se extremamente poluído por esgotos domésticos e lixo, sendo foco irradiador de uma série de vetores e doenças infecto-contagiosas. E, por outro lado, havia um problema de espaço físico, sendo que a canalização, se feita por duto fechado (tapado) ampliaria a área e permitiria que outras casas ali fossem instaladas.

Entretanto, enquanto se processava a tramitação do projeto, uma entidade ecológica de São Leopoldo (cidade próxima à capital gaúcha), a UPAN (União Protetora do Ambiente Natural), cujo principal eixo de lutas é a preservação dos rios e cursos de água, lança uma Carta de Protesto contra as obras, com ampla divulgação na imprensa, e entra com um mandato judicial impedindo a continuidade das mesmas. Numa posição bastante hostil à AP,

critica o projeto com base no argumento de que este não respeita os cursos hídricos nem resolve os problemas da poluição dos arroios locais. A UPAN encaminha pedido de instauração de Inquérito Civil, concedido pelo Procurador de República no Rio Grande do Sul, com vistas a examinar todos os planos das obras e exigir a feitura do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

A partir daí, instaura-se o conflito: de um lado, setores do movimento ecológico reivindicam a proteção do meio ambiente, expressando um carecimento ecológico. De outro, a AP, através do DEP, SMAM, DMLU e DMAE alguns ecologistas isoladamente e, sobretudo, as populações carentes residentes no entorno dos Arroios, representadas pelas suas associações de moradores, reivindicando acesso a bens de consumo coletivos.

O que ocorreu foi que o MF de Porto Alegre participou do processo sem haver discutido de forma mais aprofundada a questão, assumindo uma postura bastante tímida se comparada com a iniciativa da UPAN. Por outro lado, todos os órgãos e pessoas envolvidos com a questão, entre eles os ecologistas que atualmente estão dentro da SMAM, assumiram uma posição favorável à canalização, argumentando tratar-se de uma situação urbana, já consumada, com difíceis condições de ser recuperada. O depoimento que se segue expressa a postura adotada pelos CCs da SMAM:

"O ideal, em termos de canalização, é que se mudasse este tratamento simplificado de tratar os arroios, que hoje são verdadeiras cloacas. Agora, uma coisa é adotar uma prática preventiva para evitar que isto aconteça. Isto tem que ver com planejamento urbano, política com relação aos loteamentos, pra se preservar as margens e evitar que os abandonados cheguem e se instalem até dentro dos arroios, como é o caso do Cavallada. E daí, quando a ocupação já aconteceu, não tem mais alternativa que não seja a canalização, mesmo que as populações relutem em sair da sua beira. Este é um problema muito sério de injustiça social(...) Este processo já tá degringolado, não dá pra conter as enxurradas, se não canalizar" (secretário da AP).

Com relação ao método empregado pela UPAN, ouvimos muitas críticas de ecologistas, tanto ligados à AP quanto ecologistas do ME:

"A gente foi surpreendido por aquele mandato judicial, e aí foi aquela "grita", vereadores de outras bancadas, ecologistas, e repercutiu extremamente mal na comunidade. Antes de entrar no mérito da questão, tem que se entrar no mérito do processo. E este foi totalmente descolado não só do ME, como das comunidades locais, sem discussão com as pessoas envolvidas, tipo carteiragem, penada judicial" (vereador ecologista)

E, sobretudo por parte dos "administradores de visão ecologista", a crítica à UPAN e aos setores que a ela "aderiram" ia não só no sentido do método empregado, mas também quanto ao apêgo excessivo desta à princípios ecológicos em tese muito corretos, mas que, na sua implementação concreta, exigiria mediações que levassem em conta o fato urbano já consolidado e os interesses de outros grupos sociais envolvidos na questão.

Não entraremos aqui na discussão especificamente técnica sobre qual seria a melhor solução para a situação, pois o que nos interessa é assinalar a postura adotada pelas entidades porto-alegrenses. Estas praticamente "assistiram" ao conflito, tomando uma posição ambígua: em certo sentido, em acordo com os princípios levantados pela UPAN, e, ao mesmo tempo, concordando com as posições da AP e, particularmente da SMAM. Provavelmente, as divergências de opiniões ocorridas entre os ecologistas, a partir desta questão, existiram no seio das entidades, assim como aconteceu entre os dois vereadores ecologistas (um tomou posição contrária à AP e outro favorável a esta), e se expressaram na sua postura bastante tímida neste processo todo. Aliás, encontramos no momento da feitura das entrevistas, uma série de informações desencontradas a respeito dos arroios, e, não raras vezes, ausência de conhecimento mínimo sobre este conflito: "não estou bem a par; foi fulano quem ficou encarregado de acompanhar isso".

O outro aspecto a ser considerado aqui é aquele que se refere à oposição que se construiu entre ecologistas e moradores

"ribeirinhos"/carentes, os primeiros contrários à canalização, e os últimos, favoráveis a esta, vendo no Projeto a solução de boa parte de seus problemas de saneamento e de moradia solucionados.

"O povo lá não se importou quem era o fulano, e se ele estava equivocado, a versão que se vendeu é que eram "os ecologistas", aí tu entrava lá e gra "o" ecologista que vem aqui falar com nós, que estamos batalhando" (vereador ecologista)

Chamou-nos atenção o fato de que, malgrado suas propostas políticas/teóricas, a AGAPAN, particularmente, não ter participado de forma significativa nesta questão. Criara-se aí uma situação onde a ecologização do movimento popular e a "educação ambiental" podriam ser um campo fértil para serem implementadas. No entanto, nenhuma iniciativa foi tomada neste sentido, por parte desta ou das demais entidades.

A solução que nos pareceu mais acertada para o problema apareceu no decorrer do processo conflitivo, quando, a partir da iniciativa de um dos vereadores buscou-se criar um Comitê de Gerenciamento dos Arroios. Baseado na experiência dos Comitês de Gerenciamento de Micro-Bacias¹⁰, em zonas rurais, um dos vereadores propôs a constituição de um organismo congênere, envolvendo todos os setores interessados e envolvidos na situação dos arroios (órgãos públicos, movimento comunitário, ecológico, empresas, universidade, etc). Tratava-se de uma iniciativa cuja proposta transcendia a situação específica da canalização dos arroios, e propiciava um espaço de diálogo e educação recíproca, articulando experiências e princípios de todas as partes envolvidas.

A proposta dos Comitês viabiliza que todos os envolvidos no problema (comunidade, órgãos públicos, movimentos sociais e profissionais) tenham acesso à globalidade do problema, a partir dos diversos ângulos e interesses. Mesmo que seja um processo cuja solução se dá mais a médio e longo prazo, é uma experiência marcadamente democrática. Do ponto de vista da relação entre ME e movimento popular, cria-se um espaço onde é

possível haver uma conscientização tanto das comunidades acerca da dimensão ecológica, quanto dos ecologistas conhecerem mais de perto os problemas sociais vividos pela população.

A questão de fundo que nos aparece nesta situação tem diretamente a ver com a realidade do Movimento Ecológico no Terceiro Mundo, e, especificamente no Brasil. Ou seja, no bojo deste tipo de situação, está a aparente contradição entre miséria e ecologia, ou ainda, entre qualidade de vida e acesso aos bens de consumo coletivos mínimos para a sobrevivência das pessoas no contexto de sociedades extremamente desiguais.

4.6. Miséria e Ecologia

Diversos autores e setores do Movimento Ecológico brasileiro têm enfatizado a necessidade de readaptação do pensamento ecologista, originário dos países do primeiro mundo, à realidade das sociedades latino-americanas. Neste sentido, percebe-se que a candência de problemas sociais vem associada aos próprios problemas ambientais, embora, muitas vezes, estes apareçam como contraditórios.

Autores ligados à tradição de pensamento socialista/marxista, em geral, tem colocado a ênfase nos aspectos relativos às origens classistas da problemática sócio-ambiental, caracterizando as classes dominantes e o Estado no sistema capitalista como os principais responsáveis pela crise ambiental em seus diversos níveis (planetário, nacional, local). Dentro desta perspectiva, percebe-se que há, por um lado, apropriação privada dos recursos naturais por parte das classes detentoras de poder econômico e político, e, por outro lado, uma socialização de prejuízos sócio-ambientais, socialização esta, que, no entanto, atinge de formas diferenciadas as diversas camadas da população (MINC, 1985).

Assim, surgem os problemas ecológicos nos locais de trabalho, notadamente entre aquelas atividades onde há também maior exploração econômica da própria mão-de-obra, como é o caso das indústrias pesadas e extrativistas. A saúde (ou ausência desta) nos locais de trabalho é um dos aspectos diretamente envolvidos com a perspectiva ecologista, e está concentrada em determinados setores das classes trabalhadoras. E, para-além do espaço do trabalho, também no âmbito da "reprodução da força de trabalho", ou, simplesmente, no seu espaço de moradia, os problemas ambientais são extremados: falta de saneamento, carência de serviços básicos como saúde e educação, entre outros). Se, por um lado, há uma universalidade da problemática ambiental no sentido de que poluição e depreciação atingem, no limite, a todos os habitantes do planeta, há muitas particularidades no que se refere ao cotidiano das diferentes classes/frações de classes, desde o ponto de vista da qualidade de vida¹⁴.

Neste sentido, os ecologistas em sua maioria têm buscado, sobretudo a partir de sua opção eco-política, articular-se com os movimentos populares, dada sua compreensão de que os problemas ambientais e sociais estão estreitamente ligados e têm a mesma origem histórico social. No entanto, esta concepção tem se colocado de forma ainda incipiente, a nível das intenções, e, por vezes, até contraditória, como vimos no caso dos Arroios.

No caso do ME de Porto Alegre, há iniciativas políticas neste sentido, como ocorreu na Semana Ecológica Alternativa (cujo lema "a Luta pela Vida é uma Luta Popular" traduziu-se numa abordagem integrativa dos aspectos sociais e ambientais), até a incorporação deste "objetivo" na plataforma eleitoral de duas gestões sucessivas na Agapan (1985/87 e 87/89).

No entanto, percebe-se que esta articulação inter-movimentos tem se dado muito mais a partir de situações "limite", por assim dizer, onde ambos os movimentos participam e em lutas políticas mais gerais, no sentido da democratização do país, como foi o caso da Campanha Nacional pela Participação

Popular na Assembléia Constituinte, ou ainda na participação da Constituintes Estadual e na Lei Orgânica do Município, em 1989. Neste momento, criaram-se espaços de maior entrosamento entre os movimentos sociais urbanos, mas foram momentos marcados por objetivos específicos, e, principalmente, submetidos a cronogramas muito curtos.

É interessante observar que a articulação que os dois movimentos têm tido tem se dado nos espaços constituídos pelo próprio Estado, através de suas agências, e não a partir da criação de espaços alternativos, criados de forma autônoma, pelos ecologistas e associações de moradores, sindicatos, e outros¹².

Praticamente todos os ecologistas reconhecem que há apenas uma aparente contradição entre ecologia e miséria, e que, no limite, a luta contra a primeira poderia implicar na preocupação com a primeira. A propósito, um dos ecologistas que atualmente trabalha na AP, chama atenção para esta questão:

"Enquanto esta estrutura nos esmagar, a gente vai estar sempre brigando com ecologia contra miséria, prá sair da miséria... Mas, profundamente não existe conflito entre questão social e questão ecológica, o que há é um conflito no aspecto superficial da coisa, porque a ecologia vai trazer uma qualidade de vida melhor prá população, o aspecto social tá contemplado (ecologista da AP).

Alguns reconhecem que há mesmo uma dificuldade de concretização da proposta de articulação com os movimentos, dada inclusive as implicações que esta articulação traria ao ME:

"A coisa tá muito a nível da intenção, não existe uma elaboração de como vamos promover esta ecologização dos movimentos. Acaba-se fazendo tentativas empíricas, até porque teria que se pensar em diferentes formas de atingir os diferentes movimentos. E dentro disso, pensar em metodologias distintas para atingir as direções e as bases. Isso o ME não tem elaborado. É um desafio buscar aprofundar este diálogo, porque o próprio Movimento Comunitário tem se aproximado, concretamente, sem elaboração "ecológica", das questões ambientais" (ecologista do movimento).

Mesmo os ecosocialistas, hegemônicos dentro da Ágapan e organizados em um espaço próprio (Núcleo), não têm conseguido atuar na articulação que pretendem:

"... como petistas, somos aliados das camadas da periferia, que são exatamente foros da crise ambiental. Esta sempre se manifesta na periferia do setor urbano, nestas comunidades desapropriadas de sua cidadania, fica difícil mesmo resolver esta contradição social e ecológica enquanto não se desenvolve um processo de educação, o pessoal busca uma solução intermediária (... a gente tinha que estar lá, qualificando as demandas básicas, mostrando alternativas ecológicas para a solução dos seus problemas" (ecologista do Núcleo).

Enfatizamos aqui a necessidade de interação entre o Movimento Ecológico e Movimentos Sociais de corte popular em função de entender que a possibilidade de mudança civilizatória, no "modelo de civilização" (no dizer de muitos ecologistas) passa, necessariamente por transformações que levem em conta os carecimentos colocados por ambos os movimentos: superação da desigualdade social, da divisão do trabalho, da alienação e das tutelas paternalistas, bem como a criação de tecnologias e modelos econômicos harmonizados com a Natureza e com a escala humana. Neste sentido, a aliança entre "verdes" e "vermelhos" (HELLIER, 1984) poderia representar uma mudança histórica, com possibilidade de constituir-se, então, num movimento histórico, definido por TOURAINE como aquele que possibilita, para-além de transformações no sistema social, a construção de uma novo marco civilizatório, pautado por novos valores e novos parâmetros sociais.

As justificativas para que a ecologização dos movimentos sociais não esteja ocorrendo estão relacionadas à falta de infra-estrutura e carência de quadros/pessoas, pois todos são unânimes em reafirmar esta proposta, mesmo reconhecendo que ainda esteja no plano genérico e não nas lutas concretas. Neste sentido, mais uma vez a carência material aparece como justificativa da fragilidade da incapacidade de concretização de

NOTAS DO CAPÍTULO 4

1. A rapidez com que um partido de esquerda, de base popular e horizonte socialista ascende ao poder, através da gestão de diversas cidades do Brasil rompe, em certo sentido, com a tradição partidária brasileira, marcada pela representação das elites e ausência de partidos nitidamente ideológicos.
2. Tomamos aqui o próprio "senso comum" entre os ecologistas, que identifica o "estar no poder", "participar deste poder" à ocupação de cargos superiores dentro do executivo municipal.
3. Com a vitória do PT para o Executivo e aumento da bancada petista na Câmara, muitas lideranças e militantes dos movimentos populares e do ME assumiram cargos na AP (Cargos de Confiança) e nos Gabinetes dos vereadores.
4. As propostas mais gerais do PT assemelham-se aos do ME: participação popular nas decisões governamentais, democratização do aparelho de Estado, prioridade às necessidades básicas da sociedade, melhoria da qualidade de vida, descompromisso com o poder econômico (grandes grupos imobiliários, industriais, etc) e defesa do setor público.
5. Esta postura é bastante presente dentro da SMAM, onde há um sentimento de "marginalidade" da secretaria dentro da estrutura mais ampla da PMPA. Isto se manifesta na própria dotação orçamentária referente ao Meio Ambiente, como também se expressa na seleção de prioridades que o Movimento popular definiu no processo de orçamentação, onde "meio ambiente" ficou relegado a uma das últimas prioridades.
6. O caso da Educação Ambiental é flagrante neste sentido, pois é tida como prioritária nos discursos dos ecologistas. No entanto, a SMAM tem desenvolvido um trabalho bastante interessante, dentro de uma perspectiva holística e politizante da ecologia, e praticamente ninguém do ME tem alguma informação e opinião a respeito.

7. Este processo envolveu a maioria das lideranças e entidades ecológicas da cidade: ACAPAN, União Pela Vida, ADFG-Amigos da Terra e vereadores ecologistas.
8. A maioria das cidades brasileira, até então, contava com grandes depósitos de lixo à céu aberto (lixões), erroneamente chamados de aterros. Na concepção sanitarista, um aterro sanitário implica, necessariamente, num tratamento adequado deste lixo, sendo possível até recuperar as áreas onde este material é depositado.
9. As demais situações de conflito não envolveram o ME especificamente, mas sim alguns ecologistas do Núcleo, (caso do fechamento da Av. Beira-Rio) e o gabinete de um dos vereadores ecologistas (caso do projeto de Lei que dispunha sobre o destino final do lixo, por ocasião da Lei Orgânica).
10. Os Comitês de Gerenciamento de Micro-Bacias, propostos por Pedro Hidalgo (ex-ministro da Agricultura do Governo Allende, no Chile), tem atraído as simpatias de muitos ecologistas, já existindo experiências concretas neste sentido em duas regiões da área metropolitana de Porto Alegre (Comitê Sinos e Comitê do Rio Gravataí). Trata-se de uma proposta que leva em conta a necessidade de participação de todos os setores envolvidos com o problema da poluição dos rios, numa perspectiva de participação popular.
11. O Movimento Ecológico e o pensamento que o embasa tem sido, em geral, considerados como "universais", e, neste sentido, interessariam a todos os habitantes do planeta, independente de classe, gênero, raça. No entanto, poderíamos pensar que esta universalidade se daria em apenas alguns aspectos da questão ambiental, quais sejam, os referentes à sobrevivência do planeta (efeito estufa, alterações climáticas, perda da biodiversidade, etc). Desde o ponto de vista do cotidiano das populações, vale dizer, para-além da dimensão da sobrevivência, esta universalidade se "estilhaça" quando chega ao nível das realidades diversas e, muitas vezes,

contrastante, vividas pelas populações, como é o caso notório da qualidade de vida das classes altas e das populares.

12. Em 1987, a AGAPAN foi convidada pela CUT/RS a apresentar uma "Tese" (documento) sobre a questão ambiental em seu Congresso Estadual. Elaborou-se o texto "A Questão Ambiental e os Trabalhadores", e este foi exposto e debatido em alguns Grupos de Trabalho, onde causou grande impacto e até emoção, no sentido do interesse e participação que gerou entre os delegados sindicais presentes. No entanto, embora seja considerado um marco pelos dirigentes da entidade, pouco ou nada se fez, posteriormente, no sentido de dar continuidade à esta iniciativa.

5. A CRISE DO ME LOCAL

Os aspectos até aqui levantados têm priorizado a práxis do Movimento Ecológico em Porto Alegre no início da gestão petista. Necessário se faz também uma reflexão mais globalizada que dê conta do que está à base da postura dos ecologistas frente à AP, isto é, daquilo que influencia a conduta dos ecologistas na nova situação que a vitória da Frente Popular representou.

Sem dúvida alguma, há um conjunto de fatores envolvidos nesta relação, ao mesmo tempo ambígua e até certo ponto improvisada dos integrantes do ME com a AP, fatores estes que reputamos decorrentes não só da conjuntura atual como também da identidade mesma do Movimento e das pessoas que o constituem.

Neste sentido, pode-se atribuir alterações na relação entre ecologistas e poder público municipal, a partir dos seguintes aspectos:

1. a diminuição do tempo livre dos militantes ecologistas, ligada diretamente à crise econômica vivida pela maioria da população brasileira, e que tem atingido de forma significativa as classes médias urbanas, base do ME local;

2. uma apropriação fragmentada do discurso ecológico pelo sistema, através do Estado, dos meios de comunicação e de setores do empresariado;

3. o amadorismo de muitas entidades ecológicas, que as impede de imprimir uma maior eficiência em suas atividades, como também de apresentar alternativas de trabalho profissional em suas fileiras;

4. um aumento dos espaços institucionais e de atuação em geral dos ecologistas, e, ao mesmo tempo, pouca capacidade do ME em atrair novos quadros militantes;

5. uma evasão de quadros/lideranças do ME para a esfera institucional, particularmente para a Administração Popular e Câmara Municipal, com a ascensão do PT,

6. o processo de descenso dos movimentos sociais em geral, a partir da abertura política e, sobretudo, na década de oitenta, relacionado a fatores que vão desde à dificuldade na relação com a nova institucionalidade até a crise econômica propriamente dita;

7. a dificuldade do ME em realizar uma mediação entre sua utopia/seus princípios (nível abstrato) e a realidade concreta (práxis), em função do próprio objeto em torno do qual se organiza (sobrevivência do planeta) e também em função do corte de classe média intelectualizada de seus componentes;

8. a ausência de uma estratégia de ação do ME, particularmente a nível local, o que lhe dá um caráter eminentemente defensivo e reivindicatório.

5.1. A Questão Ambiental na Atualidade: de Crítica Radical à Absorção Fragmentada pelo Sistema

Para uma melhor compreensão da problemática a que aludimos acima, é importante situar histórica e conjunturalmente as transformações ocorridas a nível do sistema capitalista, através das indústrias de tipo moderno, pelo próprio Estado e pelos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas.

Na década de setenta, a realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, as reflexões propiciadas pelo relatório Meadows e pelo Clube de Roma¹, tiveram um duplo significado: por um lado, expressava uma conscientização fundamental, histórica, do ponto de vista da sobrevivência do Planeta, sendo um marco para o pensamento e Movimento Ecológicos. Por outro lado, uma crítica a determinados aspectos do modelo de desenvolvimento industrial, pautado pelo uso/abuso dos recursos não-renováveis e depredação do Meio Ambiente em geral. Neste sentido, as conclusões da Conferência e Clube de Roma expressaram a crítica do capitalismo pelo próprio capitalismo, ou seja, no limite, uma percepção clara de que, num determinado momento, o "crescimento" traz à tona seus limites e, portanto, é preciso reorganizá-lo de modo a evitar sua exaustão.

Diversos autores apontavam, já na década de setenta, para a necessidade do capitalismo integrar algumas exigências ecológicas, uma vez que a produção dependia dos recursos naturais para sua reprodução. E, também, sua capacidade em absorver as próprias críticas e contestações a si próprio, retirando seu conteúdo mais radical (BOSQUET, 1986:10).

No decorrer da última década, face ao agravamento dos problemas ambientais em praticamente todos os níveis (do planetário até o local), esta tendência sem dúvida alguma se solidificou, e hoje percebemos claramente que há uma mercantilização da "ecologia", seja a nível do aspecto distintivo que os atributos "natural" e "ecológico" vem dando aos bens de consumo em geral, seja através da criação de um mercado de bens "imateriais", típicos da ampliação do setor de serviços. É o caso de muitas psicoterapias, roupas, alimentos, remédios, formas de lazer, objetos de uso pessoal, etc, que, malgrado seu "conteúdo" propriamente dito, estão completamente submetidos à lógica do mercado capitalista.

Também se observa uma crescente absorção de fragmentos do discurso ecológico (principalmente de sua leitura conservacionista) pelos governos e agências estatais, expressão da institucionalização da questão ambiental. No caso específico do Brasil, o caso mais notório neste sentido é a "fachada" ecológica do Governo Collor, com a indicação de ecologista gaúcho José Lutzemberger (Prêmio Nobel Alternativo de 1989) para a Secretaria Especial do Meio Ambiente. No entanto, mais do que estratégia de marketing de um governo que busca consolidar a imagem de "moderno", a dimensão ambientalista ocupa um lugar importante no seu projeto neo-liberal:

"A indicação de Lutz para o governo Collor não é apenas estratégia de marketing, mas é peça-chave na estratégia de internacionalização da economia e sociedade brasileiras, na perspectiva da modernização conservadora. Com isto, busca-se aplacar a vigilância internacional dos movimentos ambientais nacionais e internacionais, e abrir as portas para o capital internacional (GONÇALVES, 1990:6).

Não cabe aqui uma discussão específica acerca das possíveis vantagens e/ou desvantagens da presença de uma liderança histórica e internacional do ME. debate entabulado com

bastante vigor entre os ecologistas no ano de 1990. Apenas destaca-se que este processo todo expressa e propicia, simultaneamente, uma certa conscientização ecológica, a nível da opinião pública. As duas últimas décadas, com efeito, têm assistido a uma explosão de debates, programas, publicidades, publicações, onde a necessidade de preservação do Meio Ambiente e um certo "culto romântico" às belezas naturais, com forte "sabor" oitocentista. E esta preocupação aparece como sendo a descoberta mais recente da "modernidade"¹⁰. Os ecologistas em geral têm refletido e debatido bastante acerca da questão, encarando-a ora como uma conquista, ainda que fluida e superficial, ora como uma necessidade esvaziada de seu conteúdo, obstaculizadora da própria consciência ecológica:

"O ME está sendo absorvido pelo capitalismo avançado, muito mais no plano do imaginário do que no plano da realidade. Não está havendo um questionamento mais profundo da questão ambiental, do modelo de desenvolvimento, muito menos uma possibilidade de reorganização da sociedade e desenvolvimento de um novo modelo de civilização, alternativo e utópico (...). Hoje todo mundo fala de ecologia, virou chavão, comissão, lema, marketing político" (dirigente de entidade).

Com efeito, a reflexão teórica aponta esta apropriação de utopias democráticas, presente no ME, pela hegemonia liberal, que lhe retira o "nervo anti-burguês" e anti-capitalista, destituindo da sua radicalidade (KRISCHKE, 1989) as necessidades colocadas pelos diversos movimentos sociais. Percebe-se também uma preocupação bastante acentuada dos ecologistas com relação a capacidade em imprimir sua marca neste processo, radicalizando o discurso colocado a nível do establishment:

"Hoje tem uma maior consciência ambiental, e o capitalismo está aproveitando. A década de 90 é "a década ecológica", estão fazendo um grande alarde em cima de pequenas medidas de controle de poluição, pra que tudo permaneça como tá... se a gente não se contrapuser a isso, vamos ser absorvidos pela mídia, que é o que o capitalismo internacional tá fazendo: é só Amazônia, camada de ozônio, e o resto continua sendo demolido, os pólos vão continuar, tudo vai continuar, só que com controle da poluição" (liderança ecologista).

é interessante destacar que a maioria dos ecologistas, tanto os que estão trabalhando na AP quanto os que estão na Câmara Municipal, têm bastante convicção quando se referem à situação mais geral vivida pelo ME e pela ecologia. E todos estão muito preocupados com sua pouca capacidade de intervenção neste processo, o que remete, mais uma vez, à situação mais geral vivida pelo ME local atualmente:

"Tinha tudo pró ME estar em alta, a discussão das questões ecológicas está em alta, cada vez mais presente na sociedade, mas o que é que faz com que o ME não se organize, não tenha mais força? É contraditório: à medida que o discurso tá mais presente na sociedade, o ME tem maior dificuldade prá se organizar. Cria-se um mecanismo psicológico mesmo, no grande público, de acomodação geral. Uma força que potencialmente seria a força ativa, a militância do movimento... Por outro lado, este equívoco por parte dos atuais dirigentes do ME de não perceberem este mecanismo e não se dirigirem ao público potencial com outro discurso mais radical, mais contundente "(vereador ecologista).

Desde o ponto de vista ecologista, (de crítica radical às sociedades capitalistas e "comunistas" reais, e proposta de desenvolvimento auto-sustentado) (VIOLA, 1988), a reivindicação ecológica se coloca como carecimento radical, no sentido de que não poderia ser satisfeita na sociedades fundadas em relações de subordinação e domínio (HELLER, 1983:44). Neste sentido, tanto as reivindicações de igualdade generalizada a todos os homens quanto a eliminação da miséria e da catástrofe ecológica seriam necessidades radicais.

Portanto, deve-se ressaltar que a apropriação da questão ecológica pelo Estado, pela mídia e por setores modernos das classes detentoras do capital só se viabiliza quando é possível retirar-lhe a dimensão da radicalidade, ficando assim caracterizada enquanto necessidade eminentemente existencial^a, ligada, portanto, à sobrevivência do Planeta e da humanidade enquanto espécie.

5.2. O Amadorismo das Entidades Ecológicas

Um dos problemas mais citados pelos ecologistas do ME porto-alegrense é a carência de recursos financeiros em geral e de militantes com maior disponibilidade de atuação nas entidades. Assim, há consciência da necessidade de imprimir um caráter mais profissionalizado às associações, onde os ecologistas pudessem trabalhar remuneradamente.

Atualmente, apenas uma entidade em Porto Alegre pode ser considerada como profissionalizada (a Cooperativa Coolméia), enquanto que existem duas semi-profissionalizadas⁴: AGAPAN e AIFG-Amigos da Terra. Estas duas, juntamente com a União Pela Vida (amadora) compartilham da proposta de buscar financiamento em agências internacionais com afinidade ideológica, que possibilitem, então, uma maior eficiência em suas atividades. Também têm buscado, embora de forma tímida, recursos oriundos de comercialização de material de divulgação, livros e artigos de consumo em geral com conteúdo ecológico, bem como a auto-sustentação a partir da contribuição de seus associados. Atualmente, a principal fonte de renda das entidades é esta última, que, a bem da verdade, é bastante escassa. A AGAPAN, conta com a importante contribuição dos vereadores ecologistas⁵.

A preocupação dos ecologistas com a infra-estrutura de suas entidades é uma constante em suas falas:

"Eu não admito a AGAPAN, com a representatividade que tem, continuar numa garagem. Os militantes não pararam um mês, dois, prá fazer um projeto, profissionalizar pessoas. Continuam apagando incêndios diariamente. Com isto, cria um ciclo de voluntarismo, quem tem disponibilidade, participa, quem não tem, deixa (...). Do jeito que a tá a consciência gerada, (a AGAPAN) teria que colocar como primeira meta a sua estruturação. Ter objetivo, cronograma, custos. O momento agora é outro, há necessidade de profissionalizar, aprofundar a proposta do ME, parar com aquela rotina louca que não leva a nada" (ecologista ligado à AP).

Dois aspectos estão envolvidos nesta questão: por um lado, a dificuldade das entidades em se estruturarem em termos desta "profissionalização", elaborando e executando projetos de

sustentação econômica e, por outro, a excessiva ênfase que é atribuída pelos ecologistas em geral à carência material e humana como o único ou principal fator que impede sua ação política.

Quanto à primeira questão, percebe-se que poucas iniciativas houve, por parte das entidades, no sentido de serem viabilizados os projetos de sustentação econômica, apesar de todos proclamarem sua fundamental importância:

"A gente tá sempre batendo na mesma tecla, falta de grana, de infra, tem que fazer projeto, mandar pra fora...mas de concreto, até agora, não se fez nada (...). O que tá carregando a AGAPAN nas costas é a doação dos vereadores. Se hoje eles parassem, a gente fechava as portas" (ecologista do ME).

Este aspecto expressa o próprio momento de inflexão que o Movimento vive, onde há uma baixa capacidade de penetração na sociedade, dificultando que o ME constitua-se num movimento social mais amplo, mais forte, mais "público". Cria-se um círculo vicioso entre carência material e dificuldade de mobilização:

"... se a gente não tiver organização, entidades fortes, milhares de associados... A AGAPAN poderia ter vinte mil em todo o Estado, tu discutindo, divulgando, dá sim, poderia se fazer grandes mobilizações, só a AGAPAN pode fazer isso. Se a gente não fizer, vamos ser engolidos pela mídia" (liderança ecologista).

O amadorismo das entidades ecológicas é identificado pelos ecologistas como sendo a forma fundamentalmente voluntária e fragmentada com que seus membros atuam, que tentam improvisar uma administração da "pobreza" de recursos. No entanto, consideramos que estes aspectos não são empecilhos em si para que o ME local consiga atuar de forma mais permanente e efetiva. A própria história deste movimento social mostra que suas lutas e conquistas aconteceram mesmo na base do amadorismo, fazendo com que se construísse enquanto interlocutor legítimo e significativo para a sociedade e as agências estatais. Talvez antes de caracterizarmos esta situação como "amadorismo" administrativo,

fosse mais adequado pensá-la em termos de um excessivo voluntarismo, ou mesmo, improvisação política.

Evidentemente, isto não exclui as características conjunturais anteriormente mencionadas, que influenciam os atores e movimentos sociais, pois sabemos que o tempo livre e a disponibilidade, nos quais se baseia a militância, estão cada vez mais escassos nestes tempos de crise econômica, e que há, ainda, o agravante descenso das energias mais utópicas que mobilizam em geral os grupos sociais diante de seus problemas. No entanto, se os "tempos são outros" neste sentido, também é preciso considerar que os ecologistas contam hoje com maior legitimidade diante da sociedade, fruto de uma consciência que ele mesmo ajudaram a gestar, e que poderia contribuir para seu fortalecimento.

A questão fundamental que tem impedido a concretização das propostas dos ecologistas, inclusive a de profissionalização de seus militantes, antecede aos problemas financeiros, e remete a problemas políticos e estratégicos mais amplos. O ME não tem elaborado uma estratégia de ação que permita a mediação entre seu projeto utópico e a realidade social local. Tendo em vista a própria amplitude que o ME vem imprimindo à questão ecológica - e isto expressa sua politização - torna-se difícil estabelecer ações prioritárias que sejam executadas com maior eficiência e eficácia, sobretudo em situações "novas" com as quais se defronta, como a relação com uma gestão pública que lhe é confiável, por princípio.

5.3. A Participação Institucional

Diversos autores têm sublinhado que na década de 80 deu-se um refluxo dos movimentos sociais o que estaria ligado, em grande parte, à própria abertura política e ao processo de democratização relativa do Estado. Neste contexto, se forma

semelhante a grande parcela dos movimentos sociais no Brasil, insere-se o Movimento ecológico:

"A relação entre movimento associativo e processo de abertura política, com a ascensão das oposições ao poder em diversos estados, têm representado uma desmobilização de muitos movimentos, provavelmente em função de uma superposição de interesses ou, mais especialmente, pelo fortalecimento de uma postura institucional e emergência de manifestações coletivas de caráter tópico" (JACOBI e NUNES, 1983)."

No caso do Movimento Ecológico porto-alegrense, há um envolvimento significativo dos ecologistas, particularmente da AGAPAN, neste tipo de atuação institucional. No entanto, estes são quase unânimes em questionar sua própria participação institucional, na medida em que esta não têm apresentado resultados satisfatórios, sendo assim, considerado como um verdadeiro "sumidouro de energias":

"A gente tem todo este processo de participação institucional, em órgãos colegiados, em conselhos que a gente participa, e não pode deixar de participar. E essa drena determinadas energias, determinadas forças, que poderíamos estar investindo no movimento, numa crítica. A gente fica meio perdido, sem saber se participa das instituições, ou se parte pra uma via movimentista, de fortalecer o Movimento" (liderança do ME).

Por um lado, esta "abertura" do Estado e/ou governos é considerada como uma conquista dos ecologistas e, no limite, uma conquista da própria sociedade civil organizada, tendo em vista que as próprias demandas do ME, em grande parte, têm tido como interlocutor o próprio Estado. Por outro lado, sabemos dos limites da participação institucional em nosso país, que poderia ser muito mais identificada com uma perspectiva utilitarista do que com uma proposta democrática-participativa (MOURA, 1989)⁴. Ou seja, há uma abertura das agências estatais para com os movimentos, inclusive chamando-os para discutir temáticas nas quais estes se envolvem, e, na maioria das vezes, estes não

ultrapassam o aspecto meramente consultivo, não têm poder deliberativo.

Neste sentido, talvez muitos ecologistas tenham superestimado a capacidade ou mesmo real intenção do Estado em implementar as decisões tomadas à nível dos "conselhos participativos". As lideranças ecologistas analisam com propriedade este processo participativo:

"Na verdade, o ME ocupou novos espaços, novas fronteiras institucionais, participação em órgãos públicos, e não estamos sabendo, nem tendo condições prá ocupar todos estes espaços, traduzir eles em conquistas" (ecologista do ME).

Há uma percepção de que tanto os canais institucionais como os sociais, de base, sejam importantes, dentro da proposta mais geral do ME em promover a ecologização da sociedade e do Estado. Esta postura vem ao encontro das colocações de diversos autores contemporâneos, no que se refere aos caminhos para a transformação das sociedades capitalistas contemporâneas.

Os autores contestam as colocações de setores da esquerda no sentido de criarem um falso dilema entre "reforma" e "revolução", identificando, em geral, a participação institucional com a primeira e a mobilização/organização de movimentos sociais com vistas à tomada do poder de Estado com a segunda. Inspirados em Gramsci, defendem a necessidade das duas vias, institucional e de base, para que se viabilizem as transformações nas sociedades contemporâneas complexas (WEFFORT, 1985).

Isto é percebido também por muitos ecologistas:

"Entra aquela discussão de como o Movimento deveria atuar: por dentro do sistema, pelas instituições ou por fora, pelas ONGs, nos movimentos de base. Acho que é por todos os meios possíveis e impossíveis" (ecologista da AP).

No entanto, embora a nível dos discursos tenhamos uma visão de que o movimento estaria atuando nestes dois níveis, na prática das entidades, há uma priorização "não-pensada", improvisada, da atuação institucional governamental. Percebe-se que participação institucional foi sendo incorporada pelo ME sem ser precedida de uma discussão/reflexão maior acerca de sua necessidade. Em outras palavras, não se tratou de uma opção política do ME. E, atualmente, poucos ecologistas estão satisfeitos com essa atuação:

"Não estamos fazendo luta, mas participação institucional (...) esta semi-institucionalização da AGAPAN... tudo que é órgão estadual tem agora conselho, comissão, e a gente tá sempre metido no meio, e acho que a gente ficou muito nisso e se descuidou da infra-estrutura, do trabalho com os associados. Tá, não tinha recursos, mas também, tem má-administração mesmo. Acho que valeria a pena as entidades se voltarem para si mesmas, pra enfrentar o sistema com mais força, porque a gente tá sendo absorvido pelo sistema institucional, deixando o trabalho de base" (liderança ecologista).

E, neste sentido, também é reputada ao tipo de atuação desta entidade a sua pouca capacidade de atração àqueles simpatizantes do ME que buscam integrar-se às suas lutas:

"Se a gente fosse organizado, com grupos e lutas específicas, para que quem entrasse no ME pudesse sentir aquele gostinho de batalhar, fazer manifestação, agitar, aí acho que a gente podia crescer. Agora, se continua esta coisa institucional, quem tá entrando não aguenta. As reuniões são só relatos de conselhos, fragmentados, acaba nunca discutindo o fundamental... Se luta ecológica é isso, então não quero" (dirigente de entidade).

Estas considerações apontam para uma questão que julgamos fundamental para entender o momento atual vivido pelo ME: a falta de prioridades e, no limite, a ausência de uma estratégia de ação.

Isto é particularmente notório na AGAPAN, e, por isso mesmo, significativo, uma vez que esta entidade ocupa uma posição

de liderança do ME local. Embora seus dirigentes reconheçam a necessidade de uma reflexão maior sobre prioridades e estratégia, até agora não houve um processo que definisse algo concreto nesta direção.

Se tomamos por base uma dos lemas/princípios proclamados pelos ecologistas, percebemos uma flagrante discrepância entre seu discurso e sua atuação. "Pensar Globalmente, Agir Localmente" não têm se traduzido em práticas concretas, seja na relação com a AP, seja ainda na atuação autônoma na própria cidade, no sentido da realização de trabalhos de base e com a sociedade civil. O que nos parece particularmente grave, uma vez que existem proposats concretas, elaborados pelo ME como um todo. (Proposta de Vida para Porto Alegre e mesmo o Plano para Cem dias).

Neste sentido, talvez o próprio objeto em torno do qual o ME se mobiliza, por ser excessivamente global, não consegue operacionalizar-se a nível dos desdobramentos locais desta globalidade.

A dificuldade de implementação das propostas teóricas aparece com nitidez no caso da sua relação com a AP, referida no capítulo anterior, e também na articulação com os demais movimentos sociais. Desde 1985, a AGAFAN, particularmente, tem levantado a necessidade de unir lutas que, muitas vezes, tratam do mesmo conteúdo das lutas ecológicas, e que poderiam enriquecer-se mutuamente caso houvesse uma integração inter-movimentos. No entanto, isto acontece apenas em situações em que as agências estatais convidam estes movimentos, ou ainda, em mobilizações de caráter mais amplo, como o caso das Constituintes Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal. O que, evidentemente, não permite que esta proposta se cumpra:

"Aquele objetivo de ampliar, ecologizar os movimentos populares, tá de pé. Agora, não sei se a gente tá conseguindo fazer isso. Daí tem duas coisas: nossa linguagem pequeno-burguesa tem dificuldade de chegar no Movimento popular e, também, tem que se ter uma rotina, não vai lá e pronto, tem que ter

o "famoso" trabalho de formiguinha" (ecologista do ME).

Embora esta proposta não se coloque como consensual à todas as entidades do ME local, a AGAPAN têm colocado, a nível de proposta política, a sua necessidade. Além disto, atualmente há maioria dos ecosocialistas nesta entidade, em termos de sua direcção, justamente o setor que maior ênfase tem colocado na necessidade de articulação com os movimentos populares.

Esta proposta, necessariamente, implicaria na elaboração de uma metodologia adequada, que permitisse uma interação produtiva entre ecologistas e movimentos populares, e, ainda, uma estrutura que viabilizasse isso:

"Isto tem que ver com a questão organizativa, que as entidades não têm organização, que permita um movimento ecológico de massas, tá naquela coisa fluida. Se tu coloca que precisa priorizar o movimento sindical, o movimento comunitário, tu tem que ter um movimento estruturado pra isso. E os ecosocialistas, que são quem busca esta ecologização dos movimentos populares, não tão se articulando de forma consistente" (ecologista do ME).

O fato de haver predominância dos setor ecosocialista dentro AGAPAN e desta não resultar numa atuação concreta e relevante no sentido acima mencionado, poderia ser explicado a partir da própria situação em que a maioria destas pessoas se encontra: ou diretamente envolvidas com a AP ou com a Câmara Municipal, trabalhando profissionalizadamente nos órgãos da Prefeitura ou nos Gabinetes dos vereadores ecologistas.

Neste sentido, cabe ressaltar que o estilo de atuação dos petistas, seja no Executivo seja no Legislativo, tem se pautado por uma duplo carácter: por um lado, trabalho profissional, uma vez que estes militantes agora assumem cargos remunerados, e, por outro, um envolvimento para-além deste trabalho, que poderíamos caracterizar como militância propriamente dita. Além da atuação intensiva da AP fora dos horários típicos do serviço público (feitura de mutirões,

participação em reuniões com as comunidades), tem havido também uma série de reuniões entre os primeiro e segundo escalões da AP, muitas delas fora dos horários habituais de expediente.

No entanto, além destes fatores, seria necessário pensar qual a relação entre as características dos ecologistas porto-alegrenses, dirigentes ou militantes do ME, que está impedindo a operacionalização de suas propostas teóricas e políticas. Neste sentido, é necessário atentar para o corte de classe que, em nossa opinião se expressa na própria formação e vivência intelectualizada dos ecologistas. E, ainda, no próprio objeto em torno do qual o ME se organiza: a sobrevivência do Planeta e a qualidade de vida, temas marcados por uma grande amplitude e seu caráter utópico, direcionado a uma imagem de sociedade ecológica.

5.4. A Amplitude do Carecimento Ecológico

Compartilhamos aqui da perspectiva ecologista, cuja marca é a crítica radical ao modelo de sociedade industrial vigente no mundo contemporâneo, e que propõe um novo projeto de civilização, caracterizado pela descentralização, comunitarismo, auto-gestão, utilização de recursos renováveis, baixo impacto ambiental, diminuição da divisão do trabalho, equilíbrio entre esferas sociais autônomas e heterônomas, atenuação do trabalho alienado. Numa palavra: melhoria da qualidade de vida a todas as pessoas, igualitariamente, tomando em consideração também as futuras gerações (FÁDUA e LAGO, 1985 e DE LA CRUZ, 1986).

Neste sentido, a questão ambiental espalha-se por tantas quantas forem as dimensões da vida humana, individual e coletiva, desde as questões referentes ao poder político mais amplo até o modo de vida propriamente dito, as relações inter-pessoais, o estilo de vida, a espiritualidade de cada indivíduo. Segundo Guattari, a perspectiva ecologista abrange

três "registros" ecológicos: o das relações sociais, o do meio ambiente e o da subjetividade humana (GUATTARI, 1990:9). É nesta amplitude que talvez resida sua promessa e sua força, e, paradoxalmente, sua debilidade. Fragilidade, até, no sentido de que é realmente difícil definir prioridades dentro de um leque tão amplo de possibilidades de atuação.

A maioria dos movimentos sociais se constitui a partir de condições de existência específicas, tendo por base, portanto, uma determinada condição, seja ela operária, feminina, homossexual, juvenil, negra. Esta base objetiva, este "corpo instituído" através das lutas sociais aparece de forma muito difusa no ME, que se espalha por todas as dimensões da cultura e do modo de vida (GONÇALVES, 1989:21).

Ao mesmo tempo que constitui a riqueza e potencialidade do ME, a amplitude do carecimento ecológico é também fonte de muitas das dificuldades vividas pelo movimento social que o sustenta, que se vê desafiado constantemente a confrontar-se com leituras e apropriações superficiais de seu discurso. No caso do ME porto-alegrense, há necessidade do ME selecionar e hierarquizar determinadas questões para viabilizar-se enquanto luta reivindicatória e, no limite, enquanto Movimento Social.

No caso de algumas entidades ecológicas de Porto Alegre, efetivamente, há uma priorização de determinadas lutas/questões. É o caso da ADFG-Amigos da Terra, onde há uma atuação direcionada basicamente à participação e representação do ME brasileiro em eventos internacionais. E também na União Pela Vida, onde priorizam-se atividades ligadas à preservação de parques/reservas ecológicas e defesa de animais. A Cooperativa Coolméia também atua de forma mais eficiente, em função de atender basicamente as atividades econômicas, de comercialização de produtos naturais e assessoria a pequenos produtores, sendo que as lutas ecológicas strictu sensu ocupam uma posição secundária.

Na verdade, a ausência de prioridades e dificuldade em hierarquizar as lutas, é específica da AGAPAN, e, justamente por

isso, bastante significativa em função desta entidade deter a posição de liderança no ME local, e, por esta ser, a nível do discurso, a mais politizada delas. A história desta associação expressa o processo de politização que o ME viveu nas duas últimas décadas, passando do conservacionismo a uma postura predominantemente ecologista. Assim, diante da amplitude do projeto ecologista, as dificuldades aparecem no momento de sua concretização, o que tem preocupado bastante os ecologistas:

"Nossa entidade não tem prioridade, vamos fazendo o que vai aparcendo, a gente abraça o que pintar. Temos a preocupação de ter prioridades, mas não chegamos a definir isso aí "(dirigente da entidade).

Algumas vezes, a ausência de seleção de prioridades é atribuída à falta de tempo, falta de recursos, excesso de atividades nas quais os ecologistas estão envolvidos, quando, na realidade, é a carência da primeira a maior causadora das demais.

E, se retomamos as informações obtidas dos dirigentes desta entidade referidas no ítem 1.5, observamos que todos estão envolvidos com outras atividades extra-profissionais, em sua maioria de caráter militante (movimentos sociais e/ou partido) além da militância na AGAPAN. O que, por um lado, expressa um compromisso político significativo com a organização da sociedade civil, mas, por outro, revela uma dispersão de tempo e energia com diversas atividades e compromissos. Provavelmente, este aspecto influencia a dificuldade de concretização das propostas da entidade.

Parece-nos interessante verificar que praticamente todos os dirigentes desta entidade reconhecem que é necessário "dar uma parada", avaliar sua atuação, definir prioridades e estratégias de ação. No entanto, até o momento da pesquisa, não havia sido colocada como ponto de pauta prioritário nas reuniões da AGAPAN.

5.5. O Corte Intelectual dos Ecologistas Porto-alegrenses

Há no Movimento Ecológico uma característica bastante peculiar que o diferencia de outros movimentos sociais. Trata-se da necessidade de conhecimento técnico-científico na construção de suas demandas e no processo de negociação política nos quais, eventualmente, os ecologistas se envolvem. Mesmo quando isto implica numa reivindicação eminentemente política, de cunho democratizante (exigência de participação popular nas decisões que afetam a população), esta é, geralmente, sucedida de uma argumentação que apela ao conhecimento científico, geralmente de caráter dissidente, através de exigências legais como o RIMA ou, simplesmente, pareceres técnicos descomprometidos com interesses econômicos ou politicamente restritos. A ecologia, embora tenha se prestado à uma leitura politizadora pelo Movimento Ecológico, é, na sua origem, um campo de conhecimento científico.

O fato de muitos ecologistas terem formação superior ou mesmo secundária possibilita-lhes um poder e uma segurança maior nas lutas e negociações que empreendem, e, cada vez mais, lhes garante uma maior legitimidade frente à opinião pública e sociedade em geral.

Neste sentido, o ME se diferencia dos movimentos populares, os quais necessitam, em geral, recorrer à assessores/mediadores, para-além de seus próprios quadros, com o propósito de se instrumentalizarem em suas lutas. O "saber" e a cultura, ainda que a "cultura oficial, tem sido reconhecidos pelos próprios movimentos e setores populares em geral como instrumento de opressão, quando não estes não o detém, e de libertação, quando conseguem ter acesso a ele" (SAVIANI, 1983).

Assim, enquanto as camadas populares sofrem de uma tripla exclusão (econômica, política e cultural), os ecologistas, como integrantes das classes médias urbanas, detêm justamente o "capital cultural" necessário para que façam parte desta cultura dominante, ainda que de forma crítica ou dissidente.

Evidentemente, há momentos em que o próprio movimento necessita recorrer a outras pessoas, situadas fora de seu quadro de associados/militantes, na busca de conhecimentos específicos ou pareceres técnicos. No entanto, quando isso ocorre, esses são encontrados com facilidade entre o próprio círculo profissional, de amizade ou mesmo de parentesco dos ecologistas, em espaços que vão desde o mundo acadêmico até setores dissidentes das agências estatais.

Se esta característica imprime ao ME uma potencialidade bastante grande, por outro lado, verifica-se muitas vezes um distanciamento entre o discurso dos ecologistas e a realidade vivida pela maioria da população, ou mesmo entre ecologistas e classes populares.

Neste sentido, o próprio modo de vida dos ecologistas, sobre o qual o Movimento reafirma sua identidade, difere bastante do modo de vida destas classes, com as quais, em tese, o ME gostaria de se articular.

Cabe observar aqui que, embora muitos setores do Movimento Popula, muitas vezes, em suas práticas cotidianas e lutas reivindicatórias estão bastante próximas às demandas dos ecologistas:

"Estas pessoas, embora não tenham uma percepção teórica do que seja a luta ecológica, estão muitas vezes, na prática, à frente dos ecologistas, pequeno-burgueses, que estão dentro de seus apartamentos, com sua compreensão teórica porque tiveram acesso à educação, à cultura formal, então, tem condições de dissertar, palestrar sobre socialismo, ecologismo, etc..." (vereador ecologista).

Enquanto que o próprio modo de vida dos ecologistas e seu cotidiano, portanto, é bastante diferenciado das classes populares:

"Ecologistas são pessoas de classe média, bem vestidos, bem alimentados; eles têm um nível de consciência muito mais alto, têm

acesso à literatura científica. Mas muitas vezes se perdem no sentido de ver a realidade, que é a vida sofrida do povo' (secretário da AP).

Esta distância, evidentemente, não inviabiliza a possibilidade de articulação política entre os movimentos populares e o ecológico. No entanto, para que a atual defasagem entre um e outro fosse superada, seria necessário que o ME conseguisse ressignificar seu discurso a partir de uma compreensão mais aprofundada do universo material e simbólico das classes populares (BUFFON, 1990). O problema se reflete nas dificuldades de integração entre duas culturas políticas bem distintas: a do movimento sindical/popular e a dos movimentos alternativos em geral (GARCIA, 1986). O que é sentido por muitos ecologistas como um empecilho à própria "comunicação":

"Com tua linguagem pequeno-burguesa, tu não consegue chegar no movimento popular. Ali não adianta fazer textinho, discutir, bater à máquina, ir lá uma vez e pronto" (ecologista do ME).

Portanto, alguns ecologistas têm vinculado a dificuldade de atingir as classes subalternas à própria metodologia empregada pelo ME, geralmente muito centrada num nível teórico e intelectualizado, mas há quem vislumbre a possibilidade de romper com esta tradição, no futuro:

"O caminho do ME vai se dar quando algumas pessoas muito acostumadas com livros e teorias vão ter que botar a mão no barro, botar a mão na massa, ter mais contato com o povo e ter vivência nisso. Acho que quem realmente busca esta integração tem que fazer um estágio nos movimentos populares" (ecologista da AP).

5.6. Personalismo e Intelectualismo

Tomando por base a fala dos ecologistas, não poderíamos deixar de falar em dois aspectos praticamente recorrentes no que se refere ao estilo de atuação dos ecologistas, e que, no nosso entender, estão relacionados ao seu próprio perfil e seu corte de classe. Estamos nos referindo aqui ao **personalismo** e ao **intelectualismo** de muitos ecologistas que ocupam posições de liderança e destaque no ME local.

LASCH (1985) aponta o 'culto ao eu' e o narcisismo (e, portanto, o personalismo) como uma estratégia de sobrevivência dos indivíduos no contexto das sociedades de consumo contemporâneas, onde cotidianamente as pessoas são oprimidas e desindividualizadas.

No entanto, mais do que expressão de uma luta pela sobrevivência ou resistência à massificação, pensamos ser o personalismo uma característica bastante vinculada ao perfil intelectualizado dos ecologistas em geral, o que lhes permite ter um sentimento de "superioridade" com relação as demais pessoas, justamente por possuírem um saber que se pretende universal, e, em muitos casos, vanguardista.

Tal personalismo, típico das classes médias urbanas, atingidas de certa forma pela ideologia da autenticidade, da competência, implica numa busca de reconhecimento individualizado, geralmente associado à capacidade profissional e/ou artística e competência técnica.

Ao analisar a trajetória dos atores sociais na América Latina, TOURAINE (1990) chama atenção para essa dissociação entre vida pessoal e situação coletiva, origem, do individualismo e do personalismo. Este autor considera a trajetória como sendo o principal fator determinante dos atores na estrutura social, trajetória essa que estaria ligada não tanto à estrutura social, mas ao próprio processo de desenvolvimento típico dos países latino-americanos².

No entanto, autores que trabalham com realidades sociais bem diversas da nossa, como é o caso de HUBER (1985), que, ao analisar os movimentos alternativos na Alemanha, também destaca os traços personalistas e carreiristas entre a 'subcultura' alternativa/ecologista.

Esta característica é apontada por diversas pessoas do movimento de forma bastante crítica:

"Quando eu entrei no ME, me deparei com um personalismo muito grande, o movimento é super marcado por uma postura, mesmo, tri personalista. Cada uma das lideranças tentando meio que construir um campinho próprio de intervenção, um espaço pra brilhar, mais do que suas propostas, vale sua pessoa. Isto é muito mais do que nos outros movimentos, é um vício" (ecologista do Núcleo).

Percebe-se que a detenção de um saber competente, construído sobre conhecimentos específicos, está na base do que muitos ecologistas chamam de "estrelismo" (personalismo):

"Acho que no ME algumas pessoas ficaram com o papel de "gurus", centralizando alguns assuntos, então, o que fulano diz sobre lixo, os outros vão atrás, o que ciclano diz em agricultura, dizem amém, isto é uma deficiência..." (CC da AP).

Quanto ao traço intelectualizado dos ecologistas, observa-se que pode ser generalizado à maioria dos ecologistas, como consequência de sua própria condição, ao contrário do personalismo, que, por definição, é atributo de algumas "estrelas". Trata-se de uma característica constitutiva da própria identidade do ecologista, não só em função de sua inserção de classe (referida no cap. 1) como também pelo fato de o próprio objeto em torno do qual se constitui o movimento estar muito ligado a um determinado 'saber ecológico', ao qual, enquanto capital cultural, se atribui status e, em certo sentido, poder.

Evidentemente, este caráter científico está permeado de implicações políticas, podendo-se destacar o fato de que, para o ME são especialmente importantes as contribuições dos setores

dissidentes da comunidade científica, embalados, em muitos aspectos, por uma revisão dos paradigmas científicos tradicionais e a proposição de uma forma holística de compreender os fenômenos naturais e sociais⁶.

Esta especificidade, no entanto, tem como contraponto a dificuldade do movimento aproximar-se das camadas populares, conforme referimos anteriormente, e, por outro, a própria dificuldade dos ecologistas em colocarem em prática suas propostas teoricamente estruturadas. É como que o "saber" estivesse bloqueando um "fazer":

"A gente vive uma coisa assim, uma poluição das mentes, um excesso de informações, que nos atingem até inconscientemente. A gente fala, fala, escreve, escreve, lê, lê, e não conseguimos construir nada, ou muito pouco (vereador ecologista).

A crítica ao intelectualismo aparece, de forma indireta, na sensação de frustração que muitos militantes tem sentido com relação ao tipo de atividades levadas pela entidade, marcadas pelas discussões extensas e poucas atividades práticas:

"Movimento é o quê, afinal? Uma coisa que sai de um lugar e vai prá outro. Não é o que acontece aqui (AGAPAN), onde as coisas não andam nunca. Essa coisa de mil reuniões, só debatendo, conversando, divagando, falando em coisas que poderiam ser feitas, no estilo de projetos megalomaniacos" (ecologista do ME).

Uma breve comparação com os movimentos populares, à título de ilustração, nos permite pensar que há mesmo uma relação bastante estreita entre o perfil dos ativistas e o caráter organizacional do próprio movimento ou lutas das quais participam.

Neste sentido, aparece em muitos movimentos populares uma certa aversão aos intelectuais, ao saber acadêmico, aversão esta que, durante um determinado período, inspirou sua própria atuação, notadamente aqueles onde intervinham agentes da Igreja Progressista. Atualmente, há uma modificação nesta postura, assinalada por diversos autores que têm trabalhado com a questão

dos mediadores/articuladores sociais, no sentido de os próprios movimentos buscarem esta assessoria de que não dispõe em sua fileiras (SCHERER-WARREN, 1987b e JACOBI, 1989).

O intelectualismo, apontado aqui como o excesso de atividade intelectual, desvinculado de uma prática mais contínua, é gerador de frustração, uma vez que não se traduz, de forma produtiva, em ações mais concretas e localizadas. Se, por um lado, o ME dispõe de uma "vantagem, com relação aos movimentos populares, qual seja, o "ser seu próprio mediador", por outro lado, carece de uma dimensão mais pragmática, que possa realimentar seu próprio pensar. Neste sentido, a necessidade de "colocar a mão na massa", apontada anteriormente, coloca-se como uma sugestão interessante, que provavelmente permitiria que os próprios ecologistas sentissem maior satisfação em sua militância, e, de forma mais ampla, consolidar-se enquanto um movimento social significativamente relevante.

5.7. ME Porto-alegrense: De Luta Reivindicatória à Movimento Social

Diante do que foi dito até aqui, e com base nas reflexões teóricas acerca dos movimentos sociais, é possível tentar ultrapassar o diagnóstico no sentido de prever alternativa à situação observada.

Em primeiro lugar, se a grande dificuldade do ME em atuar de forma mais concreta, no sentido da implementação de algumas de suas propostas, a partir de uma seleção de prioridades e elaboração de uma estratégia, isto diz respeito ao próprio objeto do ME, qual seja, a defesa do Meio Ambiente a partir de uma redefinição da relação Homem/sociedade-Natureza. Este objetivo/objeto, diferentemente dos movimentos populares cujas lutas, em geral, giram em torno de reivindicações bastante concretas e, por vezes, imediatas, é um objetivo extremamente amplo e, neste sentido, universal. Como se viu anteriormente, isto acaba por se estilhaçar em mil questões específicas, desde

defesa de baleias até a questão nuclear. A dificuldade de estabelecer prioridades, ou seja, hierarquizá-las à luz de uma avaliação crítica dificulta sua capacidade de ação.

O ME porto-alegrense carece, assim, de uma estratégia que lhe permita realizar a mediação necessária entre sua utopia/projeto de sociedade e a realidade concreta, sócio-ambiental. A incapacidade do ME radicalizar seu discurso, na atual conjuntura onde a "ecologia" torna-se absorvível pelos formadores de opinião e por setores perfeitamente integrados ao sistema capitalista, expõe claramente a ausência desta definição. Daí a dificuldade de articulação com os movimentos/setores populares, mesmo que sejam considerados, teoricamente como aliados potenciais.

Isto explica a não-realização do que TOURAINE (1988) sublinha como central para que as lutas sociais constituam um Movimento Social propriamente dito, entendido aqui enquanto:

"(...) ações conflitivas mediante as quais se transformam as orientações culturais em um campo de historicidade em formas de organização social definidas por motivos culturais gerais e relações de dominação social. Não sendo respostas apenas a uma situação social, o Movimento Social constitui o resultado do conflito que existe entre movimentos sociais que lutam pelo controle de modelos culturais e de historicidade" (TOURAINE, 1987:97).

Talvez, neste sentido, o Movimento Ecológico de Porto Alegre esteja muito mais próximo a uma Luta Social, uma vez que:

"(...) Fala-se em lutas quando os 'movimentos sociais' tratam de aceder de forma mais direta ao poder de decisão, associando-se mais estreitamente com os partidos políticos, mas sem pretender construir um sistema social" TOURAINE (1987:96).

Por outro lado, é bom lembrar que, pelo fato do Movimento Ecológico apresentar uma postura defensiva, típica de um luta reivindicatória, aproxima-se ao sentido dado por JACOBI⁹ embora, a nível discursivo, tenha uma pretensão mais ampla, próxima ao "Movimento Social". Para que se possibilitasse a

passagem de Luta à Movimento, seria preciso que o ME local ultrapassasse a fase de reagir, sob a forma de "resposta" a situações colocadas por outros atores.

É neste sentido que se pode postular para o ME porto-alegrense o papel de um verdadeiro Movimento Social que conseguisse implementar suas definições políticas mais gerais, que implicam numa mudança de modelos culturais também, e, particularmente no que se refere à articulação com outros movimentos sociais/populares, desde que esta se constituísse em função da construção de um novo sistema social.

E, para que isto ocorresse, os ecologistas devem urgentemente realizar uma reflexão de caráter estratégico, onde definissem seus adversários e seus aliados, pois:

"a elaboração de um novo projeto de sociedade implica, necessariamente, na delimitação dos campos de conflitos, onde os movimentos precisariam definir seus inimigos e aliados (TOURAINE, 1989).

E, desde esta perspectiva, a organização das "Redes de Movimentos", na passagem da década de oitenta para a atual, vem tornando possível a construção de um "Movimento Social", através do qual um "modo de viver alternativo" vem sendo gestado. O Fórum Paralelo das Entidades/ONGs para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e a criação da Associação Brasileira de ONGs, em 1991, talvez venham a ser marcos históricos neste sentido.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

1. Para uma análise do significado da I^a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (1972) e Clube de Roma, ver BOSQUET, 1982.
2. "Modernidade" vem sendo utilizada pelos meios de comunicação e pelo próprio discurso oficial do governo Collor, em seu sentido instrumental, como sinônimo de progresso econômico e avanço tecnológico.
3. Os carecimentos existenciais seriam aqueles relativos à sobrevivência, à manutenção da existência, sendo passíveis de atendimento nos limites da sociedade baseada na divisão do trabalho (HELLER, 1982).
4. Tomamos o sentido de profissionalização dos próprios ecologistas: liberação de militantes em tempo parcial ou integral, com remuneração adequada (atualmente, nas entidades "semi-profissionalizadas, há funcionários que trabalham sob uma "ajuda de custo", um salário muito baixo), recursos financeiros suficientes para o pagamento das despesas de infra-estrutura (telefone, aluguel, luz, etc), disponibilidade de recursos e equipamentos para confecção de material de divulgação e informação à altura das necessidades sentidas pelas entidades, os recursos para isto adviriam de projetos financiados por agências internacionais ambientalistas e de programas de auto-sustentação (venda de material, contribuições fixas e significativas dos associados).
5. A AGAPAN, conta com a contribuição mensal de 10% do salário de cada vereador ecologista, uma vez que estes são antigos militantes da entidade e assumiram este compromisso por ocasião da campanha eleitoral.
6. Há três vertentes do Participação Popular, segundo MOURA(1989): a utilitarista, que, sendo conservadora e contrária efetivamente à participação, incorpora em seu discurso, demagogicamente, a "necessidade da participação popular". Na vertente modernizadora, esta participação aparece

como fundamental para a legitimidade da ação estatal, sendo, portanto, incorporada dentro dos limites da própria estrutura intitucional. E, por fim, a vertente democrática-participativa, de caráter socializante, cujo objetivo seria o da auto-organização dos Movimentos Sociais.

7. Veja-se que para TOURAINE, na América Latina, os atores sociais não se definem em termos da estrutura social propriamente dita, mas dentro de um processo de desenvolvimento (TOURAINE, 1989).
8. Para uma discussão sobre o novo paradigma científico, ver, por exemplo, CAPRA, 1982. O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix, 1982; e MORIN, Edgar. O Método. Lisboa, Europa-América, vols. 1, 2 e 3, s/d.
9. Lutas reivindicatórias seriam lutas específicas com demandas pontuais, exercendo pressão social, que desapareceriam na medida em que estas fossem satisfeitas (JACOBI, 1989).

CONCLUSÃO

A ambiguidade e a indefinição do Movimento Ecológico porto-alegrense com relação à Administração Popular, nos dezoito primeiros meses de sua gestão, é expressão do momento mais amplo vivido pelo ME, considerado aqui como um momento de crise. Nesta crise interferem fatores especificamente conjunturais, relacionados sobretudo ao momento político e econômico vivido pelo país, mas, fundamentalmente, fatores constitutivos da própria identidade do ME enquanto um movimento social cuja base social são as classes médias urbanas e cujo objeto, no limite, é bastante genérico (a sobrevivência do Planeta).

Quanto aos aspectos conjunturais, destaca-se o processo de proletarização e/ou perda de poder aquisitivo das classes médias, que resulta numa situação onde o mundo do trabalho acaba por tomar muito tempo dos indivíduos, restando-lhes pouco tempo e energia para atividades de caráter "voluntário" como é o caso da militância ecologista. Também a carência de recursos materiais, constante nas entidades ecologistas, se torna mais grave, na medida em que estas dependem fundamentalmente de recursos oriundos de seus associados.

Também se evidencia a incorporação do discurso ecológico por parte de setores ligados ao "status quo" (empresariado, meios de comunicação de massa, agências estatais, partidos políticos), incorporação esta que se dá, em parte pela premência das questões relacionadas à sobrevivência do Planeta e da espécie, e, pela própria necessidade destes setores de incorporarem fragmentos das oposições mais radicais que lhes são feitas. O Movimento Ecológico vê-se assim, diante de um momento em que "o feitiço virou contra o feiticeiro", em que a consciência ecológica gerada e pretendida pelos ecologistas se torna mais ampla e se diferencia de sua proposta original.

Como fatores constitutivos que explicam o momento de crise que o ME porto-alegrense vive no início da década de 90, identificamos basicamente os seguintes: sua própria identidade, constituída a partir de seu objeto específico, e as especificidades dos sujeitos que o constroem. Neste sentido, a amplitude da questão ambiental se coloca como limite e possibilidade: por um lado tem como potencialidade a adesão de uma pluralidade de sujeitos, sendo portanto caracterizada como temática de alcance universal e, no limite, como Movimento Histórico, cujo significado poderia indicar uma transformação global, civilizatória (VIDLA e BOEIRA, 1990). Ou, ainda, como participante fundamental no processo de constituição de um Movimento Social no sentido da sua articulação com outros movimentos específicos (TOURAINÉ, 1987). Nesta perspectiva, enquanto campo de possibilidades, o ME se coloca como um movimento marcadamente progressista e utópico.

Esta caráter, no entanto, aparece como limite na medida em que, efetivamente se observa um descenso no ME, enquanto Movimento Social strictu sensu, expresso na baixa capacidade de atração que vem apresentando, simultaneamente à expansão de uma limitada consciência ecológica à nível da sociedade em geral.

O momento vivido pelo ME local, é caracterizado aqui fundamentalmente como uma crise de identidade, na medida em que a conjuntura social e política do país e do mundo se altera e coloca ao movimento social problemáticas com as quais não estava acostumado. Neste sentido, a abertura das agências estatais, particularmente, à participação do ME, coloca-se como uma esfera de atuação importante, porém carregada de contradições, seja a nível dos órgãos "colegiados" onde há participação da sociedade civil, seja à nível de partidos que ascendem ao Executivo e Legislativo, levando consigo muitos ecologistas.

A relação do ME porto-alegrense, e, especificamente, da entidade mais representativa deste, com a administração petista mostra a complexidade das relações entre um movimento social e um partido relativamente aberto às suas reivindicações, sobretudo quando envolve a participação de lideranças deste movimento. As relações de caráter pessoal acabam predominando sobre uma postura

marcadamente política e institucionalizada, até então habitual neste movimento social. E, ainda, o "voto de confiança" depositado na AP vem a expressar uma delegação de responsabilidades excessiva do ME local aos administradores da cidade, abdicando, então, de seu tradicional papel de vigilância e crítica, constitutivo de sua identidade.

São também assinaladas as dificuldades que o ME porto-alegrense têm encontrado no sentido de concretizar seu projeto utópico e suas propostas, tanto à nível da própria cidade, quanto no que se refere à articulação com outros movimentos sociais, particularmente os populares. Para isto contribuem fatores que vão desde à amplitude do carecimento ambiental, quanto o traço excessivamente intelectualizado e, em certos casos, personalista dos ecologistas. Este último aspecto está relacionado com o próprio modo de vida e cotidiano das pessoas identificadas com o ecologismo, situadas nas classes médias urbanas, onde a alta taxa de escolarização e o tipo de profissão exercida estão diretamente relacionadas com o mundo das idéias, dos livros, da cultura, da reflexão, do saber. Isto aparece de forma bastante clara no que se refere à dificuldade de implementação prática de propostas teóricas, e, de forma menos nítida, no caso da incapacidade de articulação com outros movimentos sociais. Neste sentido, talvez pudéssemos pensar se efetivamente há um comprometimento dos ecologistas locais com transformações sociais onde as classes populares sejam sujeitos fundamentais, ou se esta preocupação aparece apenas nos discursos por representar uma intenção genérica e formal, talvez pela própria "ambiguidade" histórica das classes médias e interesses de classe comprometidos, de certa forma, com as classes dominantes e/ou Estado. Esta última consideração, em nosso entender, mereceria ser melhor analisada e, por escapar do objetivos centrais deste trabalho, fica como sugestão para uma futura investigação.

O trabalho de campo privilegiou as lideranças ecologistas que atuam, hoje, no ME local, em função do próprio objetivo ao qual se propôs. No entanto, na medida em que o enfraquecimento ou desaparecimento de um movimento social se agrava, faz-se necessária a busca de informações e depoimentos

daquelas pessoas que abandonam o movimento ou que, malgrado suas simpatias, não manifestam interesse em "abraçar" as lutas através das entidades ecológicas. Para-além dos fatores apontados por aqueles que ficam no movimento, talvez seja necessário dar voz aos sujeitos ausentes. Fica aqui como sugestão metodológica para futuras pesquisas que busquem dar conta de movimentos sociais em crise ou em descenso.

Com relação à AP, pudemos observar que apresenta certa receptividade às questões ambientais, e que esta preocupação transcende a Secretaria do Meio Ambiente. Há uma relativa "ecologização" da Prefeitura capitaneada pelo PT, que, a nosso ver, está relacionada à própria debilidade do ME neste momento, que não consegue tornar-se um interlocutor suficientemente relevante à nível da própria cidade. No entanto, a ausência de um caráter ou corte eminentemente ecologista na AP também está relacionada à dificuldade de compreensão e ausência de vontade política por parte de muitos setores do PT. Mesmo assim, consideramos que este, enquanto partido comprometido com os movimentos sociais, reflete muito mais que produz a fragmentação da sociedade civil (expressa na dificuldade de articulação dos movimentos sociais) e que, uma vez esta sendo superada, provavelmente encontraria neste partido um eco muito maior à suas demandas e seus projetos políticos e/ou utópicos. Veja-se, por exemplo a situação de conflito apontada, onde a AP não entra em desacordo com todos os setores do ME, uma vez que há diferentes compreensões do fato entre os próprios ecologistas.

Desde este ponto de vista, consideramos que as possibilidades de mudanças sociais profundas, que impliquem em melhoria da qualidade de vida da maioria da população, não cabem apenas aos partidos políticos, mesmo os de base popular e horizonte socialista/democrático, mas fundamentalmente, à sociedade organizada de diversas formas, em diversos espaços e a partir de múltiplas questões como são múltiplas as dimensões da vida humana.

Embora o momento vivido pelo ME local venha se apresentando como um momento de "descenso", de perda de fôlego e de atração à sociedade local, observa-se uma tendência bastante

forte dos ecologistas em fazer uma ~~auto-crítica~~ ~~a~~ sua atuação. Neste sentido, pode-se sugerir que as entidades ecológicas e o ME como um todo busque aprofundar a discussão sobre as estratégias possíveis de serem assumidas, dentro da atual conjuntura. Neste sentido, seria proveitoso que definissem seu campo de lutas, seus inimigos e aliados. Também seria importante que houvesse um aprofundamento do debate político-ideológico, que hoje se manifesta, de forma pouco explícita, nas divergências partidárias existentes entre os ecologistas. Este aprofundamento permitiria que fossem explicitadas as diferentes leituras da ecologia que se escondem por baixo do aparente transpartidarismo do ME local e que, com certeza, também influenciam as dificuldades de concretização de suas propostas.

Para isto, talvez fosse preciso que as entidades ecológicas suspendessem temporariamente seus "apagamentos de incêndios", e reavaliassem seu projeto, à luz da rica experiência adquirida nestas duas décadas de existência. Embora frustrados, cansados e, muitas vezes, desanimados com o momento atual, os militantes ecologistas têm todas as condições de superar estas dificuldades, dando um ritmo mais eficiente a sua militância, sem perder o caráter utópico que o vem movendo desde sua origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNIASI, Maria Helena. O Movimento Ambientalista de São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. São Paulo, IFCH, Cadernos do CERU, 1989.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1986). Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- BENJAMIM, César. Nossos Verdes Amigos. In: Teoria e Debate, nº 12, São Paulo, PT, out-dez/1990.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. A Reprodução. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982, 2ª ed.
- BOSCHI, Renato. A Arte da Associação. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1987.
- . A Abertura e Nova Classe Média na Política Brasileira: 1977-1982. In: RBCS nº 1, vol 1, jun. 1986, p. 30-42.
- . Entre a Cruz e a Caldeira: Classes Médias na Terra da Transição. In: LARANJEIRA, S. (org) Classes e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Hucitec, 1990, p 158-173.
- BOSQUET, Michel. Ecologia e Política. Lisboa, Editorial Notícias, 1976, 1ª ed.
- . Ecologia e Liberdade. Lisboa, Vega, 1978.
- BUFFON, Roseli. Discurso Ecologista: uma Leitura Antropológica. Florianópolis, 1987, mimeo.
- CASTORIADIS, C. e COHN-BENDIT, D. Da Ecologia à Autonomia. Coimbra, Centelha, 1983.
- CATTANI, Antônio. A Ação Coletiva dos Trabalhadores. Porto Alegre, Palmarinca, 1991.
- CHAUI, Marilena. Um Retrato Sem Retoques da Classe Média Brasileira. In: Revista Pau-Brasil, DAEE, São Paulo, nov/dez. 1985, p. 65-79.
- . Conformismo e Resistência. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- . Cultura e Democracia: o Discurso Competente e outras Falas. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.
- CHICO MENDES. São Paulo, CUT, 1989.

- DE LA CRUZ, Rafael. Ecologismo: Reforma ou Revolução? In: Nueva Sociedad n° 87, Caracas, 1987, p. 85-94.
- DEL PINO, Ronimar. Educação e Meio Ambiente: Possibilidades e Limites da Educação Ecológica e da Educação Ambiental a Nível escolar. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1988.
- DOIMO, DOXSEY e NETO. Os Novos Movimentos Sociais: Teoria e Prática. Campos do Jordão, ANPOCS, 1985, mimeo.
- DURHAN, Eunice. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. In: Novos Estudos CEBRAP n°10, CEBRAP, São Paulo, out/1984.
- DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à Crítica da Ecologia Política Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- ECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. In: Jornal Sobrevivência, Porto Alegre, AGAPAN, 1988, n° 6.
- EVERS, Tilman. Identidade: a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais. In: Novos Estudos CEBRAP n° 4, São Paulo, CEBRAP, abril 1984, p. 11-43.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. Prá que P!? São Paulo, Cortez, 1989.
- GARCIA, M. A. et alli. A Autonomia em Questão. In Desvios, São Paulo, 1984.
- GONCALVES, C.W.P. A Árvore e a Floresta: o Desgoverno por Natureza. Rio de Janeiro, 1990, mimeo.
- , Os (Des)caminhos do Meio Ambiente. São Paulo, Contexto, 1989.
- GUATTARI, Félix. As Irês Ecologias. Campinas, Papyrus, 1990.
- GUATTARI, Félix. Entrevista com GARCIA, Marco Aurélio. As Novas Alianças: Movimentos Sociais e Movimentos Alternativos. In: Desvios São Paulo, Paz e Terra, março de 1986.
- HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. From Red to Green. Telos, 52, Spring, 1984.
- HELLER, Agnes. Para Mudar a Vida. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HUBER, Joseph. Quem Deve Mudar Todas as Coisas? São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo, Cortez, 1989.
- , Movimentos Reivindicatórios Urbanos. Estado e Cultura Política. Aguas de São Pedro, ANPOCS, 1988, mimeo.

- . Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos. In: Lua Nova nº 20, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, 1990, p. 121-143.
- JELÍN, Elisabeth. Los Ausentes: Movimientos Sociales y participación Democrática en Argentina. Buenos Aires, mimeo, s/d.
- e CALDERÓN, Fernando. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América latina. In: RBCS, 1987, vol. 2, p.67-85
- KRISCHKE, Paulo. Movimentos Sociais e Democratização no Brasil: Necessidades Radicais e Ação Comunicativa. Florianópolis, 1989, mimeo.
- LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. In: RBCS, nº. 2, vol. 1, outubro, 1986.
- LANDIM, Leila. Sem Fins Lucrativos: As Organizações Não-Governamentais no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1987.
- LARANGEIRA, Sônia. Questões para o Debate. In: Classes e movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Hucitec, 1980, p. 19-28.
- LASCH, Cristhoper. O Mínimo Eu. São Paulo, Brasiliense, 1987, 4a. ed.
- MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? In: Lua Nova nº. 17, SP, CEDEC/Marco Zero, junho de 1989, p. 49-64.
- MINC, Carlos. Como Fazer Movimento Ecológico. Petrópolis, Vozes, 1985.
- . Os Verdes Revolucionários. In: Teoria e Debate, nº 13, São Paulo, PT, 1991.
- . Os desafios da Eco-Política no Brasil. In: PÁDOA(org). Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 111-138.
- MOURA, Maria Suzana. Limites à Participação Popular na Gestão da Cidade: o Projeto dos Conselhos Populares em Porto Alegre. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1989.
- e PEREIRA, Simone. Porto Alegre: Orçamento Municipal em Discussão. In: PROPOSTA nº 45, Rio de Janeiro, FASE, agosto de 1990.
- MENEGUELLO, Rachel. PLa Formação de um Partido. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- NUNES, Edson. Movimentos e Práticas Urbanas no Brasil: Problemas da Democratização do Poder Local na Transição Inconclusa. Campos do Jordão, 1986, mimeo.

- E JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos, poder Local e Conquista da Democracia. In: MOISES, J.A. et alii. Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 2ª ed. p. 165.
- NUNEZ, Tarson. Movimento Grevista e Sindicalismo. In: CATTANI, Antônio (org). Sindicalismo: Ação-Reflexão. Caxias do Sul, EDUCS, 1990, p. 85-111.
- OFFE, Claus. New Social Movements: Challenging the Boundaries of institucional politics. In: Social Research, 1985 52 (4), 817-868.
- OLIVEIRA, Luciano. Pensamento Ecológico e Crítica Marxista. In: Revista Pau-Brasil, DAEE, São Paulo, nº 13, março de 1986, p. 66-76.
- PÁDUA, Jose e LAGO. O que é Ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- OS PRIMEIROS QUINZE MESES. Porto Alegre, PMPA, 1990.
- PLANO PARA CEM DIAS DE GOVERNO. AGAPAN, Porto Alegre, 1988, mimeo.
- PROPOSTA DE VIDA PARA PORTO ALEGRE. Porto Alegre, Câmara Municipal, 1985, mimeo.
- SAES, Décio. Classe Média e Política no Brasil: 1930:1964. In: FAUSTO, Bóris(org). História da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo III, Vol.III, p.449-502.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir. Rio de Janeiro, Vértice, 1986.
- SADER, Emir (org). E Agora, PI? São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 1984.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, Paulo (org). Uma Revolução No Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987a, p. 35-53.
- . A Construção da Democracia e o Papel dos Mediadores. In: Boletim de Ciências Sociais, nº 47. Florianópolis, UFSC, 1987b, p. 30-46.
- . Redes de Movimentos: uma Perspectiva para os anos 90. Florianópolis, mimeo, 1991
- . Movimentos Sociais Rurais e o Meio Ambiente. Florianópolis, 1990, mimeo.
- . Redescobrimo Nossa Dignidade: Avaliação da Utopia da Libertação na América Latina. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, ISER, 1990.

- SCHINKE, Gert et alii. Manifesto Onda Verde no Vermelho. Porto Alegre, 1990, mimeo.
- OS TRABALHADORES E A QUESTÃO ECOLÓGICA. Tese do IV Congresso Estadual da CUT, Porto Alegre, 1987, mimeo.
- TOURAINÉ, Alain. O Pós Socialismo. Porto, Afrontamento, 1981.
- . Palavra e Sangue. Campinas, Trajetória Cultural, 1989.
- . El Regreso del Actor. Buenos Aires, Eudeba, 1984.
- . Os Novos Conflitos Sociais: Para Evitar mal-entendidos. In: Lua Nova nº 17, São Paulo, CEDEC/Brasiliense, julho 1989, p. 5-18.
- . As possibilidades da Democracia na América Latina. In: RBCS nº 1, julho 1986, vol. 1.
- VIGEVANI, Tullo. Movimentos Sociais na Transição Brasileira: as Dificuldades da Abrangência Propositiva e Alternativa. In: KRISCHKE, VIDLA e SCHERER-WARREN (Org.). Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989, p. 127-142.
- VIDLA, Eduardo e LEIS, Hector. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. Fpolis, 1991, mimeo.
- VIDLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil: Do Ambientalismo à Eco-Política. IN: PADUA, J.(org). Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63-110.
- . A Degradação Sócio-Ambiental e a Emergência do Movimento Ecológico na América Latina. In: Boletim de Ciências Sociais, nº48, Florianópolis, UFSC, 1988.
- e BOEIRA, Sérgio. O Ambientalismo Complexo-Multissetorial (Particularmente na Micro-região de Florianópolis) nos anos 80. In: IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. IBAMA, 1990, p. 41-100.
- WALDMAN, Maurício. Movimento Ecológico Combativo ou de Resultados. In: Teoria e Debate nº 9, PT, São Paulo, março/1990.
- WEFFORT, Francisco. Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense, 1985.

ANEXOS

I - TABELA DE SIGLAS

ADFG	- Associação Democrática Feminina Gaúcha
AEBA	- Associação dos Ex-holsistas da Alemanha
AGAPAN	- Associação Gaúcha de Proteção Ao Ambiente Natural
AP	- Administração Popular
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CARRIS	- Companhia de Ônibus Rio-Grandense
CC	- Cargo de Confiança
CUT	- Central Única dos trabalhadores
DEP	- Departamento de Esgotos Pluviais
DMAE	- Departamento de Águas e Esgotos
DEM HAB	- Departamento Municipal de Habitação
DNOS	- Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DMLU	- Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EPATUR	- Empresa Porto-alegrense de Turismo
FP	- Frente Popular
GP	- Gabinete do Prefeito
MAPA	- Movimento Assistencial de Porto Alegre
ME	- Movimento Ecológico
MDPC	- Movimento em Defesa dos Parques da Cidade
ONG'S	- Organizações Não-Governamentais
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PDS	- Partido da Social Democracia
PGV	- Programa Guaíba Vive
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPA	- Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PSDB	- Partido da Social-democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
SGM	- Secretaria do Governo Municipal
SIMPA	- Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
SMF	- Secretaria Municipal da Fazenda
SMA	- Secretaria Municipal de Administração
SMAM	- Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMED	- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

SMIC	- Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SMOV	- Secretaria Municipal de Obras e Viação
SPA	- Secretaria Municipal do Planejamento
SPM	- Secretaria do Planejamento Municipal
SMSS	- Secretaria Municipal do Serviço Social e Saúde
SMT	- Secretaria Municipal dos Transportes
UPAN	- União Protetora do Ambiente Natural

II - TABELA ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

A) Com membros da Administração Popular:

- 1) Como está a gestão da AP, com relação ao que se pretendia fazer e o que se está conseguindo realizar?
- 2) Quais os obstáculos para a concretização de propostas?
- 3) Como é o trabalho de seu órgão com relação ao Meio Ambiente?
- 4) Como se dá a participação popular aqui?
- 5) Qual sua opinião sobre o ME local?
- 6) Há participação ou alguma relação de seu órgão com o ME?

B) Com militantes do Movimento Ecológico:

- 1) Como avalia a gestão da AP?
- 2) Há uma "ecologização" da AP como um todo? Ou em algum órgão? Qual(is) e como?
- 3) Qual a relação que sua entidade tem tido com a AP?
- 4) Como está o trabalho de sua entidade atualmente? Quais as dificuldades, as prioridades de atuação?

- 5) Como seria uma Administração Municipal ecologizada, em sua opinião?
- 6) Como foi o "caso" dos Arroios? Qual a opinião de sua entidade?
- 7) Na sua opinião, qual a relação entre miséria e ecologia? Como o ME de um país terceiro-mundista compreende e atua com os problemas sociais?
- 8) Como tem se dado a articulação de sua entidade e do ME com outros movimentos sociais?
- 9) Como foi a participação do ME na Lei Orgânica?
- 10) Qual a relação de sua entidade com os vereadores ecologistas?

C) Com militantes do Núcleo dos Ecologistas do PT.

- 1) Como avalia a gestão da AP em Porto Alegre?
- 2) Como foi a participação do Núcleo no momento da escolha de cargos e elaboração do Plano de Governo?
- 3) Como tem sido a participação do Núcleo nas atividades e projetos da AP?
- 4) Como é a atuação do Núcleo dentro do Partido? E com relação ao ME?
- 5) Como é a organização dos ecosocialistas a nível nacional?
- 6) Qual a interação dos ecosocialistas com os movimentos populares, em geral?
- 7) Quais as especificidades dos ecosocialistas, com relação ao pensamento e movimento ecológicos?
- 8) Qual é a estratégia/os objetivos do Núcleo atualmente? E como viabiliza isto?

III - TABELA PESSOAS ENTREVISTADAS

PESSOAS ENTREVISTADAS DA AP/ME/NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO OS CARGOS - 1989

INSTIT./ENTID.	Nº ENTREVISTAS	CARGOS
ADM. POPULAR (AP)		
Gabinete Prefeito	1	1 CC
SMAM	6	1 Secret. 5 CCs
SMIC	1	1 CC
SMOV	2	2 CCs
SMT	1	1 Secret.
PGV	2	1 Coordenador 1 Consultor
DMAE	2	2 CCs
DMLU	4	1 Secret. 3 CCs
SMSS	1	1 CC
Sub-total (AP)	20	15 CCs 3 Secret. 1 Coord. 1 Consultor
MOVIMENTO ECOLÓGICO		
AGAPAN	5	4 Diretoria 1 Conselheiro
ADFG-Amigos da Terra	1	1 Diretoria
Coolméia	3	2 Coordenador 1 Conselheiro
Kaa-eté	1	1 Coordenador
União Pela Vida	1	1 Diretoria
Sub-total (ME)	11	6 Diretoria 2 Conselheiro 3 Coordenador
NÚCLEO DOS ECOL. PT	6	2 Vereador 3 Militantes 1 Coordenador
TOTAL DE ENTREVISTAS	37	

IV - ESTATÍSTICAS DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS

GRUPO A - ENTIDADES ECOLÓGICAS¹ DE PORTO ALEGRE

TABELA - A-1

ASSOCIADOS* DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	892	52%
Feminino	830	48%
T O T A I S	1.722	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

- NOTAS: * 1. Não consideramos para este levantamento os dados referentes ao GRUPO ECOLÓGICO KAA-ETE, em função de sua especificidade (rotatividade).
2. Tivemos acesso apenas aos dados relativos aos militantes do NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT, e não de todos os seus filiados, apesar das inúmeras solicitações feitas a Coordenação do Núcleo.

TABELA - A-1.1

DIRIGENTES* DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	19	68%
Feminino	9	32%
T O T A I S	28	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

- NOTA: * Consideramos aqui os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, das DIRETORIAS EXECUTIVAS e/ou COORDENAÇÃO das entidades.

1. Embora o NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT não seja "Entidade Ecológica" ele foi considerado aqui em função de que seus membros são ecologistas e estão diretamente envolvidos nesta pesquisa.

TABELA - A-2

ASSOCIADOS DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A IDADE - 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
13 a 17	9	-
18 a 22	38	2%
23 a 27	338	20%
28 a 32	254	15%
33 a 37	292	17%
38 a 42	196	12%
43 a 47	123	7%
48 a 52	73	4%
53 a 57	61	4%
58 a 62	52	3%
63 a 67	42	2%
+ de 68	52	3%
S/INFOR.	192	11%
T O T A I S	1.722	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

TABELA - A-2.1

DIRIGENTES DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A IDADE - 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
23 a 27	2	7%
28 a 32	10	36%
33 a 37	2	7%
38 a 42	2	7%
43 a 47	2	7%
53 a 57	2	7%
63 a 67	2	7%
S/INFOR.	6	22%
T O T A I S	28	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

TABELA - A-3

ASSOCIADOS DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	866	51%
3ºGrau incompl.	269	16%
2ºGrau Compl.	382	22%
2ºGrau Incompl.	5	-
1ºGrau Compl.	5	-
1ºGrau Incompl.	3	-
S/INFORMAÇÃO	192	11%
T O T A I S	1.722	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

TABELA - A-3.1

DIRIGENTES DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	21	75%
3ºGrau incompl.	5	18%
2ºGrau Compl.	2	7%
T O T A I S	28	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

TABELA - A-4

ASSOCIADOS DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Estudante	344	20%
Professor(a)	248	14%
Bancário(a)	80	5%
Jornalista	79	5%
Func. Público(a)	78	5%
Médico(a)/Dentista	71	4%
Téc. Nível Médio	67	4%
Engenheiro(a)	66	4%
Dona-de-Casa	61	4%
Comerciante	44	3%
Agrônomo(a)	41	2%
Arquiteto(a)	36	2%
Comerciarío(a)	36	2%
Advogado(a)	34	2%
Industriário(a)	23	1%
Publicitário(a)	19	1%
Artesão(a)	17	1%
Biólogo(a)	17	1%
Psicólogo(a)	17	1%
Ator/Atriz/Diretor(a) e		
Músico	16	1%
Economista	14	1%
Enfermeiro(a)	14	1%
Adm./Contador	14	1%
Veterinário(a)	12	1%
Desenhista	12	1%
Produtor Rural	12	1%
Parlamentar	11	1%
Artista Plástico	11	1%
Outras	202	13%
S/Informação	26	1%
T O T A I S	1.722	100%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT, União Pela Vida e Coolméia.

TABELA - A-4.1

DIRIGENTES DAS ENTIDADES ECOLÓGICAS DE PORTO ALEGRE,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Téc. Nível Médio	2	7,5%
Agrônomo(a)	2	7,5%
Arquiteto(a)	2	7,5%
Dona-de-Casa	2	7,5%
Bancário(a)	2	7,5%
Engenheiro	2	7,5%
Outras *	16	55,0%
T O T A I S	28	100,0%

FONTE: ADFG, AGAPAN, Núcleo Ecol.PT e Coolméia.

NOTA: *Outras (Administrador, Marcineiro, Estudante, Professor, Func. Público, Jornalista, Biólogo, Veterinário, Geógrafo, Engenheiro, Assessor Parlamentar, Publicitário, Rel. Públicas, Contador, Ator, Artista Plástico)

GRUPO B - COOPERATIVA COOLMÉIA

TABELA - B-5

ASSOCIADOS DA COOLMÉIA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	480	45%
Feminino	594	55%
T O T A I S	1.074	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-5.1

DIRIGENTES DA COOLMÉIA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	10	100%
Feminino	-	-
T O T A I S	10	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-6

ASSOCIADOS DA COOLMÉIA, SEGUNDO A IDADE- 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
18 a 22	11	1%
23 a 27	245	23%
28 a 32	147	14%
33 a 37	200	19%
38 a 42	135	12%
43 a 47	77	7%
48 a 52	47	4%
53 a 57	37	3%
58 a 62	41	4%
63 a 67	28	3%
+ de 68	34	3%
S/INFOR.	72	7%
TOTAIS	1.074	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-6.1

DIRIGENTES DA COOLMÉIA, SEGUNDO A IDADE- 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
28 a 32	7	70%
38 a 42	2	20%
53 a 57	1	10%
T O T A I S	10	100%

FONTE: Coolméia

TABELA - B-7

ASSOCIADOS DA COOLMÉIA, SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3º Grau compl.	484	45%
3º Grau incompl.	195	18%
2º Grau Compl.	276	26%
S/INFORMAÇÃO	119	11%
T O T A I S	1.074	100%

FONTE: Coolméia.

NOTA: O item "ESCOLARIDADE" não consta no fichário dos Associados da Coolméia. Chegou-se a esses dados através de:

- 1) 2º Grau: a) Conforme informações dos sócios Servidores da Coolméia, mais ou menos 20% dos estudantes são do 2º grau.
b) Também foram considerados neste grau os "profissionais de nível Médio".
- 2) 3º Gr.Inc.: Conforme informações dos "Sócios Servidores" da Coolméia, mais ou menos 80% dos estudantes são do curso superior.
- 3) 3º Gr.Comp: Foram considerados os Associados que têm profissão que requer nível superior completo.
- 4) Sem Inform.: Associados, cuja profissão não foi possível determinar a "escolaridade".

TABELA - B-7.1

DIRIGENTES DA COOLMÉIA, SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3º Grau compl.	8	80%
2º Grau Compl.	2	20%
T O T A I S	10	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-8

ASSOCIADOS DA COOLMÉIA, SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Estudante	244	23%
Professor(a)	150	14%
Dona-de-Casa	54	5%
Func. Público(a)	48	4%
Jornalista	45	4%
Engenheiro(a)	41	4%
Bancário(a)	36	3%
Tecn. Nível Médio	35	3%
Comerciante	35	3%
Médico(a)/Dentista	32	3%
Arquiteto(a)	21	2%
Advogado(a)	19	2%
Comerciário(a)	19	2%
Industriário(a)	18	2%
Artesão(a)	17	2%
Agrônomo(a)	14	1%
Psicólogo(a)	14	1%
Publicitário(a)	13	1%
Ator/Atriz/Diretor(a)	13	1%
Desenhista	12	1%
Economista	11	1%
Sociólogo(a)	11	1%
Enfermeiro(a)	9	1%
Nutricionista	9	1%
Produtor Rural	9	1%
Cultura/Comunicação	9	1%
Artista Plástico	8	1%
Adm./Contador	8	1%
Aposentado(a)	8	1%
Outras	112	10%
T O T A I S	1.074	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-8.1

DIRIGENTES DA COOLMÉIA, SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Agrônomo(a)	2	20%
Jornalista	1	10%
Engenheiro(a)	1	10%
Tecn. Nível Médio	1	10%
Arquiteto(a)	1	10%
Ator	1	10%
Administrador	1	10%
Biólogo	1	10%
Marceneiro	1	10%
T O T A I S	10	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-9

ASSOCIADOS DA COOLMÉIA, SEGUNDO A RESIDÊNCIA - 1989.

L O C A L	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Porto Alegre	958	89%
Grande P.Alegre	16	1%
Interior RS	13	1%
Outros Estados	8	1%
S/Informação	79	8%
T O T A I S	1.074	100%

FONTE: Coolméia.

TABELA - B-9.1

DIRIGENTES DA COOLMÉIA, SEGUNDO A RESIDÊNCIA - 1989.

L O C A L	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Porto Alegre	9	90%
Grande P.Alegre	1	10%
T O T A I S	10	100%

FONTE: Coolméia.

GRUPO C - AGAPAN

TABELA - C-10

ASSOCIADOS DA AGAPAN, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	375	65%
Feminino	200	35%
T O T A I S	575	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-10.1

DIRIGENTES DA AGAPAN, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	6	86%
Feminino	1	14%
T O T A I S	7	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-11

ASSOCIADOS DA AGAPAN, SEGUNDO A IDADE - 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
13 a 17	9	2%
18 a 22	27	5%
23 a 27	88	15%
28 a 32	103	18%
33 a 37	86	15%
38 a 42	60	10%
43 a 47	45	8%
48 a 52	26	4%
53 a 57	24	4%
58 a 62	11	2%
63 a 67	14	3%
+ de 68	18	3%
S/INFOR	64	11%
T O T A I S	575	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-11.1

DIRIGENTES DA AGAPAN, SEGUNDO A IDADE - 1989.

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
23 a 27	1	14%
28 a 32	3	43%
33 a 37	1	14%
43 a 47	2	29%
T O T A I S	7	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-12

ASSOCIADOS DA AGAPAN, SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	345	60%
3ºGrau incompl.	66	12%
2ºGrau Compl.	94	16%
2ºGrau Incompl.	1	-
1ºGrau Compl.	5	1%
1ºGrau Incompl.	-	-
S/INFORMAÇÃO	64	11%
T O T A I S	575	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-12.1

DIRIGENTES DA AGAPAN, SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	5	71%
3ºGrau incompl.	2	29%
T O T A I S	7	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-13

ASSOCIADOS DA AGAPAN, SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Professor(a)	90	16%
Estudante	86	15%
Bancário(a)	42	7%
Médico(a)/Dentista	37	6%
Téc. Nível Médio	32	5%
Func. Público(a)	28	5%
Agrônomo(a)	24	4%
Engenheiro(a)	24	4%
Jornalista	23	4%
Arquiteto(a)	15	3%
Comerciante(a)	15	3%
Comerciante	14	2%
Biólogo(a)	13	2%
Advogado(a)	13	2%
Veterinário(a)	11	2%
Parlamentar	9	2%
Computação	7	1%
Farmacêutico(a)	6	1%
Administrador(a)	6	1%
Dona-de-Casa	6	1%
Enfermeiro(a)	5	1%
Físico(a)	4	1%
Industriário(a)	4	1%
Publicitário(a)	4	1%
Outras	36	6%
S/Informação	21	4%
T O T A I S	575	100%

FONTE: AGAPAN.

TABELA - C-13.1

DIRIGENTES DA AGAPAN, SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Arquiteto(a)	1	14,3%
Bancário(a)	1	14,3%
Estudante	1	14,3%
Professor(a)	1	14,3%
Func. Público(a)	1	14,3%
Veterinário(a)	1	14,3%
Geógrafo	1	14,2%
T O T A I S	7	100%

FONTE: AGAPAN

TABELA - C-14

ASSOCIADOS DA AGAPAN, SEGUNDO
A ATIVIDADE EXTRA PROFISSIONAL - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
ENTIDADES PESQUISADAS		
Coolméia	22	10%
Núcleo Ecol.PT	12	5%
ADFG-Amigos Terra	4	2%
Kaa-eté	2	1%
Sub-total (1)	40	18%
MOVIMENTO ECOLÓGICO		
Outras Entid.Ecológ.	41	18%
FBCN	12	5%
Alimentação Natural	3	1%
Outras Ativ.Ecol.	5	2%
Sub-total (2)	61	26%
OUTROS MOVIMENTOS		
Movim.Sindical	18	8%
Mov.Comunitário	11	5%
Mov.Estudantil	4	2%
Mov.Sem Terra	3	1%
Mov.Anarquista	2	1%
Sub-total (3)	38	17%
OUTRAS		
Agricultura	11	5%
Associação Classe	10	5%
PT	30	13%
Cultura	24	9%
Meditação	8	3%
Apicultura	5	2%
Centro Pesquisa	3	1%
Outros Partidos	3	1%
Sub-total (4)	91	39%
TOTAL (1+2+3+4) (=37%)	230	100%
S/INFORMAÇÃO E/OU S/ATIVIDADE (63%)	397	
T O T A I S	630*	100%

FONTE: AGAPAN

Nota: * 31 Associados tem 2 Ativ. Extra-Prof.= 62
 12 Associados tem 3 Ativ. Extra-Prof.= 36
 135 Associados tem 1 Ativ. Extra-Prof.= 135
 397 Associados s/Informação = 397

575 Associados

630 Ativ.E.Prof.

TABELA - C-14.1
 DIRIGENTES DA AGAPAN, SEGUNDO
 A ATIVIDADE EXTRA PROFISSIONAL - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Núcleo Ecol.PT	4	27%
Outras Lutas.Ecológ.	3	20%
Coolmeia	2	13%
Movim.Sindical	2	13%
Mov.Defesa Parques	2	13%
Associação Classe	1	7%
Meditação	1	7%
T O T A I S	15*	100%

FONTE: AGAPAN

Nota: * 4 Dirigentes tem 2 Ativ. Extra-Prof. = 8
 2 Dirigentes tem 3 Ativ. Extra-Prof. = 6
 1 Dirigente tem 1 Ativ. Extra-Prof. = 1

7 Dirigentes

15 Ativ.E.Prof.

GRUPO D - UNIÃO PELA VIDA

TABELA - D-15

ASSOCIADOS DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	10	40%
Feminino	15	60%
T O T A I S	25	100%

FONTE: União Pela Vida

TABELA - D-15.1

DIRIGENTES DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	2	33%
Feminino	4	67%
T O T A I S	6	100%

FONTE: União Pela Vida

TABELA - D-16
 ASSOCIADOS DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO
 A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	11	44%
3ºGrau incompl.	3	12%
2ºGrau Compl.	3	12%
2ºGrau Incompl.	3	12%
1ºGrau Incompl.	3	12%
S/INFORMAÇÃO	2	8%
T O T A I S	25	100%

FONTE: União Pela Vida

TABELA - D-16.1
 DIRIGENTES DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO
 A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	5	83%
3ºGrau incompl.	1	17%
T O T A I S	6	100%

FONTE: União Pela Vida

TABELA - D-17

ASSOCIADOS DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO
A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Estudante	8	32%
Músico	2	8%
Artista Plástico	2	8%
Biólogo(a)	2	8%
Oceanólogo	2	8%
Outras *	9	36%
T O T A I S	25	100%

FONTE: União Pela Vida.

NOTA: * Outras (Agrônomo, Jornalista, Engenheiro, Publicitário, Editor, Aposentado, Bibliotecário, Ecologista, Rel.Pública).

TABELA - D-17.1

DIRIGENTES DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO
A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Artista Plástico	1	17%
Agrônomo(a)	1	17%
Engenheiro	1	17%
Publicitário(a)	1	17%
Ecologista	1	16%
Relações Públicas	1	16%
T O T A I S	6	100%

FONTE: União Pela Vida.

TABELA - D-18

ASSOCIADOS DA UNIÃO PELA VIDA, SEGUNDO
A ATIVIDADE EXTRA-PROFISSIONAL - 1989.

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Outras Entid.Ecol.	14	44%
Indigenismo	2	6%
Artesanato	3	10%
Ativ.Artística	3	10%
Outras *	5	12%
S/Informação	5	15%
T O T A I S	32**	100%

FONTE: União Pela Vida

NOTAS: * Outras (Mov.Assistencial, turismo, Pesq. Agríc., Política e AEBAs)

** 15 Associados tem uma ativ.Extra-Prof. = 15
4 Associados têm duas ativ.Extra-Prof. = 8
1 Associado tem quatro ativ.Extra-Prof. = 4
5 Associados S/Informação = 5

25 Associados

32 Ativ.Extr.Prof

GRUPO E - ADFG-AMIGOS DA TERRA

TABELA - E-19

ASSOCIADOS DA ADFG-AMIGOS DA TERRA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	13	42%
Feminino	18	58%
T O T A I S	31	100%

FONTE: ADFG-Amigos da Terra

TABELA - E-19.1

DIRIGENTES DA ADFG-AMIGOS DA TERRA, SEGUNDO O SEXO - 1989.

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Feminino	4	100%
T O T A I S	4	100%

FONTE: ADFG-Amigos da Terra

TABELA - E-20

ASSOCIADOS DA ADFG-AMIGOS DA TERRA, SEGUNDO
A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTAGEM
3ºGrau compl.	16	52%
2ºGrau Compl.	8	26%
S/INFORMAÇÃO	7	22%
T O T A I S	31	100%

FONTE: ADFG-Amigos da Terra

TABELA - E-20.1

DIRIGENTES DA ADFG-AMIGOS DA TERRA,
SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989.

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTAGEM
3ºGrau compl.	2	50%
3ºGrau Incompleto	2	50%
T O T A I S	4	100%

FONTE: ADFG-Amigos da Terra

TABELA - E-21

ASSOCIADOS DA ADFG-AMIGOS DA TERRA,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	NºPESSOAS	PERCENTAGEM
Professor (a)	5	16%
Estudante	4	13%
Ecologista	3	9%
Bancário(a)	2	7%
Comerciarío(a)	2	7%
Advogado(a)	2	7%
Dentista	2	7%
Outras *	11	33%
T O T A I S	31	100%

FONTE: ADFG - Amigos da Terra

NOTAS: *Outras (Func.Público, Agrônomo, Jornalista, Veterinário, Dona-de-casa, Industriário, Artista Plástico, Contadora)

TABELA - E-21.1

DIRIGENTES DA ADFG-AMIGOS DA TERRA,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989.

ATIVIDADE	NºPESSOAS	PERCENTAGEM
Ecologista	3	75%
Contadora	1	25%
T O T A I S	4	100%

FONTE: ADFG - Amigos da Terra

GRUPO F - NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT

TABELA - F-22

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO O SEXO - 1989

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	14	82%
Feminino	3	18%
T O T A I S	17	100%

FONTE: Núcleo dos Ecologistas do PT

TABELA - F-22.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO O SEXO - 1989

SEXO	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Masculino	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo dos Ecologistas do PT

TABELA - F-23

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A IDADE - 1989

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
23 a 27	5	29%
28 a 32	4	24%
33 a 37	6	35%
38 a 42	1	6%
43 a 47	1	6%
T O T A I S	17	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-23.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A IDADE - 1989

IDADE	Nº DE PESSOAS	PERCENTAGEM
33 a 37	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-24

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTUAL
3ºGrau compl.	10	59%
3ºGrau incompl.	5	29%
2ºGrau Compl.	1	6%
2ºGrau Incompl.	1	6%
T O T A I S	17	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-24.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A ESCOLARIDADE - 1989

GRAU	Nº ASSOCIADOS	PERCENTAGEM
3ºGrau compl.	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-25

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Professor(a)	3	17%
Assessor Parlamentar	3	17%
Estudante	2	12%
Vereador	2	12%
Bancário(a)	2	12%
Outras *	5	24%
T O T A I S	17	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

NOTAS: *Outras (Autônomo, Func.Público, Agrônomo, Engenheiro e Físico)

TABELA - F-25.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A PROFISSÃO - 1989

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Assessor Parlamentar	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-26

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A ATIVIDADE EXTRA PROFISSIONAL - 1989

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Política Part. ((PT)	11	33%
Movimento Ecológico	10	30%
Movimento Sindical	7	22%
Música/Literatura	2	6%
Cuidar de Filhos	2	6%
Movimento de Mulheres	1	3%
T O T A I S	33*	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

NOTA: * 6 Associados têm 1 ativ.Extr.-Profiss.= 6
6 Associados têm 2 ativ.Extr.-Profiss.= 12
5 Associados têm 3 ativ.Extr.-Profiss.= 15

17 Associados

33 Ativ.Extr.-Profiss.

TABELA - F-26.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A ATIVIDADE EXTRA PROFISSIONAL - 1989

ATIVIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
Movimento Ecológico	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

TABELA - F-27

ASSOCIADOS DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A FILIAÇÃO A OUTRAS ENTIDADES ECOLÓGICAS - 1989

ENTIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
AGAPAN	12	57%
Coolméia	3	14%
Em Nome	2	10%
ASCAPAN	1	5%
Nenhuma	3	14%
T O T A I S	21*	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.

NOTA: * 10 Associados são filiados a uma outra entidade= 10
4 Associados são filiados a duas outras entidades= 8
3 Associados não são filiados a nenhuma entidade = 3

17 Associados

21 Filiação

TABELA - F-27.1

DIREÇÃO DO NÚCLEO DOS ECOLOGISTAS DO PT,
SEGUNDO A FILIAÇÃO A OUTRAS ENTIDADES ECOLÓGICAS - 1989

ENTIDADE	Nº PESSOAS	PERCENTAGEM
AGAPAN	1	100%
T O T A I S	1	100%

FONTE: Núcleo Ecologistas do PT.